JOSUÉ DE CASTRO E O BRASIL

Manuel Correia de Andrade – José Graziano da Silva
Walter Belik – Maya Takagi
Humberto Costa – Malaquias Batista Filho
Luciano Vidal Batista – Djalma Agripino de Melo Filho
José Arlindo Soares – Paulo Santana
Renato Duarte – Michel Zaidan Filho

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

COM DOIS TEXTOS INÉDITOS DE JOSUÉ DE CASTRO

"Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne".

"O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta".

Estes dois trechos de obras de Josué de Castro, autor de clássicos como *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, retratam a atualidade e a importância de suas idéias, que são discutidas neste livro por especialistas das mais diversas áreas e instituições.

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ISBN 85-86469-84-X

O Seminário Josué de Castro e o Brasil foi promovido pelo Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas e pela Fundação Perseu Abramo em Recife. Durante uma semana (comemorativa dos 55 anos do livro *Geografia da fome*), especialistas das mais diversas áreas e instituições reafirmaram a atualidade de Josué de Castro e de sua obra. Com a decisão de tentar traduzi-los nos seus amplos significados, tão nítidos quanto profundos, mantiveram-se previsivelmente em torno de um eixo, uma base, um tema plural: o combate à fome. Complexo e atual, inexplicavelmente até então restrito a grupos como o reunido na capital pernambucana, o assunto confunde-se com o próprio Josué de Castro. Agora, ambos encontram-se na ordem do dia, graças à nova configuração política anunciada para o país com o governo que se iniciou em 2003, pela primeira vez coordenado pelo Partido dos Trabalhadores. Pelo que se pode depreender deste contexto, parece enfim chegado o momento de concretizar projetos, com a esperada e imprescindível compreensão do fenômeno. Alimento mata a fome, não o problema.

A fome não se resume aos determinantes previstos numa espécie de ocorrência natural dos fatos. A fome não é do mundo, ela está entranhada aqui por questões que fogem ao campo da fatalidade. Fome não se dissocia de conjuntura socioeconômica, de decisão política, de debate ideológico. Assim provou Josué de Castro. Assim acreditam os organizadores do seminário e de seu desdobramento, registrado neste livro.

Josué de Castro mostra-se, infelizmente, atual. Mas há esperança no ar e há caminhos a seguir, como defendeu Josué, como registramos nos artigos aqui publicados, repletos de densidade científica e disposição para transformar uma realidade.

O cientista pernambucano multiplicou-se em tarefas e apenas sintetizou-se quando, cidadão do mundo, desnaturalizou a fome. Precisamos libertar suas idéias, seus resultados e, em cada detalhe de nossa proposta, inserir a sua prática solidária. Josué de Castro é referência internacional, mas não teria sonhado a si mesmo em nosso tempo, um ser globalizado. Antes universal, como de fato se fez.

O clamor por políticas públicas de combate à fome parece enfim encontrar ressonância. São mais de 50 anos em que os avanços não acompanharam as necessidades. Novamente na linha proposta por Josué de Castro, pretendemo-nos elementos de articulação, observando e, sobretudo, indicando alternativas. De ciência e sentimento, de vivência e comprovação, com critério e engajamento. O desequilíbrio ainda é assustador. Mas não nos imobiliza, e a vida de Josué estimula e respalda. O que podemos fazer não depende mais de Josué de Castro ou de uns poucos admiradores. A missão envolve a todos. É mais uma lição que ele soube nos dar.

José Ricardo R. de Mello Filho
Janeiro de 2003

Josué de Castro
e o Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Josué de Castro e o Brasil / Manuel Correia de Andrade... [et al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Pensamento Radical)

ISBN 85-86469-84-X

Bibliografia

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Condições sociais 3. Castro, Josué de, 1908-1973 I. Andrade, Manuel Correia de. II. Série.

03-1272 CDD-301.0920981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Sociólogos : Interpretação e crítica 301.0920981

Manuel Correia de Andrade – José Graziano da Silva
Walter Belik – Maya Takagi
Humberto Costa – Malaquias Batista Filho
Luciano Vidal Batista – Djalma Agripino de Melo Filho
José Arlindo Soares – Paulo Santana
Renato Duarte – Michel Zaidan Filho

Josué de Castro e o Brasil

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria
Hamilton Pereira – presidente
Ricardo de Azevedo – vice-presidente
Selma Rocha – diretora
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial
Flamarion Maués

Editora Assistente
Candice Quinelato Baptista

Assistente editorial
Viviane Akemi Uemura

Revisão
Maurício Balthazar Leal
Maria Luiza Xavier Souto

Editoração eletrônica
Augusto Gomes

Ilustração de capa
Mário Pizzignacco

Fotos
Zeka Araújo

1ª edição: maio de 2003
Tiragem: 2.500 exemplares

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338
Na Internet: http://www.efpa.com.br
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2003 by Editora Fundação Perseu Abramo
ISBN 85-86469-84-X

Sumário

Josué de Castro, o Brasil e o mundo:
desconhecimento e reconhecimentos
José Arlindo Soares, 7

Políticas de combate à fome no Brasil
Walter Belik, José Graziano da Silva, Maya Takagi, 11

A *Geografia da fome* 50 anos depois: o que mudou?
Malaquias Batista Filho, Luciano Vidal Batista, 39

Quando a fome começa antes do nascimento
Paulo Santana, 49

Uma hermenêutica do ciclo do caranguejo
Djalma Agripino de Melo Filho, 61

Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro
Manuel Correia de Andrade, 73

Representações sociais da miséria no Nordeste
Michel Zaidan Filho, 83

A geopolítica da fome: dos tempos de
Josué de Castro aos tempos atuais
Humberto Costa, 89

Josué de Castro e as evidências científicas da fome dispensável
Renato Duarte, 95

ANEXOS
Josué de Castro, brasileiro e nordestino
Anna Maria de Castro, 107

Cronologia, 110

A descoberta da fome
Josué de Castro, 112

Nota sobre os textos inéditos de Josué de Castro
Anna Maria de Castro, 114

Armamentismo (discurso)
Josué de Castro, 118

Projeto Tracunhaém
Josué de Castro, 126

Entrevista com Josué de Castro, 151

Bibliografia de Josué de Castro, 161

Seminário Josué de Castro e o Brasil, 167

Caderno de fotos, 169

Josué de Castro, o Brasil e o mundo:
desconhecimento e reconhecimentos

José Arlindo Soares

Ex-presidente do Centro Josué de Castro e atual secretário de Planejamento e Desenvolvimento Social do estado de Pernambuco, participou do Seminário como mediador, coordenando a Mesa "Subdesenvolvimento e superpopulação na obra de Josué de Castro: temas superados? – A noção de subdesenvolvimento nos tempos de Josué e nos tempos atuais". Integra este livro na condição de convidado especial, representando os demais coordenadores e, com o seu relato, valorizando significativamente a abordagem do tema.

A fome não poderia continuar sendo um "tema proibido", ou "bastante delicado e perigoso", como à época em que a redescobria, ou revelava cientificamente, o seu maior estudioso. O livro *Geografia da fome* completou 56 anos. Mais de meio século, portanto, desde que o pernambucano Josué de Castro tentou, com ele, quebrar a "conspiração do silêncio" em torno do assunto. Com êxito parcial. A pesquisa e seu fruto, o documento contundente e revelador, merecem celebração. Assim como o seu autor. Respeitado em todo o mundo, reconhecido até hoje nos círculos acadêmicos, trata-se o ilustre pernambucano de um quase desconhecido para a imensa maioria da população brasileira.

Recentemente, uma emissora de televisão organizou enquete para a eleição do Pernambucano do Século. Luiz Gonzaga conquistou o posto. Não sem méritos. A importância dada, porém, revela talvez descompasso. Não que queiramos desprestigiar o homenageado, mas nos esquecemos com freqüência de temas e missões também nobres e, principalmente, vitais. Nem sempre agradáveis, geralmente dolorosas, cortantes. Fundamentais, contudo.

E foi com o espaço reivindicado e cedido, longe da sua terra, que Josué de Castro construiu um patrimônio ainda hoje necessário e atual, uma herança de pouca visibilidade e incalculável valor. Josué conseguiu nos provar que vencer a fome, tarefa que era quase uma obsessão, não se faz enxergando-a como um problema de ordem natural. O fenômeno a combater tem caráter socioeconômico e político. O enfrentamento da fome no mundo é uma questão de desenvolvimento social e econômico. Porque, como disse ele, o subdesenvolvimento vem do desenvolvimento que gera exploração e exclusão social.

Na eleição do Pernambucano do Século, tenho certeza, poucos deixariam de considerar o voto em Josué de Castro, caso o conhecessem melhor.

O Seminário Josué de Castro e o Brasil, promovido pelo Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas e pela Fundação Perseu Abramo, e retratado neste livro, foi de extrema pertinência e oportunidade. O evento – registrado como Semana Comemorativa aos 55 anos do livro *Geografia da fome* – pretendeu-se um marco. Independentemente de conjuntura, a reflexão política e ideológica, o estudo e a pesquisa formam a base da atuação da Fundação Perseu Abramo, convergente com os propósitos do Centro Josué de Castro, ambos voltados para o desenvolvimento. E não há desenvolvimento de fato onde há fome. Josué de Castro, que, como afirmamos, desnaturalizou a fome, mostra-se lamentavelmente atual.

"Tecnicamente o mundo não morrerá de fome", preconizava ele. Se a solução está efetivamente na política e nas condições socioeconômicas, há o que fazer. E já vemos aqui uma iniciativa louvável. Este livro e o seminário surgem com o intuito de colaborar para que a consolidação de uma prática, ainda e sempre urgente, constitua-se irreversivelmente numa conquista brasileira – com a qual sonhou e pela qual lutou o cidadão do mundo Josué. "A busca de novos caminhos" foi

característica associada a Castro por sua filha, doutora em sociologia, Ana Maria Castro. Que afirmou ainda sobre o seu pai: "É este homem que o Brasil de hoje precisa deixar de ignorar". Deixar de ignorar Josué é assumir de frente o combate à fome, é admitir o flagelo, a calamidade coletiva, no entanto submetendo-se de uma vez por todas à imperiosa necessidade de solução.

Josué de Castro, escritor, médico, professor, parlamentar, embaixador, presidente da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), foi para o mundo, há mais de 50 anos, lutar por isso. Saiu do Recife, onde nasceu no ano de 1908 e onde emblematicamente se realizou o seminário que resultou neste livro, e morreu na cidade de Paris em 1973, "de exílio".

Lá, alardeava pela Sorbonne, em cujas salas de aula lecionou, qual seria a sua verdadeira "universidade sábia". Referia-se aos mangues do Capibaribe e aos bairros miseráveis do Recife.

O Josué de Castro universal, que transcendeu fronteiras e levou o mundo a reconhecer feridas, pagou um alto preço pela distância forçada do país natal. Sua obra ganhou o mundo e ele perdeu a luta contra a violência do desterro. Impossível ser mais local, sendo global, como o foi Josué, em todos os postos e lugares pelos quais passou. Entretanto, a notoriedade no exterior não se traduziu aqui, no seu canto. Não foi ele o Pernambucano do Século na opinião de seus conterrâneos, mesmo que lá fora, caso existisse um título similar, estendido aos brasileiros, o seu nome despontasse indiscutivelmente como um dos mais fortes concorrentes. Josué de Castro era extremamente atuante, corajoso e desbravador, o que o transforma em autor e pesquisador inesquecível, na magnitude do papel cumprido, na consistência das obras legadas à humanidade. E já é tempo de tirá-lo da quase clandestinidade. Chega ao fim o exílio, Josué precisa ocupar o Brasil.

Se esta é a realidade local, vale reconhecer que, mesmo privado do convívio com o seu país, no seu íntimo Josué de Castro jamais o abandonou. E foi vivendo de forma intensa, e não poucas vezes tensa, que partiu, preservando-se da dor imposta pelas portas fechadas – e o conseqüente impedimento de promover, no seu *locus*, a transformação vislumbrada. Josué construiu-se como um humanista, um articulador, um cientista, reunindo qualidades que justificavam largamente a condição que ocupou em vida e até hoje, ainda que o reconhecimento se

restrinja a setores da sociedade. “Nós nos reconhecemos em Josué de Castro”, resume poeticamente Abbé Pierre, no filme de Sílvio Tendler, *Josué de Castro – Cidadão do Mundo*, um impressionante encontro de personalidades nacionais e internacionais sob um único propósito: reverenciá-lo. Muitos se reconhecem em Josué, embora nem todos o reconheçam, infelizmente.

“Josué de Castro tornou-se o centro de uma polêmica essencial”, de acordo com Milton Santos. Porque incomodar não era algo que o incomodava. Contra a política da dissimulação, teve a coragem de trazer a fome à tona, de estudá-la a fundo, sem escamotear, sobretudo clamando por soluções. Foi com essa coragem de romper tabus que ganhou respeito, um respeito traduzido em mais de 25 idiomas. Personalidade de amplitude internacional, obteve duas vezes indicações para o Nobel da Paz. Merecia, mesmo tão tardiamente, receber o seu mais almejado prêmio, que motivou sua carreira e tornou-se uma verdadeira missão de vida: vencer o flagelo da fome.

Gostaria, para concluir, de mais uma vez destacar a importância de iniciativas como a do Seminário Josué de Castro e o Brasil. E faço isso com uma certa dose de inevitável lamento. Porque ainda não avançamos o suficiente, ou temos bastante terreno a recuperar. O mundo não soube aproveitar a chance que Josué nos deu. Mas nunca é tarde. Envolvendo todos os agentes sociais, podemos avançar para além dos limites da constatação. Esta já nos foi oferecida em *Geografia da fome*, há 55 anos. Urge implantar políticas. Será esta a maior homenagem possível, e tão atual quanto o próprio cientista pernambucano. Os benefícios virão para cada um de nós. Exatamente como sonhou Josué de Castro.

Políticas de combate à fome no Brasil*

Walter Belik
Professor livre-docente do Instituto de Economia/Unicamp
e consultor da Fundação Seade (belik@eco.unicamp.br)

José Graziano da Silva
Professor titular do Instituto de Economia/Unicamp, bolsista do
CNPq e consultor da Fundação Seade (graziano@eco.unicamp.br)

Maya Takagi
Analista da Fundação Seade e doutoranda em economia aplicada no
Instituto de Economia/Unicamp (mayatakagi@hotmail.com)

I. Introdução

A dificuldade de medir, de forma direta, as pessoas que passam fome é um problema generalizado em todos os países, pois exige pesquisas extensas e dispendiosas (FAO, 1996). A pesquisa que mais se aproximou deste objetivo, no Brasil, foi o Estudo Nacional da Despesa

(*) Esse texto faz parte do Projeto Fome Zero, elaborado pelo Instituto Cidadania (www.icidadania.org.br).

Familiar (Endef), de 1974-1975, que mensurou o consumo de alimentos e a renda das famílias. Diante da ausência de pesquisas diretas, diversos pesquisadores, entre os quais se destacam técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Comissão Econômica das Nações Unidos para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de várias universidades, desenvolveram metodologias diversas para seu dimensionamento. Em geral são metodologias baseadas na mensuração indireta da "fome" a partir da insuficiência de renda monetária para se alimentar adequadamente, que iremos chamar aqui de "vulnerabilidade à fome". Takagi, Del Grossi e Graziano da Silva (2001) arrolaram os estudos mais recentes para mensuração da indigência e da pobreza no Brasil[1], e verificaram uma disparidade muito grande nos resultados, variando de 8,7% de indigentes (ROCHA, 2000) para 29% (CAMARGO E FERREIRA, 2001), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999. Recente trabalho da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) lançado em julho de 2001, denominado *Mapa do fim da fome* (ver http://www.fgv.br/cps/mapa_fome.cfm), utilizando metodologia similar à adotada em Ferreira, Lanjouw e Néri (2000), chegou ao número de 49,8 milhões de indigentes, ou 29,3% da população, em 1999, a partir de uma linha de indigência de 80 reais referente à Região Metropolitana de São Paulo. O trabalho também quantificou a pobreza nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. O trabalho do Instituto Cidadania que deu origem ao Projeto Fome Zero, por sua vez, estimou em 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres, que vivem com renda familiar *per capita* abaixo de 1 dólar diário, em 1999.

Mas os estudos são unânimes no diagnóstico de que o problema da fome no país, atualmente, é o da falta de renda para se alimentar adequadamente. E que esta falta de renda, traduzida por pobreza, é o reflexo da desigualdade de renda existente no país[2], agravada pelos al-

1. Os indigentes são calculados por meio da quantificação de pessoas ou famílias com renda abaixo do necessário para adquirir uma cesta de alimentos com quantidades energéticas mínimas ou recomendadas. A linha de pobreza é superior à de indigência, pois inclui, além do valor dos alimentos, outras despesas não-alimentares como vestuário, moradia, transportes etc.

2. Ver HENRIQUES, 2000.

tos níveis de desemprego e pelas taxas de crescimento econômico insuficientes para incorporar as pessoas que a cada ano querem ingressar no mercado de trabalho, além de pela falta de políticas públicas no campo da segurança alimentar.

O diagnóstico e as políticas receitadas para o combate à fome no Brasil passaram por três fases. Até a década de 1930, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles. Desse período até o final da década de 1980, a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e o controle da oferta. Finalmente, desde o início da década de 1990, os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, mediante a desregulamentação do mercado, na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e fazendo que alcançassem a cidadania.

Embora tenha havido uma mudança no diagnóstico e nas políticas prescritas, o problema da vulnerabilidade à fome permanece neste início de século XXI tão ou mais grave do que antes. As últimas estatísticas têm mostrado não a diminuição contínua dos níveis de pobreza e de indigência, mas uma manutenção dos níveis a partir de 1995, e até mesmo um ligeiro aumento em 1999 (ROCHA, 2000; HOFFMAN, 2001 e DEL GROSSI, GRAZIANO DA SILVA e TAKAGI, 2001), especialmente nas áreas metropolitanas[3], como reflexo do crescente desemprego e da precarização dos mercados de trabalho e dos baixos salários vigentes.

Este artigo procura analisar as políticas de combate à fome no Brasil, particularmente as vigentes na década passada. Ele está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda seção analisamos as características das políticas alimentares até a década de 1970 como sendo tipicamente voltadas para as áreas de distribuição e abastecimento. Na terceira, analisa-se a priorização para as políticas agrícolas nas décadas de 1970 e 1980. No quarto item, analisam-se os anos 1990, em que se processa o desmonte da política agrícola e de abastecimento.

3. Del Grossi, Graziano da Silva e Takagi (2001) calcularam o crescimento das pessoas pobres entre 1995 e 1999, chegando à taxa de 1,2% ao ano, bastante próxima à taxa vegetativa de crescimento da população brasileira. No entanto, nas regiões metropolitanas a taxa de crescimento foi de 5% a.a., enquanto nas áreas urbanas não-metropolitanas e nas áreas rurais foram de, respectivamente, 0,9% e -0,4% a.a.

Por fim, no último item, avalia-se o diagnóstico para o problema da fome neste início de milênio para apresentarmos algumas alternativas de políticas públicas.

II. Primeiro período: intervenções na área do abastecimento

No Brasil Colonial, o problema da falta de alimentos já chamava a atenção dos governantes. Apesar de o Brasil ter se estabelecido como uma área de exploração e produção agrícola, a preocupação com as culturas alimentares surge já no século XVI em função da monocultura, que não deixava espaço para a produção de "mantimentos". Ao longo do período de escravidão, desenvolveu-se o dilema da necessidade de utilizar mão-de-obra para produzir e comercializar alimentos em condições não-remuneradoras, comparada à alternativa de produzir para a exportação. Por esse motivo, a produção de alimentos estava ligada muito mais ao auto-abastecimento das propriedades do que às demandas apresentadas pelo mercado. Essa situação abria espaço para alguns colonos na região de Minas Gerais ou foreiros e escravos que trabalhavam nas fazendas de cana-de-açúcar paulistas.

Segundo Burnier (2000), outros dois flagelos da administração colonial eram o dízimo e o recrutamento. "O recrutamento era feito de forma aleatória e desordenada, tendo chegado na Bahia a provocar a carestia de alimentos: para fugir dele, muitos lavradores optavam por abandonar suas plantações" (BURNIER, 2000, p. 45). Com a introdução do café e a cessação do tráfico negreiro, o problema da oferta de alimentos se agrava. Faltavam braços para cultivar a terra e havia mais bocas para alimentar nas cidades. A situação ainda era pior em períodos de alta no preço do café, quando a mão-de-obra disponível era totalmente aproveitada para o desenvolvimento dessa cultura de exportação.

A escassez de alimentos e o atraso nas estruturas de comercialização levam à elevação no preço dos alimentos e à ação de especuladores. O ano de 1917 representa um marco nos problemas de alimentação, fazendo com que a questão da carestia se apresentasse como o estopim para a deflagração de manifestações e da primeira greve geral operária de nossa história, que teve lugar na cidade de São Paulo. Na realidade,

a escassez estava sendo gerada pelos crescentes embarques de alimentos brasileiros para o abastecimento das nações européias em guerra (FRITSCH, 1990, p. 45). O mercado não queria café, cujos preços estavam em baixa, e sim alimentos, o que levava a um enorme esforço das fazendas, em situação financeira debilitada, para desviar o produto agrícola que atendia uma população urbana já na casa de milhões de pessoas.

A crise da década de 1930 inaugura um período de intervenções públicas federais no abastecimento. O governo Vargas implantou um largo aparato de intervenção no qual cada autarquia (açúcar e álcool, mate, sal, café, trigo etc.) deveria zelar pelo equilíbrio dos mercados interno e externo e pelos preços remuneradores aos produtores. É justamente nesse período que se agrava o problema da oferta, tendo em vista a desestruturação da agricultura cafeeira, que, por um lado, contribuía para a oferta de gêneros de primeira necessidade e, por outro, segurava um grande contingente populacional no campo.

A Comissão de Abastecimento, criada no bojo da ditadura do Estado Novo e também compatível com o esforço de guerra (Decreto-lei nº 1.507, de 16 de setembro de 1939), tinha como objetivo regular tanto a produção como o comércio de alimentos, drogas, material de construção e combustíveis a fim de segurar a alta de preços. A Comissão funcionava como um ministério extraordinário com superpoderes, que poderia comprar ou requisitar e vender esses produtos para a população. A Comissão poderia também exigir a colaboração de órgãos ou funcionários estaduais e municipais.

Em termos práticos, a Comissão deixou algumas iniciativas importantes, como os restaurantes populares – vinculados ao Ministério do Trabalho e ao órgão de Previdência Social –, e também alguns instrumentos de incentivo e apoio à produção agrícola. Todavia, os preços da alimentação continuaram a se elevar durante o período da guerra e mesmo nos anos seguintes. A causa principal para esse movimento estava na desvalorização da moeda nacional, que tornava mais caras as importações e mais escassos os produtos de origem nacional (BELIK, 2001).

Nas décadas seguintes, a questão da fome e da carestia começa a receber uma atenção especial dos governantes devido aos aspectos concernentes às questões de produção, consumo e distribuição ou devi-

do a questões subjetivas ligadas a um país que queria se libertar do atraso e do subdesenvolvimento e entrar na modernidade. Como pano de fundo desses temas estavam os compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil na Conferência de Hot Springs (Estados Unidos) em 1943, que lançou as bases para a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), e a própria criação da FAO em 1945. Nesse período, o brasileiro Josué de Castro tornava-se conhecido mundialmente a partir da publicação de seu livro *Geografia da fome* em 1946.

Na década de 1950, com a modernização da agricultura e a abertura de novas vias de acesso e novas áreas de produção, o discurso político e a ação governamental voltam-se para a área da distribuição. Embora a reforma agrária passasse a ser apresentada como importante política de apoio à oferta de alimentos e apontasse no sentido mais geral das reformas necessárias para o desenvolvimento do país, a ênfase da política do período vai se dar na área do abastecimento. Pela primeira vez são tomadas medidas de intervenção direta no abastecimento em tempos de paz, sem tomar o esforço de guerra como base legal.

Nesse sentido, vale mencionar a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap) em 1951, que mais tarde abriu espaço para uma área de fiscalização (Sunab – Superintendência Nacional do Abastecimento), armazenamento (Cibrazém – Companhia Brasileira de Armazenamento), distribuição (Cobal – Companhia Brasileira de Alimentação) e administração de estoques reguladores (CFP – Companhia Financiadora da Produção). Todos esses órgãos foram lançados dez anos depois, por meio das leis delegadas, numa tentativa do governo João Goulart (1961-1964) de recuperar o atraso existente entre as estruturas de produção e de comercialização e deter a especulação. Nesse período também se criou o Entreposto Terminal de São Paulo, que foi o embrião do Ceagesp (Companhia de Entrepostos Gerais do Estado de São Paulo) e das centrais de abastecimento que se seguiram.

O surgimento do entreposto em São Paulo e a criação da Cobal marcam uma mudança radical no rumo das políticas de abastecimento. Até então, o poder público tinha como objetivo apenas fiscalizar e controlar os canais de comercialização. A partir da década de 1960, o poder público chama para a si a tarefa de distribuir e fazer chegar até a

porta do consumidor os alimentos necessários. Em outras palavras: deixam-se de lado os aspectos normativos e passa-se a atuar diretamente na gestão do sistema de abastecimento. A preocupação principal não era combater de forma direta o problema da fome, mas sim dar uma resposta à sociedade que exigia preços mais baixos.

A partir da proposta inicial do Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (Gemab), em 1968, e da Cobal institui-se uma extensa rede de centrais de abastecimento (47 entrepostos) e mais de uma centena de instalações varejistas (Rede Somar). Adicione-se a isso outras centenas de varejões e sacolões administrados pelos estados e municípios que irão surgir ao longo das décadas de 1970 e 1980. Essa postura é bastante distinta da anterior, que mantinha sob a administração pública apenas o esquema de concessões em mercados municipais. Desta feita, o Estado pretende administrar, direcionar e punir os varejistas. Acreditava-se que reunindo em um só local oferta e demanda de produtos agrícolas seria possível nivelar preços, comparar padrões e reduzir margens.

III. Mudanças na conjuntura nas décadas de 1970 e 1980: a priorização da produção agrícola

O esforço de modernização da agricultura brasileira afastou de imediato a preocupação com a disponibilidade de alimentos. Desde os anos 1950, a produção agrícola passou a crescer em ritmo superior ao aumento da população. No final dos anos 1960, a agricultura e a pecuária crescem aceleradamente (5,1% e 2,3% ao ano, respectivamente para o período 1967-1970) e no período seguinte, 1971-1976/77, atingem os seus maiores níveis de crescimento na história: 5,5% e 6,3% para agricultura e pecuária.

O principal fator impulsionador da agricultura no período foi a política de crédito rural subsidiado. O seu resultado foi uma rápida expansão da fronteira agrícola, o que demandou, evidentemente, uma rede de estradas e corredores para que se pudesse escoar a produção agrícola para o mercado. Assim, embora a produção agrícola fosse suficiente para atender às necessidades nutricionais – mesmo considerando a crescente exportação de produtos agrícolas e que parte importante da distribuição estivesse sob controle do poder público –, os preços dos

alimentos continuavam elevados e a questão da fome já se destacava na realidade brasileira, associada à questão da carestia dos alimentos e à inflação. Entre 1971 e 1980 o Índice de Preços no Atacado de produtos agrícolas (IPA-DI) apresentou uma taxa média anual de 30,4%, contra um IPA-DI para todos os produtos da ordem de 27,6%. No período 1981-1990 esse índice subiu para 208,5% (média anual), contra 203,9% do IPA-DI (média anual) para todos os produtos[4].

Muitos fatores poderiam ser arrolados para explicar essa diferenças de indicadores, tais como a influência do câmbio valorizado nos custos dos insumos agrícolas, menores ganhos de produtividade no campo, desvios de produção para o mercado externo etc. No entanto, dois aspectos podem ser considerados fundamentais para compreender a reversão de políticas que vai se processar na década de 1990.

Primeiro, a ineficiência das estruturas de comercialização. Apesar de todo o aparato montado ao longo dos 30 anos anteriores, o poder público foi ineficiente ao controlar preços, margens e modernizar a comercialização. No sistema de atacado, os Ceasas – Centros Estaduais de Abastecimento S. A. – jamais funcionaram como espaços de aproximação de produtores e consumidores. Pelo contrário: tão logo elas se estabeleceram, o sistema passou a ser controlado por atacadistas privados que se consolidaram como um novo elo na cadeia de distribuição. Durante todo esse período, pouca coisa se alterou também no sistema de escoamento da produção, embalagens e mecanismos de formação de preços. Na prática, os agentes e os mercados tradicionais passaram a atuar nos novos espaços patrocinados pelo poder público sem mudanças e maiores efeitos na oferta.

Segundo, a importância cada vez maior do peso dos produtos industrializados na cesta de consumo da população. Essa particularidade chamou a atenção de Baer (1995, p. 370), em sua análise da estrutura de consumo pessoal do Brasil, calculada a partir das Contas Nacionais. Observa-se que a proporção do consumo de produtos agrícolas *in natura* nos gastos totais com consumo se reduziu de 17,4% para 5,4% e depois para 3,3% em 1959 e entre 1970 e 1975. Por sua vez, o consumo de

4. É importante mencionar que, na década de 1990, com a liberalização dos mercados, os preços alimentares no atacado continuaram a suplantar o IPA-DI total. O IPA-DI de gêneros alimentícios subiu 230,2% ao ano, contra 205,7% do IPA-DI geral. Durante todo o período, no entanto, verifica-se que os preços recebidos pelos produtores agrícolas são decrescentes.

alimentos industrializados cresceu de 15,1% para 25,3% e depois se reduziu para 21,12% no período analisado.

De fato, com a urbanização e a mudança dos hábitos alimentares da população, cresceu o consumo de produtos industrializados ou semipreparados. Assim, uma parte cada vez mais importante da produção agrícola acabava por seguir outros circuitos, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de alimentos e, daí, para os supermercados e mercearias[5].

Acrescente-se a isso também as mudanças ocorridas na estrutura familiar e no mercado de trabalho, que levaram a um crescente consumo de alimentos fora dos domicílios. Dados observados por Maluf (2000, p. 9) chamam a atenção para o fato de que, mesmo nas classes de renda mais baixa (até dois salários mínimos), o gasto com alimentação fora de casa saltou de quase nada no total despendido com alimentação para mais de 12% em 1999. Esses fatores têm uma enorme influência não só nos circuitos de distribuição dos alimentos industrializados como também daqueles *in natura*. Estamos considerando, portanto, que uma importante parcela da produção não recebe nenhuma influência ou regulação do poder público e circula de forma independente, passando a criar suas próprias rotinas de compras.

Esses elementos nos permitem mostrar que a ação do Estado na regulação da distribuição e no combate aos problemas da fome mudou nos seus fundamentos. Nos anos 1990, vamos assistir ao desmonte das estruturas antigas e ao ressurgimento das políticas de assistência direta à população carente.

Em comparação com o enorme apoio recebido pela produção agrícola, foram poucas as ações do Estado em direção a uma política de abastecimento e combate à fome. Nos anos 1970, consolidou-se o sistema de Centrais de Abastecimento concebido nos anos 1980 e a distribuição varejista ficou sob responsabilidade dos estados e municípios, que incrementaram e ampliaram a rede de varejões e sacolões. A única iniciativa federal efetiva visando atender os consumidores de baixa ren-

5. No Brasil, assim como em outros países, o crescimento da comercialização de alimentos em supermercados está diretamente ligada ao seu processamento. A venda em supermercados exige embalagens homogêneas e pesos e dimensões previamente estabelecidos. Só recentemente é que a tecnologia proporcionada pela informática permitiu que as grandes instalações de varejo pudessem comercializar vantajosamente produtos a granel.

da foi a criação da Rede Somar, que, conforme comentamos, chegou a administrar mais de uma centena de estabelecimentos. Todavia, muito pouco foi realizado no combate direto da questão da fome entre as famílias pobres.

Merece ser lembrado apenas, nesse período, o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), criado em 1986 no governo Sarney para atender famílias com renda mensal total de até dois salários mínimos e com crianças de até 7 anos de idade. Como destaca Cohn (1995), esse programa foi muito malsucedido em termos de abrangência e também no que se refere à sua gestão. Entretanto, foi a primeira experiência em grande escala de distribuição de cupons de alimentos no Brasil.

Tendo em vista o seu objetivo eleitoreiro, vinculou-se a administração do PNLCC diretamente à Presidência da República, que passou a controlar a oferta (produção e importação de leite) e o sistema de distribuição. Os cupons, conhecidos como "tíquetes do Sarney", eram distribuídos às famílias carentes previamente cadastradas em entidades de base, na proporção de um litro de leite por criança. Não havia contrapartida por parte dessas famílias nem controles que pudessem conferir se os cupons estavam mesmo sendo trocados por leite.

Tendo sido lançado inicialmente nas capitais do Nordeste, o PNLCC foi estendido a outras capitais, tendo como meta atender a mais de 10 milhões de crianças. Não há informações sobre o custo desse programa e se as metas estabelecidas foram atingidas[6]. No entanto, observou-se um significativo aumento na produção de leite no país (20,1% entre 1986 e 1990) e um crescimento no consumo *per capita* de 94 litros/ano para 109 litros/ano nesse período. Vale ainda lembrar, que essa foi a primeira experiência na implementação de políticas cujas metas foram traçadas de baixo para cima. Foi também a primeira experiência de compra pública de gêneros alimentícios feita diretamente na rede comercial constituída. Não se estabeleceram novos canais de comercialização nem se distribuiu alimento em espécie; apenas se propiciou o meio de compra para a aquisição de alimentos.

As mudanças nas diretrizes de política macroeconômica nos anos 1990 levaram a uma redução gradativa dos gastos com a agricultura e a

6. Ver a esse respeito *Conjuntura Alimentos*, março de 1986, p. 17. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Abastecimento.

alimentação. Tomando-se apenas as despesas orçamentárias do governo federal, verifica-se que os recursos alocados na "função agricultura" reduziram-se de 5,75% no início dos anos 1980 para apenas 2,11% na média do período 1995-1999 (GASQUES, 2001). Embora tenha havido crescimento dos gastos ao longo desse período, ele foi muito inferior ao crescimento dos gastos do governo como um todo. Enquanto a taxa anual dos gastos com a agricultura cresceu 4,22%, as despesas gerais tiveram um crescimento médio de 12,21% ao ano. Ademais, vale ressaltar que "mais de 50% do gasto público estão pulverizados em ações sobre as quais o governo não tem o menor acompanhamento ou controle" (GASQUES, 2001, p. 11 e 29).

Com o esvaziamento das despesas de governo com a agricultura (leia-se crédito agrícola, preços mínimos e estoques reguladores), restou ao Estado promover políticas compensatórias. Nesse particular, inserem-se políticas pontuais e regionais visando atender às demandas de grupos organizados. Não seria exagero afirmar que, com a importante exceção dos recursos destinados à Previdência Rural (estabelecidos pela Constituição de 1988), houve uma redução generalizada dos gastos em programas e ações de combate à fome. Na agricultura, assim como em outros setores, houve um redirecionamento das fontes públicas para as de origem privada.

Essa mudança de enfoque não abalou tanto o crescimento da agricultura empresarial, especialmente daqueles segmentos voltados para a exportação, que continuaram a apresentar resultados crescentes em termos de quantidades produzidas. Todavia, uma parcela cada vez maior de pequenos agricultores passou a conviver com a situação de insolvência, deixando de lado a atividade agrícola. Dias et alii (2000) estimam, com dados do IBGE de 1996, que aproximadamente 20,4% dos produtores agrícolas tinham rendas negativas, e 59,5% abaixo da renda mediana, o que quer dizer que se tratava de agricultores eminentemente pobres.

IV. A retomada da questão da fome nos anos 1990

Embora nunca tenha saído da pauta de problemas nacionais nem da pauta de reivindicações dos movimentos sociais, houve um arrefecimento da discussão sobre o problema da fome e da miséria no

país desde o fim da mobilização promovida pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (a campanha coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho) e da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) em 1993.

A sua retomada, a partir do ano 2000, está relacionada a vários fatores: primeiro, o agravamento da situação da pobreza e da vulnerabilidade das famílias no país, especialmente nas grandes cidades, aprofundada com a crise econômica e o aumento do desemprego no final da década de 1990. Segundo, as iniciativas de organismos internacionais, como a FAO, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial sobre o tema da fome e da pobreza[7]. Essas preocupações e ações refletem o fato de que a manutenção da pobreza e de níveis agudos de fome (e até mesmo o seu aumento em alguns países) é o calcanhar de Aquiles para o "sucesso" do "modelo de desenvolvimento equilibrado" dessas economias.

A Cúpula Mundial da Alimentação de Roma, em 1996, que reuniu 186 países, definiu como meta reduzir pela metade o número de desnutridos até 2015, o que fez que a FAO adotasse uma metodologia para acompanhamento da quantificação da fome no mundo. Similarmente, o Banco Mundial acompanha os dados de pobreza mundial desde 1993, e seu último relatório sobre desenvolvimento mundial (2000-2001) denomina-se "Luta contra a pobreza". O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na mesma linha, adotou o compromisso de reduzir pela metade a extrema pobreza no mundo e também publica anualmente avaliações sobre o estado de desenvolvimento humano no planeta, acompanhando indicadores sociais. Inúmeras propostas foram apresentadas, dividindo-se entre aquelas que tratam especificamente do problema do acesso aos alimentos e aquelas que estão voltadas para o fornecimento de uma complementação na renda.

A seguir, apresenta-se um rápido resumo sobre as marchas e contramarchas das políticas de combate à fome no Brasil nos anos 1990. Ao contrário de outros países (desenvolvidos ou não) que têm adotado políticas claras para aumentar o acesso da população à alimentação, o

7. Percebe-se, a partir do fim da década passada, uma ação mais coordenada em torno de programas de "Combate à Pobreza" (Banco Mundial, 2000 e PNUD, 2000) ou "Segurança Alimentar" (FAO, 2000).

nosso país ainda se ressentia da falta de um projeto integrado e com recursos para atender a esse objetivo[8].

No início da década de 1990, o governo Collor de Melo reestruturou os órgãos e instrumentos de políticas ligados à saúde e à nutrição, desmobilizando e extinguindo diversas políticas, como os programas de suplementação alimentar dirigidos a crianças menores de 7 anos, desarticulando o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), enfraquecendo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN (VALENTE, 2001). Segundo Valente (2001), a única novidade positiva no período foi a iniciativa de utilização de estoques públicos de alimentos para Programas de Alimentação, antiga reivindicação de técnicos com vistas a reduzir as perdas dos estoques, que deu origem ao programa de distribuição de cestas básicas para a população atingida pela seca do Nordeste, em 1990.

O período seguinte (1992-1994) é marcado pela realização de uma ampla mobilização da sociedade civil em torno do tema da fome e da miséria animada com a mobilização pela ética na política, resultando na tentativa de implantação, pela primeira vez, de uma política de combate à fome no país. As iniciativas de partidos políticos de oposição, como o Partido dos Trabalhadores, que elaborou e apresentou ao governo federal uma Política Nacional de Segurança Alimentar, e a mobilização da sociedade em torno da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida tiveram forte impacto neste resultado.

Para coordenar essas políticas foi criado, em maio de 1993, durante o governo Itamar Franco, o Consea, vinculado diretamente à Presidência da República e que contava com a participação de organizações não-governamentais. Segundo Valente (2001), o Consea era integrado por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, em grande parte indicados pelo Movimento pela Ética na Política, para coordenar a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria de acordo com os princípios de solidariedade, parceria e descentralização.

O Consea, tendo como pano de fundo o Plano de Combate à Fome e à Miséria, definiu como prioridades a geração de emprego e renda; a

8. Lacuna que, no nosso entender, foi preenchida somente em 2003 com o início do Programa Fome Zero, derivado do Projeto Fome Zero do Instituto de Economia.

democratização do acesso à terra e o assentamento de produtores rurais; o combate à desnutrição materno-infantil; o fortalecimento, a ampliação e a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar; a continuidade da utilização de estoques públicos para programas de alimentação social (Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – Prodea); e a revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador. O Consea funcionou por apenas dois anos. Apesar de representar uma novidade institucional, ao envolver vários ministérios e também segmentos organizados da sociedade civil, ficou sujeito às restrições da área econômica, cuja prioridade de estabilização monetária deixava à margem a ênfase nas políticas sociais.

Alguns dos poucos resultados que podem ser atribuídos à atuação do Consea foram a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (a merenda escolar) em direção aos municípios e às próprias escolas (autonomização da gestão); a continuidade do Prodea, com a utilização de estoques públicos de alimentos; e a prioridade ao programa de distribuição de leite (Programa "Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional – Leite é Saúde"), como estratégia de combate à desnutrição materna e infantil.

O governo Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Consea e, no lugar dele, criou o Conselho Comunidade Solidária, um órgão mais de consulta do que executivo. A partir daí, observa-se uma nova fragmentação das políticas públicas de combate à fome, que resultou, por exemplo, na extinção do INAN, em 1997, e na manutenção do programa de distribuição de cestas básicas de forma instável e sujeita ao calendário eleitoral. Em 1998, por exemplo, ano da reeleição de FHC, o governo distribuiu o recorde de 30 milhões de cestas[9].

Em 1999, foi criado o Programa Comunidade Ativa (PCA), coordenado pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária. O PCA é voltado para as localidades, sendo os municípios escolhidos por terem menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A proposta do programa é a realização de agendas locais de desenvolvimento a partir de diagnósticos participativos para a identificação dos problemas locais. Com essas agendas, o governo federal priorizaria essas localidades em programas como Redução da Mortalidade Infantil, Agentes Comunitá-

9. "SENSIBILIDADE básica". *Folha de S.Paulo*, 28 nov. 2000. São Paulo, p. A2.

rios de Saúde, Saúde da Família e programas de microcrédito. Em abril de 2000, o programa havia atingido apenas 148 municípios, com previsão de atingir mil até o final do ano 2000 (TERRA, 2000). Segundo Valente (2001), no início de 2001 haviam sido contemplados apenas 157 municípios nessa primeira fase do programa. A mesma proposta do PCA foi, posteriormente, incorporada ao novo programa do governo federal, o Projeto Alvorada, uma junção de diversos outros programas em andamento e implantados independentemente.

Com relação às políticas na área de saúde, desde a extinção do INAN, o principal programa federal para combate às carências nutricionais da população de risco tem sido o fornecimento de leite e óleo de soja. Isso vem sendo feito por meio do programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN), vinculado à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), do Ministério da Saúde, juntamente com o fornecimento da multimistura para crianças desnutridas, por intermédio da Pastoral da Criança.

O objetivo do ICCN foi atender prioritariamente crianças com risco nutricional na faixa etária entre 6 e 23 meses e também o atendimento a gestantes, idosos e crianças entre 24 e 59 meses. O relatório do programa informa que, até dezembro de 1999, qualificou 4.793 municípios para recebimento da verba total de 127,1 milhões de reais, com 566.675 crianças de 6 a 23 meses beneficiadas. Os recursos eram repassados aos municípios mediante a implantação do sistema de acompanhamento de crescimento e desenvolvimento infantil (Sistema de Vigilância Nutricional – Sisvan) e de um fundo especial.

O governo federal planejou substituir progressivamente o ICCN por um programa de renda mínima, a partir de 2001. Esse programa começou muito timidamente e recebeu o nome de Bolsa-Alimentação. A proposta é de uma complementação monetária de 20 reais por nutriz, gestante ou criança até 6 anos, com no máximo três beneficiários por família, com um valor total previsto de cerca de 570 milhões de reais.

No final de 2000, o governo federal cortou do Orçamento de 2001 a verba para o Prodea, acabando com a distribuição de cestas básicas. A justificativa oficial foi o caráter assistencial do programa, que não contribuía, segundo o governo, para o combate à pobreza no país. Além disso, argumentou-se que a distribuição de cestas vindas de fora não

ajuda a economia local do município, porque diminui as compras dos pequenos comércios.

Críticas à extinção surgiram de vários lugares. Flávio Valente, da ONG Ágora, observou que, desde 1994, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar apresentou propostas de revisão do programa visando a uma maior articulação da distribuição de cestas com a comunidade local, a partir do trabalho comunitário, da capacitação dos beneficiários e da descentralização das compras das cestas, com vistas ao desenvolvimento local sustentável[10]. Clovis Rossi afirma que o argumento acadêmico-economicista do governo deixa de lado o fato de que, enquanto as estruturas não mudam, é fundamental que as pessoas sobrevivam[11]. Ou seja, é preciso colocar outra coisa no lugar, posição também defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A proposta do governo federal desativando o Prodea era transferir de maneira gradativa as famílias atualmente beneficiadas para outros programas sociais vinculados ou não ao Projeto Alvorada, com especial ênfase no Bolsa-Alimentação, recém-criado, e no Bolsa-Escola, a partir de 2001.

O Bolsa-Escola foi criado em fevereiro de 2001 e está sendo implantado pelo Ministério da Educação. Visa fornecer a quantia de 15 reais por mês para cada família com criança matriculada na escola, com recursos previstos de 1,7 bilhão de reais, provenientes do Fundo de Combate à Pobreza[12]. A meta do governo era atingir 10,7 milhões de crianças e 5,9 milhões de famílias em 2001. O valor da bolsa é menor do que o valor de mercado da cesta básica distribuída pelo Prodea, que, segundo cálculos de Lavinas et alii (2000), variava de 18 reais e 90 centavos em Curitiba a 21 reais e 66 centavos em Belo Horizonte, e bem menor do que as políticas que deram origem ao programa Bolsa-Escola, como na Prefeitura de Campinas (gestão Magalhães Teixeira, 1997-2000, que hoje varia de 125 reais a 370 reais por família), no

10. Valente, Flávio Luiz Scheik. "O que se põe no lugar?". *Folha de S.Paulo*, 2 dez. 2000. São Paulo, p. A3.

11. Rossi, Clovis. "O retrato de um governo". *Folha de S.Paulo*, 28 nov. 2000. São Paulo, p. A2.

12. Conforme dados obtidos na página eletrônica do Ministério da Educação (www.mec.gov.br) em julho de 2000.

Distrito Federal (gestão de Cristovam Buarque, 1995-1998, de 130 reais por família – o salário mínimo da época), e nas prefeituras de Porto Alegre, de 150 reais por família, e de Recife, no valor de 75 reais por aluno matriculado[13].

Em resumo, podem-se identificar duas tendências atuais nas políticas de combate à fome do governo federal: primeira, um esvaziamento das políticas universais e sua substituição por políticas localizadas, de caráter focalizado e geridas pelos próprios municípios, voltadas para a área social em geral. Priorizam-se os municípios mais pobres e procura-se implantar, gradualmente, agendas locais, apostando na mobilização, formação e treinamento de agentes locais de desenvolvimento. O alcance desta política tem se revelado muito limitado, como se pode verificar pelos baixos resultados alcançados até o momento na redução dos desequilíbrios sociais. Isso porque a fome no Brasil tem, cada vez mais, determinantes globais, como a crise econômica, que resulta em desemprego e baixos salários, além da extrema desigualdade social, e menos determinantes locais[14].

A segunda tendência é a substituição de programas baseados na distribuição de bens em espécie (como cestas básicas e leite) por um valor mensal em dinheiro, que varia entre 15 reais e 20 reais por mês. O agravante é que essas novas políticas direcionadas para a população mais vulnerável à fome não prevêem formas de acompanhamento, visando verificar se as famílias realmente melhoram sua alimentação ou se transferem esses recursos adicionais recebidos para o pagamento de outros gastos (como aluguel, transporte etc.)[15].

---

13. Conforme Azevedo, E. et alii. "Eficácia de bolsa-escola depende de manter renda". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 abr. 2001.

14. A respeito dos resultados e do diagnóstico das causas da fome ver a versão preliminar para discussão do Projeto Fome Zero (www. http://www.pt.org.br/lulanet/).

15. Nos Estados Unidos, as avaliações dos programas de combate à fome mostram que o mais eficiente é o *food stamps*, que garante o acesso à compra de alimentos por meio de selos (cupons): para cada dólar recebido as famílias aumentam os seus gastos com alimentos de 17% para 47%, com uma média de 30%. Outros programas que, em vez de cupons, distribuem dinheiro (do tipo renda mínima ou bolsa-escola, por exemplo) têm um impacto bem menor: cada dólar recebido aumenta o consumo de alimentos das famílias entre 5% e 11%, no máximo, que "desviam" a maior parte dos recursos recebidos para o pagamento de outras despesas. Ver a respeito Rossi (1998).

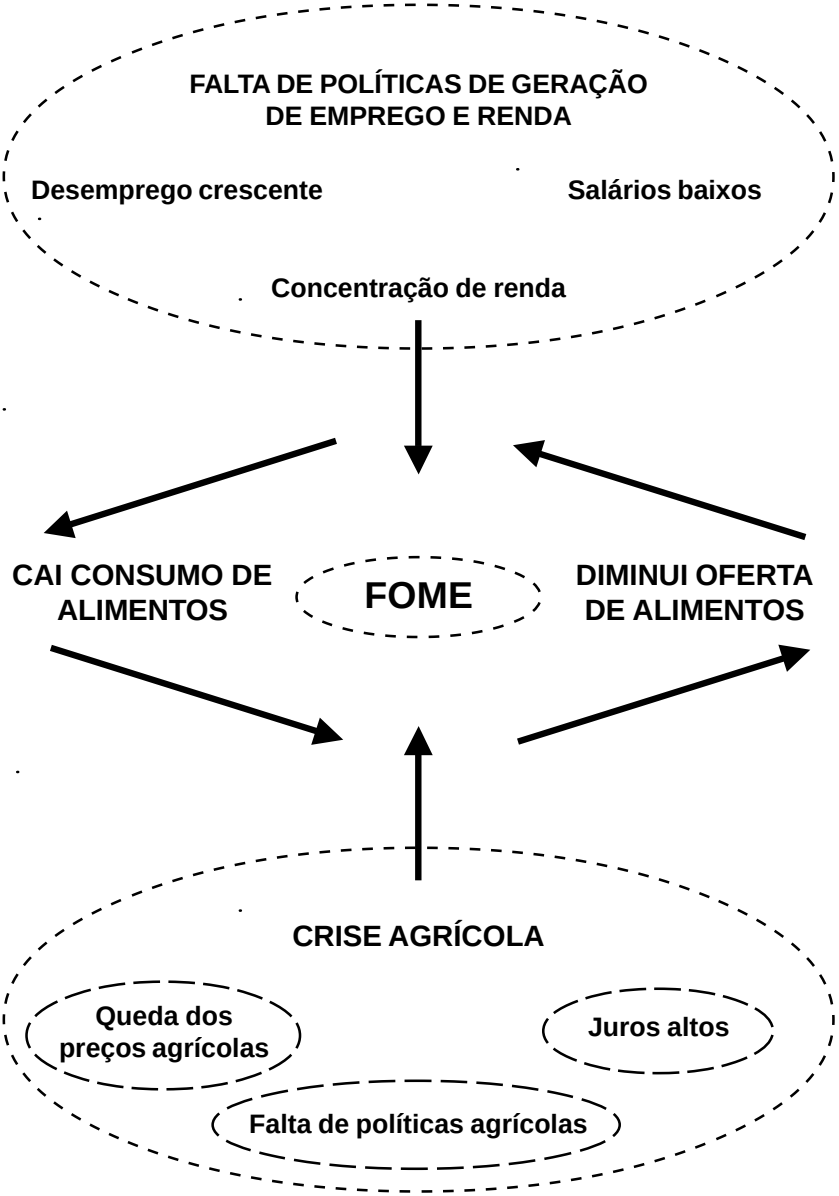
V. Propostas para o combate à fome no Brasil

Na nossa opinião, o problema da fome no Brasil neste início do século XXI está relacionado com uma insuficiência de demanda efetiva, que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria do país. As razões que determinam essa insuficiência da demanda efetiva – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. Muito pelo contrário, são estruturais, ou seja, endógenas ao atual padrão de crescimento e, portanto, conseqüências inseparáveis do modelo econômico vigente. Forma-se, assim, um verdadeiro ciclo vicioso e acumulativo, causador em última instância do aumento da fome no país – qual seja: desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos.

Para romper esse ciclo perverso é preciso a intervenção do Estado com um autêntico programa keynesiano, de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos os que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias. Trata-se, em suma, de criar mecanismos – alguns emergenciais, outros permanentes – para baratear o acesso à alimentação por essa população de mais baixa renda, em situação de vulnerabilidade à fome, de um lado; de outro, de incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, mesmo que seja por meio do autoconsumo e/ou da produção de subsistência; e, finalmente, de incluir os excluídos mediante o aumento da renda, a universalização dos direitos sociais e o fornecimento de direitos de compra de alimentos, dado que o acesso à alimentação básica é um direito inalienável de qualquer ser humano, para não falar do direito do cidadão, que deveria ser garantido a todos os brasileiros.

Em resumo, podemos dizer que neste momento específico que o país atravessa a questão da fome tem que começar a ser equacionada simultaneamente por três grandes eixos de políticas: ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender a parcela da população excluída do mercado.

FIGURA 1 – O CÍRCULO VICIOSO DA FOME



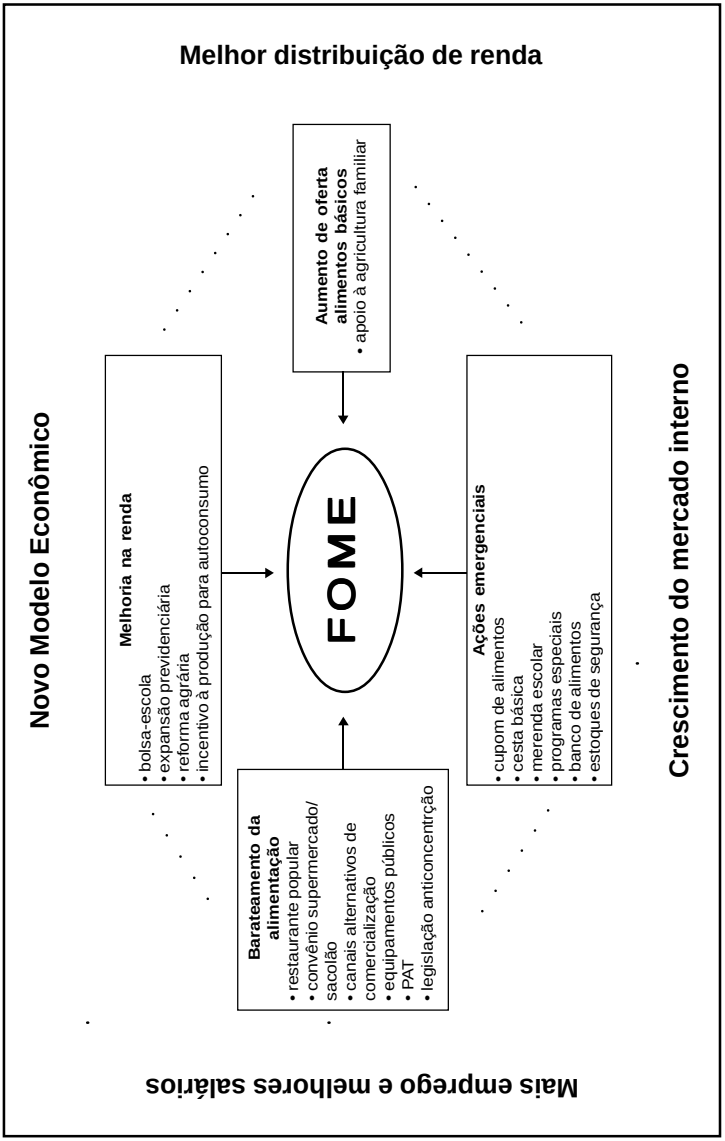
Para o equacionamento definitivo do problema da fome é necessário, conforme dito, um novo modelo econômico que privilegie o crescimento do mercado interno e diminua a extrema desigualdade de renda existente no país. No entanto, enquanto isso não é alcançado, é possível implementar uma série de políticas que promovam simultaneamente melhorias na renda das famílias, barateamento da alimentação, aumento da oferta de alimentos básicos e que forneçam, de forma emergencial, alimentos à população vulnerável à fome.

A figura 2 apresenta, esquematicamente, os principais eixos de atuação e as principais políticas para combater a fome no Brasil. As propostas apresentadas representam, basicamente, uma compilação de iniciativas já implementadas ou em implementação no Brasil ou em outros países, que, se implementadas de forma conjunta, podem reduzir rapidamente a fome no país. O fundamental, a nosso ver, não é propor "novas" políticas, mas integrá-las, articulando os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) com os segmentos organizados da sociedade civil para garantir sua implementação. A seguir apresentamos resumidamente cada uma delas:

a) Melhoria da renda: as iniciativas de fornecimento de renda para as famílias carentes (por meio de programas de renda mínima, bolsa-escola e previdência social universal) são importantes para a melhoria da renda familiar, mas sozinhas não conseguem solucionar o problema alimentar de segmentos importantes da população carente. A reforma agrária tem o papel fundamental de fornecer "casa, comida e trabalho" às famílias rurais mais pobres, além de garantir a inserção produtiva à mão-de-obra familiar sobrante que não encontraria outra forma de ocupação. Pode-se associar também a este grupo políticas de estímulo à produção de alimentos para o autoconsumo, como fornecimento de mudas, sementes, insumos, matrizes de pequenos animais etc.

b) Barateamento da alimentação: as iniciativas dos restaurantes populares, que fornecem refeições prontas a preço baixo (de 1 real a 2 reais) à população trabalhadora que mora nas periferias das grandes cidades tem tido sucesso no barateamento da alimentação realizada fora de casa. Isso é conseguido, a exemplo do modelo de Belo Horizonte, por meio de mecanismos administrativos de compras mais eficientes e da isenção de tributos, pois esses restaurantes não têm por objetivo a geração de lucro. Outra iniciativa importante é a dos canais alternativos

FIGURA 2 – ESQUEMA DE UMA POLÍTICA INTEGRADA DE COMBATE À FOME



de comercialização, como varejões, feiras livres, sacolões, feiras do produtor, compras comunitárias, que fornecem alimentos de qualidade e de baixo custo pela redução da intermediação. No entanto, hoje, a maior parte do consumo de alimentos provém especialmente dos supermercados, nas áreas metropolitanas. A formação de centrais de compras nas periferias em parcerias com o poder público, agregando pequenos supermercados para racionalizar a logística e diminuir seus custos, visando à redução dos preços finais, é uma alternativa a ser incentivada. Outra iniciativa, já em andamento em algumas capitais, é a restrição à concorrência predatória das grandes redes de supermercados que destroem o pequeno varejo, mediante a implantação de uma legislação anticoncentração. Parcerias com as redes de varejo de vizinhança são possíveis em programas como o de cupons-alimentação, como será apresentado nas ações emergenciais. Por fim, é preciso ampliar o Programa de Alimentação do Trabalhador, de modo a atender também os empregados das micro e pequenas empresas. O PAT tinha como objetivo tornar-se um grande programa de alimentação, visando melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores de baixa renda por meio do fornecimento de refeições em restaurantes próprios ou terceirizados, convênios com restaurantes, fornecimentos de tíquetes de alimentação ou de cestas de alimentos. No entanto, acabou beneficiando apenas os empregados formais das grandes empresas. Em 1999, o PAT atendia somente a 18% dos trabalhadores formais no país, em apenas 3,3% dos estabelecimentos, sendo 44,2% deles de grande porte (GUERRA e CAZZUNI, 2001). As micro e pequenas empresas acabaram ficando fora dos benefícios tributários de redução de 4% no imposto de renda, devido à sua forma de recolhimento de tributos pela via do "simples".

c) Ações emergenciais: paralelamente às ações apontadas anteriormente, é necessário atender, de forma emergencial, as famílias que já sofrem o efeito da fome e/ou sejam vulneráveis a ela, por não terem renda para se alimentar adequadamente. Esses programas emergenciais devem atender todas as famílias com renda insuficiente para alcançar a segurança alimentar. A exemplo do programa americano Food Stamp, que fornece às famílias pobres selos (ou vales) para a compra de alimentos no comércio local, propõe-se que sejam fornecidos cupons de alimentação para as famílias completarem a sua renda até um valor referente ao valor da Linha de Pobreza de cada região do país. Esses

cupons poderão ser trocados por alimentos em estabelecimentos cadastrados e podem ser geridos conjuntamente pelo governo federal, pelo governos estaduais e pelos municípios. O programa visa, além de fornecer meios para as famílias se alimentarem, incentivar o comércio local (mediante parcerias com os estabelecimentos cadastrados) e o consumo de produtos naturais (por meio de centrais de compras em parceria com associações de produtores agrícolas), permitindo, ao mesmo tempo, que cada família construa seu próprio cardápio. As famílias participantes do programa devem ser acompanhadas por assistentes sociais, condicionando o fornecimento dos cupons segundo critérios de acompanhamento médico dos pais e dos filhos, manutenção das crianças na escola e, para os desempregados, participação em processo de seleção de empresas e programas de orientação e requalificação profissional.

O programa de cestas básicas deve ser mantido, mas assumindo um caráter exclusivamente emergencial, para os segmentos da população atingidos por calamidades naturais (secas e enchentes) e para os novos assentados de reforma agrária, até que se desenvolva o comércio local e essas famílias possam ser atendidas pelo programa do cupom-alimentação. É necessário buscar uma descentralização do fornecimento por meio do estímulo ao comércio local, ampliando a fiscalização da comunidade sobre o programa para evitar a corrupção e atingir uma focalização melhor sobre os segmentos mais pobres que não têm outras formas de se alimentar. O fornecimento dessas cestas básicas emergenciais deve ser garantido pela instituição de estoques públicos de segurança alimentar, conforme defendido por organismos internacionais, como a FAO, desvinculados dos estoques agrícolas, destinados a evitar oscilações de preços.

Além destes, devem-se manter programas nas áreas de saúde, de acompanhamento da situação nutricional de crianças e adultos, fortalecendo a ação dos Sistemas de Vigilância Nutricional (Sisvan) nos municípios, de forma a monitorar a situação de carência alimentar das famílias de baixa renda.

Especialmente nas grandes cidades, verifica-se a existência de uma rede de produção e desperdício de alimentos, prontos ou não, que, mesmo em boas condições, são jogados fora. A criação dos Bancos de Alimentos é uma forma de aproveitamento desses alimentos, atuando

no recolhimento e na distribuição a associações beneficentes ou diretamente a famílias carentes. Iniciativas como esta funcionam em São Paulo (programa Mesa São Paulo, do SESC – Serviço Social do Comércio –, e na Prefeitura de Santo André, por exemplo) e em várias outras capitais.

Na área federal, o programa da merenda escolar também pode ser ampliado. Atualmente, apesar de ter uma cobertura ampla (atende cerca de 35 milhões de crianças), o aporte nutricional é bastante reduzido (por lei, deve atender apenas a 15% das necessidades diárias das crianças). Esse aporte pode ser aumentado, especialmente em regiões mais carentes, por meio do aumento do repasse de recursos do governo federal, que hoje é de 13 centavos de real por criança/dia. A diversificação dos alimentos, com maior aporte de produtos naturais e locais, também precisa ser incentivada.

d) Aumento da oferta de alimentos básicos: a implantação conjunta dos programas de melhoria na renda, barateamento da alimentação e das ações emergenciais irá, certamente, aumentar muito a demanda por alimentos no país. Nesse caso, serão necessários programas de estímulo aos agricultores familiares, seja mediante um redirecionamento de créditos agrícolas, seja pelo incentivo à agricultura urbana, por meio de programas de zoneamento urbano para aproveitamento de terrenos para implantação de hortas.

Com a criação de canais de venda dos seus produtos ou por meio de compras institucionais (para merenda, hospitais, presídios e para os programas do cupom alimentação) e parcerias com supermercados (estímulo a compras de produtores locais), pode-se incentivar o acesso dos agricultores familiares aos mercados locais.

Considerações finais

Mostramos, neste texto, que o problema da fome permanece grave no país e está hoje fortemente relacionado com a falta de renda para uma alimentação adequada em função dos baixos salários, do desemprego crescente nas regiões metropolitanas, sem deixar de lado a falta de canais de abastecimento local (como nas regiões de seca no Nordeste).

Analisando em retrospecto as políticas alimentares no Brasil, foi possível observar como elas mudaram de caráter ao longo das décadas.

De forma bastante simplificada, as políticas alimentares foram analisadas a partir da seguinte periodização: no início do século XX, predominaram políticas de intervenção visando resolver o problema dos preços altos e da falta de alimentos. Em um segundo momento, a partir dos anos 1930, predominou a visão de atuar nas estruturas de distribuição. Uma ampla estrutura de estocagem e distribuição de alimentos foi criada em âmbito nacional, especialmente a partir da década de 1960. Em seguida, a partir da década de 1970, a intervenção pública se amplia e o Estado passa a atuar no incentivo à produção agropecuária, na gestão direta das estruturas de comercialização e na regulação do mercado. Finalmente, no final dos anos 1980, observa-se o desmonte das políticas agrícolas – em particular a do crédito rural subsidiado – que deram sustentação à agricultura intensiva, embora a produtividade e a produção continuassem a se elevar nas décadas seguintes, e das políticas de abastecimento.

Os anos 1990 foram marcados por dois períodos muito distintos: na primeira metade da década houve uma grande mobilização da sociedade em torno do tema do combate à fome e à miséria, resultando na formação, pela primeira vez, de uma institucionalidade integrada, de caráter nacional, para o combate à fome. Esta estrutura dinamizadora, o Consea, teve, no entanto, vida curta. A segunda metade da década foi marcada pelo desmonte das estruturas anteriores e sua substituição por políticas focalizadas, de articulação com as comunidades, e pelo estabelecimento de programas de renda mínima do tipo bolsa-escola, bolsa-saúde etc.

Considerando-se as oscilações recentes da economia brasileira e o fato de que essas propostas ainda estão em fase de implantação, pouco há para se avaliar. No entanto, o texto também mostrou uma série de iniciativas, algumas já em andamento, outras novas, que, se implantadas de forma integrada, poderão ter a capacidade de reduzir enormemente o problema da fome no país, envolvendo toda a sociedade.

Bibliografia

BAER, W. A. (1995). *Economia brasileira*. Nobel.

BANCO MUNDIAL (2000). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – Luta contra a pobreza*.

BELIK, W. (2001). *Muito além da porteira: Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Campinas, Ed. Instituto de Economia da Unicamp.

BURNIER, D. (2000). *Agricultura brasileira: a produção de alimentos*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.

CAMARGO, José Márcio e FERREIRA, Francisco H. G. O. (2001). *Benefício social único: uma proposta de reforma da política social no Brasil* (mimeo.).

COHN, A. (1995). "Políticas sociais e pobreza no Brasil". *Planejamento e políticas públicas*. Ipea, p. 1-17.

DEL GROSSI, M., GRAZIANO DA SILVA, J., TAKAGI, M. (2001). *Evolução da pobreza no Brasil, 1995-1999*. Texto a ser apresentado no Congresso Anual da ANPECm (mimeo.).

DIAS, G. et alii. (2000). Reestruturação do Sistema Financeiro Agricultura Projeto Comif (mimeo.).

FAO – Food and Agriculture Organization. (1996). The sixth food survey.

FAO. (2000). The State of Food Insecurity in the World (SOFI).

FERREIRA, F. H. G., LANJOUW, P. e NÉRI, M. (2000). *A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census Data*. PUC-Rio, Departamento de Economia, Texto para Discussão nº 418.

FRITSCH, W. (1990) Apogeu e crise da Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus.

GASQUES, J. G. (2001). *Gastos públicos na agricultura*. Brasília, IPEA, Textos para discussão nº 782.

GUERRA, A., e CAZZUNI, D. H. (2001). *O comportamento do programa de alimentação do trabalhador no Brasil durante os anos 90* (mimeo.).

HENRIQUES, R. (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.

MALUF, R. (2000). *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas de segurança alimentar*. São Paulo, Polis, Série Papers nº 6.

HOFFMANN, Rodolfo (2001). *A distribuição de renda no Brasil no período 1993-1999* (mimeo.).

ROCHA, Sonia (2000). *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* (mimeo.).

ROSSI, P. (1998). *Feeding the poor: assessing federal food aid*. Washington, The AEI Press.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000). *We the people – the role of the United Nations in the 21st century* (www.undp.org.br).

TAKAGI, M., GRAZIANO da Silva, J., e DEL GROSSI, M. (2001). *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas, IE/UNICAMP, Texto para discussão nº 101.

TERRA, O. (2000). "Comunidade Ativa". *Cadernos da Oficina Social* nº 5, Rio de Janeiro.

VALENTE, F. (2001). *O combate à fome e à desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do direito humano à alimentação – um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável* (mimeo.).

A *Geografia da fome* 50 anos depois: o que mudou?

Malaquias Batista Filho
Professor titular do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Luciano Vidal Batista
Mestre em biologia. Doutorando em ciências biológicas (zoologia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O mundo mudou com uma rapidez metamorfósica nos últimos 50 anos. É provável que as transformações ocorridas no século XX e, notadamente, nas últimas cinco décadas tenham sido mais marcantes, em suas conseqüências efetivas ou potenciais, do que as mudanças registradas nos cinco séculos precedentes. A ciência e a tecnologia colocaram nas mãos do homem instrumentos para compreender e atuar sobre as forças da natureza, possibilitando, assim, a criação de

ecossistemas concebidos e operados segundo seus interesses, conveniências e caprichos.

A revolução nos meios de comunicação reduziu as distâncias geográficas, políticas e culturais, fazendo da terra uma "aldeia global", para usar a instigante metáfora de McLuhan. Hoje, olhos e ouvidos de todos estão praticamente no mundo todo, fazendo da população testemunha e até participante do que ocorre em tempo real. Graças ao progresso tecnológico, o homem multiplicou mãos e braços produtivos. A história da produção de alimentos é bem ilustrativa desse enunciado. Na época da chegada dos primeiros europeus à América existiam estimativamente 1 milhão de índios na América do Norte, em guerras constantes por espaços alimentares: a terra disponível era pouca para sustentar 1 milhão de bocas em regime de economia praticamente coletora. Meio milênio depois, com o mesmo território, Canadá e Estados Unidos alimentam, dentro de suas fronteiras, mais de 300 milhões de pessoas e têm condições de exportar alimentos para mais 200 milhões ou 300 milhões. Portanto, é como se em 500 anos o espaço alimentar tivesse sido ampliado 500 vezes, ou como se um continente inteiro fosse construído a cada ano, em termos de produção agropecuária.

Sabe-se, hoje como produzir, transformar, conservar e transportar alimentos satisfatoriamente para toda a população humana. Conhece-se relativamente bem o valor nutritivo de cada produto. As necessidades fisiológicas de nutrientes estão bem estabelecidas. Dispõe-se de conhecimentos e meios para evitar, tratar e controlar a grande maioria das doenças que interferem no estado nutricional, produzindo ou agravando as deficiências nutricionais. A equação que explica a fome e possibilita monitorar cada um de seus fatores está, assim, suficientemente resolvida, em escala mundial.

Deve-se a Josué de Castro, no Brasil, a contribuição pioneira e até hoje a referência maior para compreender, difundir e comprometer a consciência do público e das instâncias governamentais no equacionamento do problema da fome. Passados 55 anos do lançamento de seu livro *Geografia da fome*, replicado em 11 edições sucessivas e traduzido em mais de 20 idiomas, o que teria mudado?

A acústica da fome

Deve-se assinalar, em grande parte pela própria repercussão dos livros de Josué de Castro, que a "conspiração do silêncio" que fazia da fome um tema praticamente proibido foi definitivamente rompida. Em seu tempo, segundo o autor,

> "para cada mil publicações referentes aos problemas das guerras, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores que os das guerras e das epidemias juntas, conforme é possível apurar, mesmo contando com as poucas referências existentes sobre o assunto".

Atualmente, a cada ano, centenas de trabalhos científicos e relatórios técnicos são divulgados, referindo-se aos problemas de alimentação e nutrição no mundo e mesmo no Brasil. Periodicamente, conferências internacionais, simpósios e outros eventos são promovidos para analisar a situação, conceber políticas e programas, rever metas e reajustar estratégias direcionadas para o combate à insegurança alimentar e ao controle das carências nutricionais. Existem, inclusive, publicações regulares das Nações Unidas (Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef –, Organização Mundial da Saúde – OMS –, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO) anualmente divulgadas como forma de acompanhar a situação e as medidas postas em prática por diferentes países para cumprir compromissos internacionalmente acertados, no sentido de reverter os cenários desfavoráveis da problemática alimentar/nutricional. A acústica política, cultural e ética para temas antes quase proibidos representa uma das conquistas mais positivas dos tempos atuais.

Mudanças e enfoque

Um obstáculo crucial, ao se fazer um estudo comparativo da problemática alimentar/nutricional descrita por Josué de Castro e a situação prevalecente nos dias atuais, consiste em compatibilizar óticas e, sobretudo, instrumentos diferentes utilizados na avaliação dos cenários representativos, nos dois momentos históricos.

Um exemplo bem ilustrativo: há 55 anos, Josué de Castro considerava como áreas de endemias ou de epidemias carenciais os espaços geográficos onde mais da metade da população apresentasse evidências dietéticas, clínicas ou bioquímicas de um perfil alimentar ou estado orgânico claramente relacionado com a deficiência de energia ou de nutrientes específicos. Na realidade, a vertente alimentar era privilegiada nas descrições e análises que configuram a *Geografia da fome*. Os indicadores clínicos e bioquímicos constituíam, de fato, um elenco de descritores secundários.

Já hoje prevalecem métodos e técnicas de avaliação que ressaltam a antropometria, a clínica e os subsídios laboratoriais, com pontos de cortes (*cut-off-points*) apoiados na epidemiologia clínica e com níveis de endemicidade fundamentados em limites de ocorrência a partir de uma população de referência ou "normal". Assim, na apreciação de diferentes aspectos, como "déficits" antropométricos, níveis sanguíneos de nutrientes ou seus metabólicos, a tolerância para estabelecer comparações com uma população "normal" pode ser de 2,3% (dois desvios-padrão), de 3% ou de 10% (percentuais 3 e 10, respectivamente), a partir dos quais se estabelecem diferenciais de ocorrência para fins epidemiológicos. São valores substancialmente diferentes dos utilizados por Josué de Castro há 55 anos, quando a ciência da nutrição ainda ensaiava seus primeiros passos.

Um outro aspecto de diferenciação consiste no enfoque "holístico" singular e, nessa perspectiva, incomparável do livro de Josué de Castro. A convergência de saberes diversos (biológicos, antropológicos, econômicos, políticos, sociológicos) unificados pelo cimento da compreensão histórica faz de seu *Geografia da fome* um livro matricial. Nenhum outro ensaio de autores modernos no Brasil consegue iluminar, simultaneamente, tantos enfoques, perdendo-se ou pelo menos comprometendo, assim, a perspectiva de uma abordagem que possa compreender o problema em suas diferentes naturezas e dimensões.

Velhos x novos cenários

Sem dúvida, a situação alimentar e nutricional do Brasil mudou muito nos últimos 55 anos.

1. O "contraponto demográfico" configura, muito bem, o sentido e a magnitude dessas mudanças. Assim, a expectativa média de vida, em torno de 50 anos,

elevou-se para 67 anos. Enquanto na década de 1940 a distribuição modal da fecundidade variava entre seis e oito nascimentos para cada mulher, sendo freqüentes os casos de mães de dez ou 12 filhos, hoje a média de nascidos vivos está pouco acima de dois filhos por mulher. Outro referencial importantíssimo, em termos de dinâmica demográfica no Brasil, a partir da década de 1940, consiste na inversão populacional campo/cidade, passando de um cenário em que mais de 70% dos habitantes ocupavam a área rural para uma situação em que quase 80% passaram a viver no meio urbano. São eventos importantes para compreender a própria melhoria no estado nutricional da população brasileira, documentada nos últimos 30 anos.

2. Na década de 1940 e, sobretudo, na década anterior, de que derivam as principais fontes informativas reunidas e consolidadas por Josué de Castro, os estudos realizados sobre o consumo alimentar e o valor nutricional da dieta não tinham a representatividade estatística que hoje fundamenta os inquéritos nutricionais. *Geografia da fome* compensa tais limitações com a capacidade de observação e de análise de seu autor, recorrendo a analogias, comparações externas e outras referências para suprir a própria limitação dos dados.

Neste particular, nas três "áreas de fome" do Brasil (Amazônia, Nordeste Açucareiro e Sertão do Nordeste), além da "área de subnutrição", reunindo as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o panorama alimentar nutricional apresentou substanciais alterações.

• O perfil alimentar modificou-se de forma notável, ainda que não se disponha de estudos bem atualizados e representativos sobre os padrões de consumo nos diferentes espaços geoeconômicos e grupos sociais. Médias de ingesta de 1.600-1.700 calorias, como relatados por Josué de Castro, ou até valores mais baixos, como aparecem na publicação do Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development (ICNND, 1965) em populações do Nordeste, não mais seriam encontradas nesta ou em outras regiões de fome do Brasil. Possivelmente, os valores médios de consumo estariam hoje em torno de 2.200 calorias.

• O "déficit" específico de proteínas é uma questão a ser radicalmente revisada, seja em função das novas recomendações nutricionais (hoje mais baixas), seja pela notória melhoria dos padrões de consumo de proteínas animais e vegetais, seja, ainda, pelo desaparecimento quase completo de casos clínicos relacionados com essa deficiência.

• Ainda é uma incógnita a questão da ingesta de vitamina A. Habitualmente, os inquéritos de consumo descrevem situações em que mais de 50% das famílias recebem menos de 50% dos requerimentos estabelecidos, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A imprecisão das tabelas de composição de alimentos brasileiros e as novas recomendações de vitamina A, bem menos exigentes que os padrões aceitos até a última década, devem ser devidamente consideradas para uma redefinição do quadro.
• A insuficiente provisão alimentar de ferro, ressaltada como uma das restrições mais relevantes dos padrões de consumo no Brasil, com situações atenuadas para o Sertão do Nordeste e a maior parte das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, continua a ser um problema, a despeito e, contraditoriamente, até das aparentes conquistas do padrão alimentar, como na elevação do consumo de leite pelas crianças, com aumento correlato na ocorrência de anemias.
• O aumento do consumo de leite, queijo e derivados, segundo os iogurtes, em todas as áreas do país atenuou a deficiência de cálcio, embora ainda persistam situações de déficit ostensivo desse nutriente, segundo revelam estudos em populações urbanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
• A deficiência de sódio, considerada por razões ecológicas um sério problema para as populações da Amazônia, provavelmente se acha sensivelmente atenuada, seja pelas facilidades de transporte do sal, seja pelo novo perfil do mercado de trabalho no contexto fundamentalmente urbano. Todavia, é um aspecto a ser ainda questionado em relação às populações da região Norte.
• Estudos divulgados nos últimos 25 anos não são indicativos de riscos potenciais ou efetivos de deficiência de vitaminas hidrossolúveis, notadamente relacionadas com o complexo B.
• A diversificação geográfica do mercado alimentar, mediante a troca intensiva de produtos de diferentes espaços produtores, e, nos últimos quatro anos, a regularização do processo de iodatação do sal de consumo humano praticamente eliminam o risco de deficiência de iodo, muito comum na década de 1940, sobretudo nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil.
• A cesta básica da população brasileira apresentou modificações marcantes nas últimas cinco décadas, reduzindo-se a monotonia alimentar das áreas geográficas de pobreza (Norte, Nordeste e Centro-Oeste e populações rurais de todas as regiões); mais do que duplicando-se o consumo de gorduras, de carne (principalmente de galinha), de leite, frutas e verduras, e dos derivados

do trigo. Os produtos industrializados passaram a ocupar um espaço crescente e até dominante no cardápio das famílias, inclusive nas faixas de baixa renda. Algumas dessas mudanças foram positivas (frutas e verduras, por exemplo), outras negativas, como a introdução precoce de leites industrializados em substituição ao desmame, o uso de *fast-foods* e o consumo crescente de açúcar e de refrigerantes.

3. Sob o aspecto nutricional propriamente dito, as mudanças registradas, notadamente nas últimas três décadas, são de tal ordem expressivas que chegam a caracterizar um processo de transição epidemiológica, assim configurado:

• Declínio de cerca de 70%, desde 1975, do nanismo nutricional (déficit na relação altura/idade) predominantemente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, na última década, no Nordeste e no Norte do país. Nas zonas rurais as mudanças são bem mais lentas (cerca de 40%) em comparação com a dinâmica epidemiológica do meio urbano.

• Aumento expressivo na prevalência de sobrepeso/obesidade nas populações adultas, passando a representar uma tendência epidêmica em todos os espaços geográficos e estratos socioeconômicos.

• Elevação paradoxal da ocorrência de anemia em crianças, mais do que duplicando sua prevalência em São Paulo (de 22% para 46%) e no estado da Paraíba (de 19,3% para 36,4%), com um intervalo de 22 e 10 anos, respectivamente. Acredita-se que essa tendência tenha ocorrido em outras áreas do país, embora estas não tenham sido devidamente estudadas. Estima-se, ademais, a partir de pesquisas realizadas na década de 1990 e consolidadas pela agência da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil, que entre 30% e 40% das gestantes atendidas em exames pré-natal sejam anêmicas. Conclusivamente, a anemia é atualmente o problema nutricional de maior magnitude no Brasil.

• Apesar das limitações amostrais dos estudos mais atualizados, as evidências se acumulam no sentido de configurar a hipovitaminose A como um problema relevante de saúde pública, não apenas nas regiões Norte e Nordeste como também no Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro). Em quase todos os inquéritos bioquímicos publicados, os valores abaixo de 20 mcg de vitamina A no sangue (retinol sérico) têm ultrapassado o limiar de 15% que discrimina o nível

de endemicidade.

• Dentro do processo de transição epidemiológica, configura-se o trinômio obesidade/doenças cardiovasculares/diabetes como um dos pólos do mapa de mudanças nosográficas do país. Atualmente, 34% das mortes ocorrem por doenças cardiocirculatórias, 7% das pessoas com mais de 30 anos são diabéticas, entre as quais ocorrem 40% das amputações não-traumáticas de membros inferiores oficialmente registradas.

• As áreas bocígenas do Brasil, antes dispersas em espaços localizados das regiões centro-meridionais, pareciam circunscritas, em estudos realizados há cerca de cinco anos, a uma longa cadeia de municípios limítrofes ou próximos aos países vizinhos (Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai), desde as fronteiras do Amazonas, passando por Acre, Rondônia e Mato Grosso. É provável que agora a situação esteja sob controle, por causa dos cuidados com a iodatação do sal.

4. Infelizmente, dentro do quadro de mudanças no Brasil dos últimos 55 anos, há uma realidade estrutural que se mantém: a desigualdade de distribuição de renda. Somos, depois de Serra Leoa, o país mais injusto do mundo, no que se refere à assimetria na partilha dos bens e serviços produzidos. Praticamente um quinto das famílias brasileiras se situa abaixo da linha de pobreza absoluta (menos de 25 dólares *per capita*), configurando uma condição em que as necessidades básicas (alimentação, habitação, saúde, educação e vestuário) não podem ser satisfeitas. Esse engessamento da estrutura social está impedindo que o usufruto do progresso material seja partilhado de forma mais equilibrada pela sociedade como um todo, sem as exclusões e os bloqueios que discriminam o acesso aos bens e serviços produzidos. Se nos últimos 55 anos desde o aparecimento da *Geografia da fome* o Brasil mudou, se muitas deficiências alimentares e nutricionais foram atenuadas ou quase vencidas, os níveis epidemiológicos das doenças carenciais são inaceitáveis, como já o eram meio século antes, conforme enunciava e denunciava Josué de Castro.

Bibliografia consultada

ADISH, A., ESREY, S. A. (1994). “Iron Deficiency and anaemia: a

pressing world problem". *The Prescriber – Guidelines on the rational use of drugs in basic health services*, nº 11. Italy, p. 1-13.

BATISTA FILHO, M. (1998). "Alimentação & nutrição". In: ROQUAYROL, Z. M. e ALMEIDA FILHO, N. (ed.). *Epidemiologia & saúde*. Rio de Janeiro, Ed. Medsi, 4ª edição, p. 365-381.

BATISTA FILHO, M. e BATISTA, L. V. "Alimentação e nutrição no semi-árido brasileiro". In: BATISTA FILHO, M. (org.) (2002). *Viabilização do semi-árido nordestino*, Série Publicações Científicas do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP), nº 6. Recife, p. 103-113.

CASTRO, J. (1992). *Geografia da fome*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Griphus, p. 361.

GILLESPIE, S., MASON, J. e MARTORREL, R. (1996). "How Nutrition Improves". In: UNITED NATIONS. ACC/SCN STATE OF THE ART. *Nutrition Policy Discussion Paper nº 15*, WHO. Geneve, p. 99.

INTERDEPARTMENTAL COMMITTEE ON NUTRITION FOR NATIONAL DEVELOPMENT (ICNND) (1965). *Northeast Brazil, Nutrition Survey, March-May, 1963*. ICNND. Washington, p. 294.

Mc LUHAN, M. (1974). *Os meios de comunicação como extensão do homem*. Cultrix, São Paulo.

MINAYO, M. C. S. (org.) (1986). *Raízes da fome*. Vozes, Petrópolis (RJ), p. 203.

OLIVEIRA, R. S. et alii (2002). "Magnitude, distribuição espacial e tendência da anemia em pré-escolares da Paraíba". *Revista de Saúde Pública*, 36 (1), Rio de Janeiro, p. 26-32.

OPAS/OMS – Bibliografia sobre Deficiência de Micronutrientes no Brasil (1990-2000). (2002). *Hipovitaminose A*. OPAS/OMS, v. 1, Brasília, p. 142.

OPAS/OMS – Bibliografia sobre Deficiência de Micronutrientes no Brasil (2002). *Anemia*. OPAS/OMS, v. 2, Brasília, p. 154.

SANTOS, I. C. R. V. e BATISTA FILHO, M. (2001). *Anemia no atendimento pré-natal em Pernambuco*. Série Publicações Científicas do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP), nº 5, Recife, p. 98.

TONIAL, S. R. (2001). *Desnutrição e obesidade: faces contraditórias na miséria e na abundância*. Série Publicações Científicas do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP), nº 2, Recife.

Quando a fome começa antes do nascimento

A desnutrição da criança ao nascer determinada por fatores maternos

Paulo Santana

Paulo Santana é médico, especialista em saúde da comunidade, mestre em nutrição e saúde pública pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPB), e professor-assistente II materno-infantil da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é prefeito de Camaragibe (PE) e presidente do Partido dos Trabalhadores/PE.

Josué de Castro representou, para a questão da fome, a inadiável possibilidade de um novo olhar. Mais do que isso, deu ao assunto a necessária dimensão, inclusive com o reconhecimento científico da sua amplitude, sobretudo com a aceitação de uma tese que associa à fome sua conotação política, seu caráter estrutural. As conseqüências da fome no Brasil espalham-se por todas as regiões, como diagnosticara Josué, estando presente até nos recantos mais ricos, porém violentamente entre os mais pobres. Conhecemos as conseqüências, admitimos causas e, sabedores de começo e meio, precisamos dar um fim ao mal que mal-

trata e envergonha qualquer nação. São muitos os estudos até hoje realizados. Deve entrar em cena a prática, pois a fome é cruel e não escolhe hora ou lugar, nem poupa vítimas. Uma das mais perversas imagens desta realidade encontra-se em pesquisa que efetuamos com recém-nascidos. O baixo peso ao nascer, como o tema é tratado no meio acadêmico, configura-se nas crianças que chegam ao mundo com menos de 2,5 quilos, mesmo tendo em muitos casos concluído sua idade gestacional. A fome também pode estar presente aí.

A partir do nosso estudo, atualizado em uma revisão bibliográfica recente, verificamos que Josué de Castro diagnostica a fome expressa no baixo peso ao nascer com mais intensidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Juntos, gestantes e bebês compartilham a fome, pois há uma relação íntima entre a fome da mãe e a desnutrição da criança ao nascer. É na fase intra-uterina, como veremos neste resumo da pesquisa, que a criança começa a sofrer os primeiros ataques. No estudo que desenvolvemos em João Pessoa, na Paraíba, durante a década de 1990, verificamos a estreita relação entre o baixo peso ao nascer e as condições socioeconômicas a que a mãe se vê submetida, contemplando fatores como uso de álcool e fumo durante a gravidez, moradia e condições nutricionais da gestante.

Cruzados os resultados do baixo peso ao nascer, encontrados nas maternidades brasileiras, e aqueles apontados pelo mapa da fome construído por Josué de Castro, observamos a ligação entre o problema que afeta as crianças e as áreas endêmicas de fome no Brasil. Cuidar do problema, portanto, além de urgente, tem vínculos fortes com o Brasil que teremos no futuro.

***

A saúde de uma população está relacionada diretamente a suas condições de vida e trabalho e, por conseguinte, no processo saúde/doença o biológico ganha uma dimensão social. Dessa forma, o baixo peso ao nascer (BPN), como uma manifestação da condição inadequada de saúde e nutrição do binômio mãe/feto, reflete, em última instância, as condições socioeconômicas nas quais a mãe está inserida (MEIS et alii, 1987; SILVA et alli, 1991, p. 87-95; TRINDADE et alli, 1980, p. 83-89).

O peso ao nascer, segundo vários autores, além de ser um indicador de grande importância para a avaliação do estado de saúde do recém-nascido, é um fator que condiciona a sobrevivência da criança e o

seu desenvolvimento e crescimento, refletindo as condições da gestação (ALMEIDA et alii, 1987, p. 66-69; JIMENIZ et alii, 1984, p. 264-281; MARCONDES, 1984; OMS, 1973, p. 490; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 1977, p. 62; RAMOS, 1986, p. 17-35; RAMSEWAK e ROOPNARINESING, 1986, p. 166).

Sendo o aumento de peso o processo regular do crescimento fetal (assegurado pela hiperplasia e hipertrofia celular), o baixo peso ao nascer pode indicar a existência de agravos à saúde materna ou fetal durante o período gestacional.

Entre esses agravos estão os relacionados às alterações do crescimento fetal (nanismo genético, osteogêneses e erros inatos do metabolismo), às alterações referentes ao desenvolvimento placentário (alterações microscópicas e anatômicas), aos fatores ambientais e àqueles relacionados à gestante, entre os quais condições nutricionais pré e pós-concepcionais, gestação múltipla, primiparidade, uso de drogas, álcool, fumo etc. (RAMOS, 1986, p. 17-35).

Em 1978, pesquisadores norte-americanos, citados por Zisman, estimaram em 22 milhões o número de crianças nascidas com baixo peso naquele ano, o que correspondia a um sexto de todos os nascidos vivos. Destes, apenas 1 milhão, na maioria pré-termo, nasceu em países desenvolvidos. Os outros 21 milhões concentravam-se nas áreas subdesenvolvidas, e entre estes 16 milhões eram pequenos para a idade gestacional a termo e não recém-nascidos pré-termo, ou seja, prematuros, segundo a antiga classificação (ZISMAN, 1971, p. 1-188; ZISMAN, 1987, p. 26).

Puffer e Serrano, em recente publicação sobre a distribuição do BPN em diferentes países, demonstraram que a incidência deste é três vezes mais freqüente na América Latina do que nos países desenvolvidos (SERRANO e PUFFER, 1975, p. 93-119).

Dados de instituições governamentais de vários países, publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), apresentaram uma variação na incidência do BNP entre 5,9% na Irlanda e 28% na Índia (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1980, p. 197).

Em estudo realizado em 1984 em 11 países da América Latina pelo Centro Latino-Americano de Perinatologia e Desenvolvimento Humano (CLAP), numa amostra de 281.217 nascimentos em 59 serviços públicos, o Chile e o Brasil exibiram, respectivamente, a menor

(4,6%) e a maior (14,8%) incidência de BPN (BOLETIN DE CLAP, 1988, p. 179).

A Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância, um dos mais importantes estudos epidemiológicos que investigaram a relação baixo peso e mortalidade infantil, constatou que 45% das mortes infantis ocorriam no período neonatal, das quais 73% eram crianças de BPN (PUFFER e SERRANO, 1983).

Em pesquisa realizada em Cuba, a mortalidade perinatal do grupo de baixo peso apresentou taxa 14 vezes superior à dos grupos de recém-nascidos com peso igual ou maior que 2.500 g (CORTEGUERA et alii, 1982; DUYOS, 1981, p. 319).

Schwarcz e Cols descreveram que os nascidos com baixo peso constituem um sério problema de saúde por estarem associados à maioria dos óbitos que se dão na primeira semana de vida (SCHWARCZ et alii, 1984, p. 105-117).

No Brasil, não há consenso sobre a incidência do BPN, haja vista que a maioria dos estudos está situada em áreas urbanas como as capitais, ou limita-se a instituições com clientelas de diferentes níveis socioeconômicos (ALVES et alii, 1991; BARBIERI et alii, 1988; BARROS et alii, 1987, p. 95-104; BEZERRA et alii, 1987; DIAS, 1986, p. 169; MACHADO et alii, 1986, p. 1-8; MONTEIRO, 1981, p. 603-610; SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NESTLÉ, 1989, p. 197; NUNES, 1976, p. 304-312; ROCHA, 1985, p. 21-111; ZISMAN, 1971, p. 1-188).

Nunes (1976, p. 304-312), em pesquisa realizada em três maternidades públicas do Recife, evidenciou que 47,6% dos recém-nascidos tinham peso inferior a 3.000 g, sendo a incidência de BPN de 14,6%.

Nóbrega (1979), estudando o BPN nas capitais brasileiras, encontrou incidência de 8,3% (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 1977, p. 62). Nessa pesquisa estão incluídos os dados de Rocha referentes à cidade do Recife, na qual a incidência de BPN é de 13% (ROCHA, 1985, p. 21-111).

Do ponto de vista epidemiológico, um conjunto de fatores parece exercer influência sobre o peso de nascimento, incluindo características maternas prévias à gravidez, como idade, peso e estatura, paridade, condições socioeconômicas e características da evolução da gestação, como ganho de peso, uso de bebidas alcoólicas e tabagismo, entre outras (AVILA et alii, 1988, p. 47-58; BARROS et alii, 1987, p. 95-104;

CALDERON et alii, 1986; DUYOS, 1981, p. 319; JIMÉNEZ, 1985, p. 412-427; JIMENIZ, 1984, p. 264-281; KESLER et alii, 1991; LAURENTI, 1975, p. 1-14; MACHADO et alii, 1986, p. 1-8; MARCONDES, 1980; p. 109-838; NOBREGA, 1985, p. 3-114; PUBLICACIÓN CIENTÍFICA, 1988; RUSH, 1974, p. 746-752; SERRANO e PUFFER, 1975, p. 93-119).

Vários autores afirmam que um dos mais importantes fatores na determinação do BPN é a idade materna. Mães com menos de 20 anos e mais de 35 anos têm maior possibilidade de ter filhos com baixo peso ao nascer do que as de outras faixas etárias (BARROS et alii, 1987, p. 95-104; DUYOS, 1981, p. 319; NOBREGA, 1985, p. 3-114; NUNES, 1976, p. 304-312; SERRANO e PUFFER, 1975, p. 93-119; VICTORIA et alii, 1989, p. 185).

Nas capitais brasileiras, a distribuição do BPN segundo a idade materna oscilou entre 5,1% em Manaus e 16,1% em Natal para menores de 20 anos (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NESTLÉ, 1989, p. 197).

Ranan, em 1981, comparando mães e adolescentes de diferentes níveis de renda, constatou que no grupo de renda alta o peso ao nascer sofre pouco impacto, em virtude de as gestantes terem suas necessidades nutricionais atendidas no período gestacional (RAMAN, 1981, p. 775-783).

Outros estudos têm revelado que mães com deficiência nutricional tendem a ter filhos com BNP, desmistificando o paradigma de ser o feto um parasita da mãe (BELIZAN et alii, 1989, p. 380; CAIRI et alii, 1975, p. 33-42; JIMENIZ, 1985, p. 412-427; MILLER e HASSANEIN, 1973).

Nóbrega, em 1985, pesquisando a correlação do peso ao nascer com o pré-gestacional, observou que gestantes com peso igual ou menor que 45 kg deram à luz a 13% dos recém-nascidos com baixo peso.

Entretanto, quando as gestantes exibiam peso igual ou maior que 60 kg, 4,9% dos recém-nascidos apresentavam BNP, 17,9% peso insuficiente e 77,3% peso adequado (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NESTLÉ, 1989, p. 197).

Segundo Pitkin, mães que iniciaram a gravidez com “déficit” superior a 10% do padrão altura/idade revelaram maior risco de ter recém-nascidos com baixo peso (PITKIN, 1981, p. 658). Por outro lado, Naeye et alii (1973, p. 494) demonstraram, em estudos realizados com

467 gestores, que a estatura da mãe tem pouca correlação com o crescimento fetal.

A idade gestacional é outra variável que vem sendo estudada como uma das determinantes do peso ao nascer (AVALOS, 1984, p. 4; BARROS et alii, 1987, p. 95-104; BELIZAN et alii, 1989, p. 380; CAIRI et alii, 1975, p. 33-42; MOLINA et alii, 1985, p. 154-161; SAPPENFIELD et alii, 1974, p. 746-752).

Victoria et alii afirmam que existe uma relação muito estreita entre peso ao nascer e idade gestacional, sendo a prematuridade (recém-nascidos com menos de 37 semanas de gestação) uma causa importante de baixo peso. Nesse sentido, evidenciou-se que do total de recém-nascidos com baixo peso 42% apresentavam menos de 37 semanas de gestação, enquanto 58% haviam nascido a termo (37 a 41 semanas de gestação) (VICTORIA et alii, 1989, p. 185).

Avalos (1984, p. 4), estudando a influência do peso ao nascer e a idade gestacional sobre a mortalidade perinatal, evidenciou que o risco máximo para um recém-nascido é quando se associa uma duração da gravidez inferior a 28 semanas e o peso ao nascer menor do que 1.000 gramas, enquanto o risco era mínimo quando coincidia com uma idade gestacional entre 37 a 41 semanas e um peso ao nascer entre 3.000 gramas e 3.999 gramas.

Os hábitos de uso de bebidas alcoólicas, fumo e outras drogas durante a gestação também são citados na literatura como causas de BNP (LAURENTI e BUCHALLA, 1985, p. 225-232; NOBREGA, 1985, p. 3-114; RUSH, 1974, p. 746-752; SIQUEIRA et alii, 1986).

Siqueira et alii estudaram os efeitos atribuídos ao fumo sobre o concepto em 1.066 gestantes de baixo nível socioeconômico, observando que os filhos de mulheres fumantes apresentavam pesos significativamente menores que os filhos de não-fumantes, quer suas mães tivessem peso normal, quer fossem obesas (SIQUEIRA et alii, 1986).

A clara contribuição do BNP à morbimortalidade infantil, pricipalmente em regiões subdesenvolvidas, indica a necessidade de se desenvolverem ações preventivas que visem diminuir a proporção de nascimentos com “déficit” de peso, já que este produz um grande impacto sobre a saúde das crianças (ADRIASOLA et alii, 1977; CRONICA DE LA OMS, 1977, p. 77-83; PUBLIC HEALTH, 1987, p. 1-2).

Bibliografia

ADRIASOLA, G., JURIDIC, B., MUJICA, H., e MENA, P. B. (1977). "Influencia del controle prenatal sobre la morbimortalidade materna y perinatal". Bol of Sanit. Panam. 83 (5).

ALMEIDA, A. J. C., MARTINS, J. F., THOMPSON, L. M., LOGUERCIO, M. A. (1987). *Neomortalidade intra-hospitalar nos últimos dez anos no serviço de neonatologia da maternidade de Campinas Pediatria* (São Paulo).

ALVES, J. G. B., LIMA, G. M. S., AZEVEDO, G. N. C., CORDEIRO, V. B., MIGGI, R. S., NUNES, R. (1991). "Avaliação do perímetro braguial em recém-nascidos, como método de verificação de baixo peso ao nascer". Bol. of sanit Panam. v. 111, nº 3.

AVALOS, T. (1984). "La influencia del peso al nacer y la edad gestacional sobre la mortalidade perinatal". *Rev. Cub. Adm. Salud.*, nº 10.

AVILA, R. H., CASANUEVA, E., BARRERA, A., CRUZ, I., ROJO, M. C. (1988). "Alguns determinantes biológicos y sociales del peso al nacer. *Salud Pública Mex.* nº 30.

BARBIERI, M. A., ZUCOLOTO, S., GOMES, U. A., GURGEL, R. Q., CIPOLOTTI, R., KAJIWARA, J. K., OBA, L. H., SILVA, O. J. (1988). "Estudo do comportamento das taxas de mortalidade fetal, perinatal e neonatal em um Hospital Universitário". *Jornal de Pediatria*, v. 64 (6).

BARROS, F. C., VICTORIA, C. G., VAUGHAN, J. P., ESTANISLAU, H. J. (1987). "Perinatal Mortality in Southern Brasil, a population based stady of 7.393 births". *Bulletin of World Health Organization*, 65 (1).

BELIZAN, J. M., NARDIN, J. C., CARROLI, G., CAPODONICO, L. (1989). "Factores de risgo de bajo peso al nacer en un grupo de embarazadas de Rosario – Argentina". *Bol. of Sanit. Panam.*, v. 106, nº 5, mayo.

BEZERRA, G. M. S., FERNÁNDES, J., BAL DUINO, V. L., CAVALCANTI, F. B., NETO, S. C. O. (1987). *Peso dos recém-nascidos normais de termos do Hospital Universitário de João Pessoa*, v. IX, nº 2, C.D.V. 61, UFPB.

BOLETIN DE CLAP. (1988). "Edição Saúde Perinatal Artigos Selecionados de Salud Perinatal". *Centro Latino-Americano de Perinatologia e Desenvolvimento Humano*, Montevidéu.

CAIRI, C., ALMEIDA, P. A. M., e SIQUEIRA, A. A. I. (1975). "Relação entre peso da criança ao nascer, altura materna, idade gestacional e restrição alimentar em gestantes normais". *Rev. Saúde Pública*. São Paulo, nº 9.

CALDERON, J. G., ULIDA, J. A., MONTE, H. T., BETANCES, F., RAMIREZ, A. A. (1986). "Características del bajo peso al nacer em el Hospital de Maternidade del Instituto Dominicano de Seguros Socieales". *Archivos Dominicanos de Pediatria*. v. 22, nº 1, parte II, enero/abril.

CORTEGUERA, R. R., MUNIZ, J. A. G., LAZA, I. V. (1982). "Mortalidade Infantil en Cuba, en al decenio – 1970-1979". *Boletín Oficina Sanitaria Panamericana*, 92 (5).

CRONICA DE LA OMS. (1977). *Mejoramento de las perspectivas de supervivencia de los recién nacidos*, 31.

DIAS, M. L. C. (1986). *Perímetro de Braco, da coxa e da panturrilha do RN como indicadores do baixo peso ao nascer e do peso insatisfatório ao nascer*. Tese de mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento Materno-Infantil.

DUYOS, H. G. (1981). Investigação Perinatal. Instituto de Desarrollo de la Salud. Bajo peso al nacer. *La Habana*, Edición Científica-técnica, cap. IX.

JIMÉNEZ, R., BERDASCO, A., MESA, D. (1985). "Evulacion de la influencia de factores sócio-economicos, maternos y de alimetacions, sobre el crescimento de ninos con bajo peso al nacer, durante el primer ano de vida". *Rev. Cub. Ped.* 57.

JIMENIZ, R., SANTIESTEBAN, S., FARINAS, H. (1984). "El peso al nacer, la circunferencia cafálica y la talla del recién nacido. Relacion con variables maternas". *Rev. Cub.Obstet. Ginec.*, 10.

KESLER, E., VILLAR, J., BOLANOS, L. e CALVERT, W. (1991). "Identificación de embarazo de alto riesgo de bajo peso al nacer in zonas urbanas de America Latina: II – Indice simplificado de detección precoz en la ciudad de Guatemala". *Bol. de la of Sanit. Panam.*, v. 111, nº 3.

LAURENTI, R. (1975). "Alguns aspectos particulares referentes aos resultados de investigação interamericana de mortalidade na infância, na área do projeto de São Paulo". *Brasi. Bol. de la Ofa Sanit. Panam.*, v. 82, nº 4.

LAURENTI, R., BUCHALLA, C. M. (1985). "Estudo de morbilidade e da mortalidade perinatal em maternidade. Mortalidade perinatal segundo peso ao nascer, idade materna, assistência pré-natal e hábito de fumar da mãe". *Revista de Saúde Pública,* São Paulo, v. 19.

MACHADO, R. F., MIURA, E., FREITAS, F., FIORI, H. H., OLIVEIRA, E. A. F., MAGALHÃES, J., NAUD, P. (1986). "Mortalidade perinatal no Hospital de Clínicas de Porto Alegre". *Revista HCPA,* 6.

MARCONDES, F. (1980). "Algumas factores condicionantes del bajo peso de nascimento". *Rev. Méd. Chile,* 109-838.

MARCONDES, F. Restat. (1984). "Benefícios de la seguridade social en el cuidado de la nutricion y salud de la madre y el niño em Chile". *Rev. Chil. Nutri.*, v. 12, nº 1.

MEIS, P. J., ERNEST, J. M., MOORE, M. L. (1987). "Causes of low birth weight in public and private patients". *Am. J. Obstet. Gybecol.*, may, 156, 1165-B.

MILLER, H. C., HASSANEIN, K. (1973). "Fetal Malnutrition in White Newborn Infants: Maternal Factores". *Pediatricas*, v. 52, nº 4.

MONTEIRO, C. A. (1981). "Estimativa dos coeficiente específicos de mortalidade infantil, segundo o peso ao nascer no município de São Paulo". *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 15.

MOLINA, R., ALARCON, G., ROMERO, M. I., BURGOS, V., GARCIA, L., GONZALES, E., PARADA, E., JNTZEN, G., VARGA, S., ORELLANA, M. (1985). "Resultados de um modelo de Atención Médica para Adolescentes Embarazadas – *Rev. Méd. Chile*, 113.

NAERY, R. L., BLANC, W., PAUL, C. (1973). "Effects of Maternal Nutrition on the human fetus". *Pediatrics*, 54.

NOBREGA, J. F. (1985). "Antropometria, patologias, malformação congênitas do recém-nascido brasileiro e estudo de associação com algumas variáveis maternas". *Jornal de Pediatria*, v. 59, nº 2, supl. 1.

NUNES, R. M. (1976). "Estudo e ações sobre reprodução humana e nutrição em Recife". *Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana*, 81 (4), octubre.

OMS (1973). Característica de la mortalidade por la ninez. Washington, Publicación Científica nº 262.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (1977). "Investigação de mortalidade na infância no Brasil. Descoberta e atividades". *Publicación Científica* nº 343.

PITKIN, R. N. (1981). "Assentament of nutricional states of mother fetus an newborn". *The American Journal of Clinical Nutrition*, v. 34.

PUBLIC HEALTH (1987). "LowBirth weight 1975-1985 and Perinatal Mortality". *The Journal of Society of Community Medicine*, 101.

PUBLICACIÓN CIENTÍFICA nº 504 (1988). *Característica del peso al nacer*. Washington.

PUFFER, R. R. e SERRANO, C. V. (1983). "Patterns of mortality in childhood. Report of the interamerican investigation of mortality in childhood". Washington, PAHO, *PAHO – Scientific Publication*, nº 263.

RAMAN, L. (1981). "Influence of Maternal Nutritional Factor Affecting Birth Weight". *The American Journal of clinical nutrition*, 34, april.

RAMOS, J. L. A. (1986). "Fatores de crescimento fetal". In: RAMOS, J. L. A., LEONE, C. R. *O recém-nascido de baixo peso*. São Paulo, Sarvier, Monografias Médicas, Série Pediatra.

RAMSEWAK, M. R. C. O. G., e ROOPNARINESING, F. R. C. O. G. (1986). "Obstetric Factors Affecting Outcome in Low Birthweight Infants". *W. I. Med. J.*, 35.

ROCHA. J. de A. (1985). *Baixo peso ao nascer, peso insuficiente e peso adequado em 5.940 nascidos vivos na cidade de Recife. Associação com algumas variáveis maternas*. Tese de concurso para professor-titular da disciplina da Clínica Pediátrica Médica do Departamento Materno-infantil do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco.

RUSH, D. (1974). "Examination of the Relationship Between Birthweight, Cigarett Smoking During Pregnancy and Maternal Weight Gain". *The Journal of Obstetrics an Gynaicology*, october, v. 81.

SAPPENFIELD, W. M., BUEHLER, J. W., BINKIN, N. J., HOGUE, R. J. C., STRAUSS, L. T., SMITH, J. C. (1987). "Differences in Neonatal and Postneonatal Mortality by Rece, Birthweight, and Gestacional Age". *Public. Health Report*, v. 102, nº 2.

SCHWARCZ, R. Diaz, FESCINA, R. H., ROSSELLO, J. L. D, BELITZKY, R., MARTELL, M. (1984). "Bajo peso al nacer y mortalidad perinatal en maternidades de la América Latina". *Organización Panamericana de la salud – Publicación Científica*, nº 461.

SERRANO, C. V., PUFFER, R. R. (1975). "Dados del peso al nacer y la mortalidade en hospitales utilizados como indicadores de los pro-

blemas de salud en la infância". *Bol. de la Oficina Sanitária Panamericana,* 78 (2), febrero.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NESTLÉ (1989). *Características antropométricas do recém-nascido e estudo de algumas variáveis maternas nas capitais e regiões brasileiras. Antropometria do recém-nascido*.

SILVA, A. A. M., BARBIERI, M. A., BETTIOL, H., DALBO, C. M. R., MUCILLO, G., GOMES, V. A. (1991). "Saúde Perinatal: baixo peso e classe social". *Rev. Saúde Pública,* São Paulo, 25.

SIQUEIRA, A. A. F., SANTOS, J. L. F., SILVA, J. F. (1986). "Relação entre estado nutricional da gestante, fumo durante a gravidez, crescimento fetal e no primeiro ano de vida". *Rev. Saúde Pública,* São Paulo, 20.

TRINDADE, C. E. P., NOBREGA, F. J., RUDGE, M. C. V. et alii (1980). "Estudo do peso e da idade gestacional de recém-nascido e dos fatores que interferem no desenvolvimento fetal: nível socio-ecônomico, fatores maternos, fetais e placentários". *J. Pediat. Rio de Janeiro,* v. 48, nº 2.

VICTORIA, C. G., BARROS, F. C., VAUGHAN, J. P., ESTANISLAU, H. J. (1989). *Epidemiologia da desigualdade*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (1980). "The incidence of low birthweight: A critical review of available informative". *World Health Statistics,* Owartety, Geneve, v. 33.

ZISMAN, M. (1971). *Contribuição ao estudo de antropometria do recém-nato do Recife (com especial referência à prematuridade, baixo peso e idade gestacional)*. Tese de doutorado apresentada à disciplina de Puericultura de Clínica de Primeira Infância na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

_____. (1987). *Nordeste pigmeu, uma geração ameaçada*. Recife, Organização Editorial Psicossomática (OEDIP).

Uma hermenêutica do ciclo do caranguejo

Djalma Agripino de Melo Filho
Médico epidemiologista. Pesquisador do Núcleo
de Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
e assessor da Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife.

A emergência da metáfora *homem-caranguejo*

O principal mérito de Josué de Castro talvez tenha sido o de revelar o fenômeno da fome para a humanidade, desnaturalizando-o e demonstrando que foram as relações sociais e econômicas, estabelecidas entre os homens, que o produziram e o mantêm. Em estilo autobiográfico, ele confessa que logo cedo entrou em contato com a fome nos alagados, nos mangues do Capibaribe e nos bairros miseráveis do Recife:

> "Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos quese faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues e de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com suas duras carapaças também enlambuzadas de lama" (CASTRO, 1967a, p. 12-13).

O excerto acima oferece substrato suficiente para dar início às reflexões sobre as relações dos homens (que vivem nos mangues) com os caranguejos. Segundo Pierre Guiraud (1960, p. 34-36), a criação de palavras ocorre por quatro mecanismos: onomatopéias, influência estrangeira, alterações morfológicas e mudanças de sentido. Embora não apareça, a expressão *homem-caranguejo* encontra-se implícita no texto em análise e constitui uma inovação, um excesso que transborda o texto, por isso dele é expulsa para ganhar "vida própria".

Na perspectiva semântica, S. Ullmann (Apud GUIRAUD, 1960, p. 45-51) afirma que a inovação lingüística ocorre por: a) transferência de nome por semelhança de sentido; b) transferência de nome por contigüidade de sentido; c) transferência de sentido por semelhança do nome e d) transferência de sentido por contigüidade do nome. Não havendo, pois, semelhança ou contigüidade dos termos *homem* e *caranguejo*, o processo de inovação não se enquadra, portanto, nos itens "c" e "d". Restam, pois, duas possibilidades.

A primeira se refere à transferência de nome por semelhança de sentido, que tem a metáfora como figura emblemática e pode ser de três tipos: substancial (semelhança de forma, de função ou de situação), sinestésica e afetiva. Antes de sua "expulsão", como metáfora, a associação *homem* e *caranguejo* subsistiu no texto por força de alguns termos que criaram um liame entre homem e caranguejo: "[...] fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo *como* caranguejo" ou "[...] nunca mais se podiam

libertar desta crosta de lama que os tornava tão *parecidos* com os caranguejos [...]". Em outra passagem, Josué de Castro reforça essa semelhança:

> "Cedo me dei conta deste estranho *mimetismo*: os homens se *assemelhando*, em tudo, aos caranguejos, arrastando-se, agachando-se *como* caranguejos para poderem sobreviver. Parados com os caranguejos na beira d'água ou caminhando para trás *como* caminham os caranguejos" (CASTRO, 1967a, p. 13. Os destaques não constam no original).

"Parecidos com", "semelhantes a" e "como" constituem, entretanto, "presilhas lingüísticas" que, apesar de evocarem a metáfora, impedem a sua parturição, o seu nascimento. Neste caso, considerando-se "homem" e "caranguejo" como dois conjuntos, em que o primeiro – *homem* – seria representado pela letra A, e o segundo – *caranguejo* –, pela letra B, apareceria a relação $A \cong B$ (homem *semelhante* a caranguejo).

Em outro momento do texto, não se encontram as referidas "presilhas" e isso facilita a parturição, sem fórceps, da metáfora. Josué de Castro registrou a existência de uma interseção entre os homens (que vivem nos mangues) e os caranguejos, aqueles são "anfíbios, habitantes da terra e da água" e são "meio homens e meio bichos". Avulta-se aí uma metáfora, substancial segundo a classificação de S. Ullmann. Considerando a convenção anteriormente adotada, agora a relação seria de interseção: $A \cap B$ (*homem-caranguejo)*.

A partir dessas digressões, pode-se concluir que durante a formação das expressões *homem caranguejo* ou *homem-caranguejo* houve transferência de nome por semelhança de sentido, daí o aparecimento da metáfora. Todavia, e sem muito esforço, pode-se levantar a hipótese de que também existiu transferência de nome por contigüidade de sentido, referida no item (b) da classificação de S. Ullmann.

Josué de Castro assinala que há uma convivência espacial dos homens (que vivem nos mangues) com os caranguejos, ou até mesmo uma relação causal entre ambos, sobressaindo-se uma relação de contigüidade. Quando ele afirma que a lama dos mangues do Recife é "povoada de seres humanos *feitos de* carne de caranguejo", possivelmente está destacando a matéria (caranguejo) que forma o objeto (homem) ou

empregando a espécie (*homem-caranguejo*) pelo gênero (homem). Neste caso, a expressão *homem-caranguejo* carrega consigo uma sinédoque, pois há uma relação real de natureza quantitativa entre os conjuntos A (homem) e B (caranguejo): $A \supset B$ ou $B \subset A$ (o homem contém o caranguejo ou o caranguejo está contido no homem).

Significado do *homem-caranguejo*

A apreensão do significado da metáfora *homem-caranguejo* pode ser feita a partir da diferença entre o homem-particular e o indivíduo. Marx distinguia, segundo Heller (1991), o homem-particular como pura existência e o indivíduo como o ser que desenvolve as forças da essência humana, integrada pelo trabalho, pela socialidade, pela consciência, pela universalidade e pela liberdade (MÁRKUS, 1974). Infelizmente, nas sociedades forjadas nas relações de subordinação e domínio, há obstáculos que limitam o desenvolvimento dessas potencialidades, aumentando o abismo entre o homem como ser particular e o homem como ser genérico, pois "o mundo tem oferecido à média dos particulares *poucas possibilidades* de ordenar sua vida sobre a base da individualidade" (HELLER, 1991, p. 65). Heller considera como indivíduo o homem que mantém uma relação consciente com a genericidade (1991, p. 55).

O homem-particular está para a vida cotidiana assim como o indivíduo está para a genericidade. O primeiro caso se relaciona com as "necessidades existenciais" e o segundo com as "necessidades propriamente humanas".

Qual seria então o significado de *homem-caranguejo*? No âmbito sociológico ou mesmo filosófico, o *homem-caranguejo* encontra-se mergulhado na particularidade ou vida cotidiana, comprometido fundamentalmente com a conservação/reprodução de sua vida, não mantendo uma relação consciente com a genericidade. Nesse caso, não poderia ser considerado um indivíduo, pelo menos no sentido helleriano do termo.

Josué de Castro descreve a reprodução desse homem-particular no *Ciclo do caranguejo* que se desenvolve nos mangues do Recife:

> "Se a terra foi feita para o homem com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito essencialmente para o caranguejo. Tudo aí é, ou está para ser

> caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo vai ser. [...] São 200 mil indivíduos, 200 mil cidadãos feitos de carne de caranguejos. O que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do mangue para virar caranguejo outra vez. Nesta aparente placidez do charco desenrola-se trágico e silencioso o ciclo do caranguejo. O ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos todos atolados na lama" (CASTRO, 1967b, p. 28-29).

Nessa perversa "ecologia", parece não haver possibilidade para o surgimento do indivíduo. Em vez de caminhar na direção da genericidade humana, os *homens-caranguejo* ficariam sempre retidos em sua miserável vida cotidiana:

> "os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiriam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, se afundando para sempre dentro da lama. A impressão que eu tinha era que os habitantes dos mangues – homens e caranguejos nascidos à beira do rio –, à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama" (CASTRO, 1967a, p. 13).

O mangue revisitado: atualização e recriação da metáfora

Na década de 1990, vem à tona o resultado de duas novas leituras da obra de Josué de Castro. Uma delas, seguindo os passos do *homem-caranguejo*, lança um novo olhar sobre a cidade, descobre e cataloga uma nova espécie: o *homem-gabiru* (PORTELLA et alii, 1992). Com as mudanças ocorridas no espaço urbano, guiadas pela lógica capitalista, os mangues foram sendo aterrados. O homem do campo, expulso da terra pelo latifúndio, passa a integrar outra paisagem, troca o mocambo pela favela, levando sempre consigo a velha companheira: a fome.

Na verdade, a nova metáfora *homem-gabiru* constitui uma hipérbole da metáfora original *homem-caranguejo*, pois o mangue "transbordou", "ganhou o asfalto" e, por isso, o "homem-caranguejo transmutou-se em homem-gabiru" (PORTELLA et alii, 1992, p. 19).

Uma das letras do compositor Chico Science reforça a existência da hipérbole:

> Vi um aratu pra lá e pra cá
> Vi um caranguejo andando pro sul
> Saiu do mangue, virou gabiru
> Oh! Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
> Quanto mais miséria tem mais urubu ameaça (SCIENCE, 1994a)

Se houve uma mudança "quantitativa" na passagem da metáfora original *homem-caranguejo* para a nova metáfora *homem-gabiru*, o mesmo não se verificou no âmbito qualitativo ambas as espécies constituem exemplos de homens particulares, vinculados à reprodução da vida cotidiana.

A segunda releitura de Josué de Castro ocorre no âmbito do Movimento Mangue. Quase 20 anos após a morte de Josué de Castro, o mangue é novamente visitado. Se há no mangue uma intensa atividade biológica, essa "energia" poderia ser captada pela cidade, para "sacudir" a mesmice na qual ela se encontrava atolada, além de proporcionar a cura para seus males. Com essa preocupação, surgiu no Recife, na década de 1990, um movimento artístico-musical – o Movimento Mangue ou o Manguebeat. Diz o "Manifesto caranguejos com cérebro I" (ZERO QUATRO, 1994) que o objetivo do movimento "era engendrar um 'circuito energético', capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem-símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama".

Já no título do Manifesto, registra-se uma inversão: de *homem-caranguejo* para *caranguejo-homem*. Vejam-se os passos dessa transformação. Inicialmente, o homem que vivia com os caranguejos no mangue mimetizou-se, assemelhando-se aos próprios caranguejos (metáfora); posteriormente os caranguejos passaram realmente a constituir a matéria que formava o homem (sinédoque). A exclusão social, hipertrofiando a parte (caranguejo), reforçou a sinédoque: os habitantes dos mangues foram des-humanizados e transformados em "caranguejos". Se Josué de Castro vai até aqui, o ideário do Movimento Mangue continua a trans-formar. Esses "caranguejos" que foram esquecidos pelo modelo de desenvolvimento excludente, assinala o título do Manifesto,

têm cérebro. Um caso de personificação (transformação do caranguejo em homem) ou de re-humanização do que foi des-humanizado? A última opção parece mais plausível.

A re-humanização constitui uma ruptura com o "ciclo do caranguejo" e deveria vir com a ativação das "antenas" para captar as "vibrações" vindas do mangue (SCIENCE, 1994b).

De homem a caranguejo, de caranguejo a homem – homem-caranguejo-homem – síntese de duas dimensões: a) o homem-particular, vinculado à reprodução da vida cotidiana e identificado com a imagem do *caranguejo-com-as-patas-enterradas-na-lama* e b) o homem-genérico, relacionado à universalidade e identificado com o *caranguejo-com-as-antenas-para-o-alto*.

Embora a primeira dimensão apareça de forma mais explícita no *Ciclo do caranguejo*, em que o homem é reduzido à sua vida cotidiana, a segunda, entretanto, não é estranha à obra de Josué de Castro, aparecem ali e acolá vestígios de sua presença que serão aqui propositadamente ampliados.

Verifica-se no *Ciclo do caranguejo* que os homens, "caminhando para trás como caminham os caranguejos", parecem estar condenados a "viver na lama". Todavia, em sutis passagens de sua obra, Josué de Castro assinala a sintonia dos caranguejos (seres-que-vivem-na-lama) com o devir anunciado pelos aviões que cortavam o espaço e, em outra, o andar ladino (e não para trás) desses crustáceos.

Relatando o despertar do dia num dos bairros pobres do Recife, o médico e geógrafo recifense afirmava que a paisagem dos mocambos, após a saída de homens e mulheres para o trabalho, das crianças para brincar e pegar caranguejo, dos cegos e aleijados para mendigar, era uma paisagem morta, exceto quando passava um avião da Pan Air:

> "O ruído vai crescendo, crescendo, treme com o ar, com os mocambos, *com os caranguejos de olhinhos em pé, assustados*, depois vai diminuindo, diminuindo, até se extinguir inteiramente. E um silêncio opressivo volta a abafar a cidade deserta dos mocambos" (CASTRO, 1957, p. 23. Os destaques não constam no original).

Em outro fragmento, o caranguejo não aparece andando para trás:

> "João Paulo sentiu uma confusão na cabeça e um formigamento no corpo. Disparou na carreira. *Corria em ziguezague, como correm os caranguejos*, procurando descobrir de onde vinha mesmo o barulho da tempestade" (CASTRO, 1967c, p. 167. Os destaques não constam no original).

Os "olhinhos em pé" constituem um movimento de ruptura com a vida cotidiana, representam a possibilidade de saída da lama, uma abertura para a genericidade. Simbolicamente, é esse o movimento que o indivíduo, no sentido helleriano do termo, faz mediante a arte, a ciência, a filosofia, a moral, o amor para se elevar acima da particularidade.

O "ziguezague" é muito mais próprio da realidade do seu andar do que o "para trás", vinculado a uma situação em que "as coisas estão indo mal", segundo o imaginário popular. O primeiro movimento está em sintonia com a tradição chinesa, que denominava o caranguejo de *koel* (ladino, esperto), e com a tradição clássica, que o vincula à lua, pois "esses animais marcham como a lua, para a frente e para trás" (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1992, p. 186-187).

Do caos ao cosmos: a emancipação do caranguejo

A partir da obra de Josué de Castro, abraçando-se o ideário do Movimento Mangue, especialmente aquele contido nas letras de Chico Science, e remetendo-se à definição de indivíduo (o ser que mantém uma relação consciente com a universalidade), proposta pela filósofa Agnes Heller, passa-se a conceber doravante a possibilidade de o caranguejo vir a simbolizar esse indivíduo. Eis a metonímia: o símbolo pela coisa simbolizada!

Por um lado, o *caranguejo-com-as-patas-enterradas-na-lama* se remete, no plano simbólico, à vida cotidiana (particularidade) e se relaciona com o homem-particular que procura satisfazer as "necessidades existenciais" (habitação, alimentação, saneamento etc.); por outro lado, o *caranguejo-com-as-antenas-para-o-alto* se dirige à genericidade e, caso mantenha com ela uma relação consciente, transforma-se em indivíduo que também procura satisfazer as "necessidades propriamente humanas", não vinculadas meramente à reprodução/conservação da vida (trabalho criativo, tempo livre superior ao necessário para a reprodução, arte, política, ciência, moral, filosofia, amor etc.).

O Recife foi parido pelo mangue, por isso constitui um de seus índices. Aprende-se com Peirce (1999, p. 74) que o índice "é um signo que de repente perderia seu caráter que o torna um signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante". Nesse caso, o que importa é a geomorfologia e não o recifense. Sendo improvável a remoção do mangue (objeto), o Recife continua sendo seu índice.

Todavia, a agregação de um símbolo (caranguejo) a esse índice depende do recifense, pois o símbolo "é um signo que perderia o caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante. Tal é o caso de qualquer elocução de discurso que significa aquilo que significa apenas por força de compreender-se que possui essa significação".

Do ponto de vista filológico, assinala Leonardo Boff, sím-bolo/sim-bólico provém do grego *symbállein* ou *symbállesthai*, que significa lançar (*bállein*) junto (*syn*), ou seja, "lançar as coisas de tal forma que elas permaneçam juntas"; paralelamente significa "re-unir as realidades, congregá-las a partir de diferentes pontos e fazer convergir diversas forças num único feixe" (Boff, 1998, p. 11).

O processo de simbolização que envolve a presente reflexão implica, pois, re-unir a tríade: Recife, mangue e caranguejo. Todavia, nesse percurso é necessário considerar um mito vinculado ao imaginário recifense ou pernambucano. Trata-se do "mito do caranguejo pernambucano", em que se propaga a idéia de que o pernambucano diante de outro pernambucano, que começa a ser reconhecido ou valorizado nacional ou internacionalmente, comporta-se como caranguejo em caritó: quando um tenta subir, os outros puxam-no para baixo.

Nesse caso, o movimento não seria sim-bólico, mas dia-bólico que provém de *dia-bállein* e significa literalmente: "lançar coisas para longe, de forma desagregada e sem direção; jogar fora de qualquer jeito". Ao contrário do sim-bólico, o dia-bólico "desconcerta, desune, separa e opõe" (BOFF, 1998, p. 12).

O Movimento Mangue fomenta o processo de simbolização, desconstruindo o "mito do caranguejo pernambucano".

Na década de 1930, os homens, expulsos pela seca ou pelo latifúndio, passaram a viver na lama dos mangues e se transformaram em homens-caranguejo (metáfora ou sinédoque). Mais tarde, na década de 1990, ocorreram dois movimentos: os *homens-caranguejo* saem do

mangue, ganham o asfalto e viram *homens-gabiru* (hipérbole) e *caranguejos-com-cérebro* (personificação), com suas antenas, deixam a lama e saem em busca de "vibrações".

> A cidade não pára, a cidade só cresce
> O de cima sobe e o de baixo desce
> Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
> Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
> Pra gente sair da lama e enfrentar os urubu (SCIENCE, 1994c)

O percurso é de emancipação: do particular ao universal, do caos ao cosmos, pois o caranguejo é um ser que vive na lama, mas também se encontra no céu, uma constelação formada por seis estrelas e localizada no hemisfério Norte, além de signo dos nascidos entre 22 de junho e 21 de julho, ocupando a quarta casa do zodíaco cujo regente é a Lua e o elemento é a água.

Segundo Peirce, um símbolo "é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto" (1999, p. 52), ou seja, o símbolo "está conectado a seu objeto por força da idéia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria" (Peirce, 1999, p. 73).

No plano simbólico, seria emancipador o caranguejo que fizesse o movimento da lama ao cosmos em que uma de suas patolas poderia alcançar uma das estrelas de sua própria constelação. Todavia, retornando-se à "coisa simbolizada", ou seja, ao indivíduo, no sentido helleriano do termo, não é fácil o movimento, neste caso, de passagem da vida cotidiana para a genericidade/universalidade, principalmente nas sociedades contemporâneas em que a alienação contribui para aprofundar o abismo entre "o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção" (Heller, 1989, p. 38). A profundidade desse abismo é determinada social e historicamente, ou seja, varia com o tempo e com as classes. Somente em duas épocas esse abismo tornou-se mínimo: Atenas, nos séculos VI a.C. e V a.C., e Florença, nos séculos XIII e XIV d.C.

Segundo Heller,

> "tal abismo jamais foi inteiramente insuperável para o indivíduo isolado: em todas as épocas, sempre houve um número maior ou menor de pessoas que, com ajuda de seu talento, de sua situação, das grandes constelações históricas, conseguiu superá-lo. Mas, para a massa, para o grande número dos demais, subsistiu o abismo, quer quando era muito profundo, quer quando mais superficial" (1989, p. 38-39).

A luta para diminuir cada vez mais esse abismo pode ter como símbolo um caranguejo (indivíduo no sentido helleriano) que agarra com sua pata preênsil uma das estrelas de sua própria constelação, num movimento de saída do caos para o cosmos, pois, se os olhos são as "janelas da alma", as estrelas são as "janelas do mundo".

Bibliografia

BOFF, L. (1998). *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 8ª ed. Petrópolis, Vozes.

CASTRO, J. de. (1957). "O despertar dos mocambos". In: *Documentário do Nordeste*. São Paulo, Brasiliense.

CASTRO, J. de. (1967a). "Prefácio um tanto gordo para um romance um tanto magro". In: _____. *Homens e caranguejos* (romance). São Paulo, Brasiliense.

CASTRO, J. de. (1967b). "De como o corpo e a alma de João Paulo se foram impregnando do suco dos caranguejos". In: *Homens e caranguejos* (romance). São Paulo, Brasiliense.

CASTRO, J. de. (1967c). "De como João Paulo, ouvindo a tempestade dos homens virou caranguejo". In: _____. *Homens e caranguejos* (romance). São Paulo, Brasiliense.

CHEVALIER, J. e GHEERBRANT, A. (1992). *Dicionário de símbolos*. 6ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.

GUIRAUD, P. (1960). *La semántica*. México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, p. 34-36.

HELLER, A. (1989). *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1991). *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona, Península.

MÁRKUS, G. (1974). *Marxismo y antropologia*. Barcelona, Grijalbo.

PEIRCE, C. S. (1999). *Semiótica*. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva.

PORTELLA, T., AAMOT, D. PASSAVANTE, Z. (1992). *Homem-gabiru: catalogação de uma espécie*. São Paulo, Hucitec.

SCIENCE, C. (1994a). "Da lama ao caos". In: Chico SCIENCE & Nação Zumbi. *Da lama ao caos* (CD).

_____. (1994b). "Antene-se". In: Chico SCIENCE & Nação Zumbi. *Da lama ao caos* (CD).

_____. (1994c). "A cidade". In: Chico SCIENCE & Nação Zumbi. *Da lama ao caos* (CD).

ZERO QUATRO, F. (1994). "Manifesto caranguejos com cérebro". In: Chico SCIENCE & Nação Zumbi. *Da lama ao caos* (CD).

Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro

Manuel Correia de Andrade

Nasceu no engenho Jundiá, Vicência (PE), em 1922. Formou-se em direito e em geografia e história no Recife, com pós-graduação em geografia no Rio de Janeiro e em organização regional em Paris. Participou de atividades políticas ligadas a partidos de esquerda. É professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador emérito da Fundação Joaquim Nabuco. É autor de vários livros.

Introdução

A importância da obra de Josué de Castro é de tal monta que, após meio século de sua produção, ela continua a apresentar uma grande atualidade; os seus livros vêm sendo reeditados, lidos, sendo alvo de seminários, traduzidos em várias línguas e discutidos tanto nos meios acadêmicos como entre políticos e planejadores sociais. Entre eles, *Geografia da fome – A fome no Brasil* é o mais discutido e citado. A sua primeira edição, em 1946, serviu de alavanca para a projeção do seu nome e de base para a divulgação de suas idéias.

Josué de Castro era ao mesmo tempo um homem de academia, um professor universitário, um homem que convivia com o povo e com os fatos e acontecimentos, um pesquisador e um estudioso preocupado com as transformações da sociedade; tinha também uma ação política, na época considerada de esquerda. Algumas de suas frases foram e continuam a ser marcantes, como aquela em que afirmou:

> "Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne".

Em outro texto, coroando a diretriz do seu pensamento, ele afirmou:

> "O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta".

Essas frases mostram que Josué de Castro não era um intelectual alienado e encerrado em uma torre de marfim; ao contrário, era um homem que juntava ao saber acadêmico o saber adquirido na observação empírica, na reflexão direta da realidade e na absorção da cultura popular, que Camões, no século XVI, considerava "o saber da experiência feita". Ele mostra que não se deixou enganar pelas teorizações de muitos cientistas de renome que, a serviço de países ou de megaempresas, formulavam teorias que beneficiariam as forças econômicas internacionais e justificariam a exploração e a pauperização das populações periféricas, hoje tão acentuadas, com a substituição da fase imperialista pela fase globalizadora, na economia capitalista mundial.

Atualidade das idéias de Josué de Castro

O pensamento de Josué de Castro se estruturou em uma dupla fonte: a teórica, por meio do estudo e da leitura dos autores clássicos,

tanto nas ciências biológicas como nas sociais, e a prática, mediante observação de campo e pesquisas diretas, por ele organizadas e dirigidas.

No início de sua carreira foi professor de fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, tendo sido aprovado, ainda muito jovem, em concurso de livre-docência; transferindo-se em seguida para o Rio de Janeiro, passou a ensinar, inicialmente, antropologia e, mais tarde, geografia humana, na então Universidade do Distrito Federal. Leitor compulsivo, ao abraçar a geografia tornou-se em pouco tempo um profundo conhecedor da escola francesa de geografia, então com grandes seguidores no Brasil. Quando ainda estava no Recife, realizando pesquisas de campo, observou que um terço da população pernambucana vivia em mocambos, palafitas sobre os manguezais do Capibaribe e do Beberibe, e cuja alimentação básica era retirada do mangue, constando de caranguejos, siris e aratus. Daí a atenção que deu, em seus estudos, a esse tipo de alimentação.

O trabalho de pesquisa de campo levou-o a uma intensa convivência com o povo, com a população pobre de sua cidade, em grande parte formada por migrantes, vindos do interior, e a se abeberar do conhecimento dos seus usos e costumes. Foi certamente essa convivência que o inspiraria a escrever um dos seus últimos livros, *Homens e caranguejos*, e a sua famosa tese de cátedra, *Fatores de localização da cidade do Recife*. Essa vivência direta com o povo levou-o também à vida política, como militante do Partido Trabalhista Brasileiro, e à sua eleição, por duas vezes, em 1954 e em 1958, à deputação federal.

Do leque de idéias que defendeu, algumas se tornaram célebres, como a da necessidade de uma melhor educação alimentar, mostrando os alimentos mais indicados para a população brasileira e combatendo os chamados tabus alimentares então enunciados em sentenças consagradas, como a que dizia “manga de manhã é ouro, de tarde é prata e à noite mata”. Chamava a atenção para o fato de que no Brasil havia os que tinham fome por que não tinham o que comer e os que se superalimentavam, mas não o faziam de acordo com as necessidades do organismo. E a educação seria a grande via de correção dos maus hábitos alimentares.

A idéia que defendeu com mais ênfase foi a de que o Brasil não era o paraíso tropical que muitos autores consideravam; ao contrário, era um purgatório onde vivia uma população mal-alimentada ou esfo-

meada. Chamava a atenção ainda para o fato de que em algumas regiões a fome resultava da influência negativa das condições naturais, como na Amazônia, e em outras ela era provocada por fatores sociais, derivados do sistema de colonização, como no Nordeste açucareiro. Em algumas áreas poderia haver, eventualmente, a confluência dos fatores naturais, limitativos, e dos sociais; naquelas mais ricas do país, como no Centro e no Sul, não havia propriamente fome, mas distorções alimentares.

Ao passar da análise do problema em escala brasileira para a mundial, Josué de Castro tornou-se um grande observador dos fatores do subdesenvolvimento, o que o levou à atuação em organismos internacionais, como a Organização das Nações para a Agricultura e a Alimentação (FAO), e à elaboração do seu livro *Geopolítica da fome*. Começou por discordar do conceito de subdesenvolvimento, que a maioria dos cientistas sociais afirmava ser um estágio no caminho do desenvolvimento e que, investindo-se nos países subdesenvolvidos, eles se desenvolveriam e atingiriam o estágio em que se encontravam os países do Primeiro Mundo. Essa idéia foi contestada tanto por cientistas como Josué de Castro (1951) como por Charles Bettelheim (1964), quando levantaram a tese de que o subdesenvolvimento era um subproduto do desenvolvimento e ocorria em conseqüência da expansão européia nos trópicos e da exploração agrícola e mineral do mundo tropical.

Na realidade, os países conquistados direta ou indiretamente – a Tailândia e a China nunca foram colônias formais – tiveram a sua economia desviada do atendimento às necessidades de sua população para o atendimento à demanda do mercado internacional. E esse desvio foi feito sob o comando de governos colonialistas e de empresas coloniais, de forma que os nativos ofereciam o trabalho e a submissão e os colonizadores controlavam a produção e a comercialização. Desse modo, os colonizados forneciam a força de trabalho e os colonizadores se apropriavam da mais-valia.

Foi a partir dessas idéias que Josué de Castro elaborou o seu livro *Geopolítica da fome* (1951), que lhe valeu o reconhecimento internacional e lhe deu o título de Cidadão do Mundo. Nele, o cientista propunha modificações políticas e econômicas substanciais que impediriam o processo de espoliação do mundo dito subdesenvolvido e evitariam a propagação da fome que hoje atinge dois terços da população do planeta.

Mas essas idéias o levaram a posições consideradas extremas e provocaram a cassação dos seus direitos políticos pelo governo brasileiro, levando-o ao exílio em 1964.

Partindo dessas idéias, podemos analisar sua obra e compreender a razão de elas permanecerem tão reais, nos dias que correm, que clamam por reformas que as elites brasileiras vêm permanentemente adiando.

Caracterização da fome no Brasil

Com a sua grande extensão territorial e as grandes diversificações naturais, é forçoso que o Brasil apresente níveis de desenvolvimento e de condições de vida os mais diversos. Daí os estudiosos procurarem dividi-lo, desde a segunda metade do século XIX, em grandes regiões, e o governo federal, para implantar uma política de estudos e de pesquisas no território nacional, dividi-lo em cinco grandes regiões geográficas (GUIMARÃES, 1947). Já na década de 1930, Gilberto Freyre, ao estudar o Nordeste, dividira esta grande região em duas porções, uma em que dominava o clima úmido e por ele chamada de Nordeste, e outra onde dominava o clima seco, semi-árido, que ele chamou de O Outro Nordeste. Escreveu um livro sobre a primeira porção (1937), enquanto Djacir Menezes escreveria um outro sobre a segunda parte do Nordeste (1937). Contrapunham-se, desse modo, dois Nordestes, o da cana-de-açúcar e o Nordeste do algodão e do gado.

Josué de Castro, ao estudar o Brasil como um todo, preferiu dividi-lo em cinco grandes regiões: a Amazônia, de clima equatorial superúmido; o Nordeste Açucareiro, com o clima equatorial úmido, com duas estações, uma seca e outra chuvosa; o Nordeste seco, hoje chamado semi-árido, que vinha sendo assolado, periodicamente, desde o início da colonização, no século XVI, por grandes secas; o Centro-Oeste, com clima tropical; e, finalmente, o Sul, com clima subtropical. Acompanhando essas variações climáticas ocorreriam também variações nos sistemas alimentares.

Nas três primeiras regiões registrava-se, de forma acentuada, o problema da fome, endêmica ou epidêmica.

Enquanto na Amazônia a fome era provocada sobretudo por razões de ordem natural, nos dois Nordestes ela era provocada por razões

de ordem social, como conseqüência da ação do homem, a partir do processo de povoamento.

A região amazônica, na época em que Josué escreveu o seu livro *Geografia da fome*, ainda era uma área subpovoada; a penetração na sua hinterlândia era feita através dos rios e as principais cidades eram portos estrategicamente localizados. A região fora povoada principalmente por penetradores que se dedicavam ao extrativismo e a pequenas lavouras de subsistência. Sofreu, porém, um grande impacto populacional no período de 1870 a 1910, com o surto da produção da borracha para atender à demanda do mercado internacional. Passado o *rush*, a região entrou em decadência, os povoadores emigraram ou passaram a se dedicar à pesca e à pequena lavoura e, como conseqüência, as cidades estagnaram.

Nessa fase de conquista, a alimentação básica era composta por farinha de mandioca, feijão, peixe e rapadura, fabricada por pequenos engenhos ou importada do Nordeste. A carne era obtida com a caça de animais silvestres e as frutas, colhidas na floresta, completavam o cardápio. Era um regime alimentar insuficiente que provocava a incidência de endemias, devido à falta de cálcio, de sódio e de vitaminas A e B1 na alimentação. Numerosas doenças afligiam a população, como o beribéri, a tuberculose, as verminoses e a malária.

No Nordeste açucareiro, onde havia solos férteis – argila laterítica e massapé – e chuvas abundantes, o sistema colonial provocara a derrubada da mata atlântica, substituindo-a por canaviais. As terras apropriadas sob a forma de sesmarias privilegiaram os colonizadores, que escravizaram os indígenas para os trabalhos agrícolas e introduziram negros africanos como escravos, estabelecendo um sistema divorciado da realidade natural. Embora houvesse diferenças quantitativas e qualitativas entre a alimentação da casa-grande e da senzala, podia-se generalizar que no Nordeste açucareiro os alimentos mais usados eram a farinha de mandioca, o aipim, o charque e o açúcar, havendo sérias carências alimentares decorrentes da falta de ferro e de sódio, carências que atingiam sobretudo as crianças pobres e mal-alimentadas que "comiam terra", fato apontado como um vício, mas que era, na realidade, uma defesa do organismo. Na área ainda se observava a incidência de verminoses, que faziam que a cultura popular considerasse o matuto, homem da região da Mata, mais fraco do que o sertanejo, homem da região seca,

como na famosa a frase de Euclides da Cunha, muito citada: "O sertanejo é antes de tudo um forte".

No Nordeste semi-árido dominava uma economia baseada na pecuária de bovinos e de caprinos, o que levava o homem da região a ter maior acesso à carne e ao leite. Foi nesta região que surgiram as primeiras charqueadas, depois transferidas para o Rio Grande do Sul e posteriormente para Mato Grosso. Complementavam estes alimentos com o feijão, a rapadura e o milho. Embora sabendo-se que, nas áreas em que o milho participa intensamente do cardápio alimentar, ocorre com freqüência a pelagra, no sertão nordestino isso não ocorre porque nos vários pratos regionais à base de milho o leite está sempre presente. Apesar de tudo, a alimentação é pobre em proteínas, em sódio e em iodo.

A vantagem sobre a mata é que no sertão, apesar do domínio do latifúndio, este não é acompanhado pela monocultura, o que faz com que a produção agrícola e pecuária seja mais diversificada e a concentração de renda seja menor. Também aí a fome não é endêmica, como na região úmida, mas epidêmica, uma vez que ocorre apenas nos períodos de seca.

O Centro-Oeste de Josué de Castro compreende, hoje, as regiões Sudeste e Centro-Oeste, em que a alimentação tem como base o milho, o feijão, a carne e o toucinho, já que, ao lado do rebanho bovino, há um expressivo rebanho suíno. Mas falta iodo na alimentação, o que provoca a ocorrência de doenças como o bócio; já o excesso de gordura deve contribuir para a expressiva ocorrência do mal de Hansen.

Finalmente, na região Sul, onde o peso do latifúndio foi menor do que nas demais regiões, foram implantadas, nos séculos XIX e XX, colônias de imigrantes europeus e asiáticos, dominando o sistema de pequenas propriedades familiares. O regime alimentar era o mais equilibrado, havendo expressivo consumo de carne, de pão de trigo, de arroz e de batata, produtos que só vieram a se expandir no meio urbano das outras regiões no século XX.

Urbanização e regime alimentar

Na segunda metade do século XX, acelerou-se o processo de urbanização e o Brasil passou a ter várias cidades com mais de 1 milhão de habitantes, ao mesmo tempo que o crescimento das comunicações le-

vou a costumes e hábitos alimentares diferentes que se difundiram pelo território nacional, com tendência a homogeneização.

Na década de 1940 fazia-se uma distinção entre os frutos importados, maçã, pêra e uva, e os frutos da terra, como a banana, a manga, o abacaxi e a laranja, considerando-se os primeiros típicos das mesas ricas e os últimos das mesas pobres; mas ocorreram grandes modificações e a uva, hoje, tornou-se um dos produtos básicos de cultivo das áreas irrigadas do submédio São Francisco. Alimentos europeus e americanos se difundiram de tal forma que hoje, no Brasil, consome-se mais Coca-Cola do que guaraná. As lanchonetes que se espalham por cidades grandes e médias difundem alimentos que não eram conhecidos na década de 1940, como os sanduíches *fast food* e as massas italianas.

Apesar da influência dos importados, sejam frutos, massas ou conservas, a grande maioria da população mais pobre do país continua carente de nutrientes e vítima não só da fome aguda – falta absoluta de alimentos – como da fome crônica, em grande parte provocada por uma alimentação inadequada, devida em parte à propaganda comercial em favor de alimentos oriundos de outros países e regiões.

A expansão do povoamento tem provocado uma agricultura predatória, voltada para o mercado externo, que vem desmatando o território nacional, com prejuízos que dificilmente podem ser reparados. A floresta atlântica, que acompanhava a costa brasileira desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, já foi destruída em mais de 90% de sua extensão, a araucária da região Sul está praticamente desaparecida, e a Floresta Amazônica, a porção mais rica de nossa flora, encontra-se em processo acelerado de destruição, fato observado também na caatinga sertaneja do Nordeste e nos cerrados do Centro-Oeste e do Sul.

Josué de Castro já chamava a atenção para tudo isso que ocorre hoje no seu livro *Geopolítica da fome*, em vista do processo de colonização que gerou o subdesenvolvimento. Já em meados do século XX, ele afirmava que o subdesenvolvimento não era conseqüência de uma diferença na rapidez do desenvolvimento entre o país desenvolvido e o subdesenvolvido, mas de uma distorção realizada no país, hoje subdesenvolvido, pelo sistema colonial. O país que submetia um outro ao seu domínio procurava dirigir-lhe a economia tendo em vista atender aos interesses do país dominante, impedindo que o dominado se voltasse para o atendimento das necessidades de sua população. Dava-se, assim,

um freio ao desenvolvimento do país dominado e este ia, aos poucos, ou às vezes rapidamente, entrando em decadência. Para o mestre pernambucano, o subdesenvolvimento era um produto, o resultado do desenvolvimento. Essas idéias desagradaram às classes dominantes tanto dos países desenvolvidos como dos subdesenvolvidos, porque também se beneficiavam das distorções realizadas.

As idéias básicas

Diante dessas reflexões podemos chamar a atenção para o fato de que entre suas idéias básicas avultavam:

a) a necessidade da realização de uma reforma agrária, não partindo de cima, como uma dádiva das classes dominantes, mas como uma conquista das classes dominadas, formada na luta do povo, como parece estar acontecendo, hoje, com a ação dos movimentos populares, como a Pastoral da Terra, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
b) a necessidade de desenvolvimento de uma educação que não se limitasse apenas à alfabetização, mas que se fizesse acompanhar de um processo educacional que atingisse problemas básicos, como o alimentar, e fortalecesse a cidadania;
c) a necessidade de se reduzirem os desníveis de desenvolvimento regional tanto no território brasileiro como entre os países, em escala internacional, a fim de que se eliminasse o subdesenvolvimento.

Por essas idéias gerais e por posições que as complementavam, lutou o cientista – médico e geógrafo –, o professor, o cidadão e o político; a fidelidade a esse ideal o fez enfrentar grandes campanhas movidas pelos grupos conservadores e reacionários que culminaram com o exílio a que foi condenado pelo governo contra-revolucionário de 1964.

Bibliografia consultada

BETTELHEIN, C. (1964). *Planification et croissance accelerés*, Paris, François Maspero.

CASTRO, Josué de. (1946). *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.

CASTRO, Josué de. (1951). *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.

FREYRE, Gilberto. (1937). *Nordeste. Aspectos da influência da cana-de-açúcar na vida e na paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. (1947). "Divisão Regional do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano III, nº 2.

MENEZES, Djacir. (1937). *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.

Representações sociais da miséria no Nordeste

Michel Zaidan Filho

Nasceu em Garanhuns (PE), em 29 de julho de 1951. Graduou-se em filosofia pura na Universidade Católica de Pernambuco, em 1974. Fez cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas. Lecionou na Universidade Católica de Pernambuco, na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal de Pernambuco.

Em boa hora, a Fundação Perseu Abramo e o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro promovem esta justa homenagem ao ilustre geógrafo e publicista pernambucano, por ocasião da comemoração do qüinquagésimo quinto ano da publicação de *Geografia da fome*, ato que assinala, aliás, a instalação definitiva da Fundação em nosso estado, Pernambuco.

O lugar ocupado por nosso homenageado na história política e cultural de nossa região ainda padece da falta de uma justa reavaliação no contexto das diversas representações do problema da miséria e da

fome entre os nordestinos pobres do Brasil. O legado de Josué de Castro oscila ora na direção da crítica regionalista de Gilberto Freyre e seus seguidores à modernização social empreendida pelo Estado Novo de Agamenon Magalhães em Pernambuco, ora em direção à crítica concretista e modernista de João Cabral de Melo Neto, Graciliano Ramos e outros ao atraso das estruturas sociais do Nordeste. É, pois, chegada a hora de conferir o devido valor a sua obra, destacando dela os aspectos positivos que sobreviveram à polêmica entre modernistas e tradicionalistas durante a década de 1920 em Pernambuco.

Inicialmente, é possível localizar a origem do pensamento de Josué de Castro no interior da geração regionalista do Nordeste, que se organizaria em torno da liderança intelectual de Gilberto Freyre na década de 1920. Nesse sentido, é preciso considerar o contexto de transição política, econômica e cultural da época e a redefinição do espaço nordestino na geopolítica brasileira, redefinição responsável pelas tensões na criação literária e científica que vai resultar na chamada brasilidade nordestina, ou seja, a redefinição do Brasil, a partir da idéia de uma região, o Nordeste, segundo a ótica dos intelectuais e artistas ligados ao movimento regionalista do Nordeste.

O vulto de Josué de Castro se sobressai dentro dessa onda regionalista animada por estes intelectuais que se oporão decididamente ao processo de modernização urbana e social do Brasil, num contraponto ao cosmopolitismo e ao industrialismo dos modernistas de São Paulo.

Assim, no começo, Castro integra o esforço crítico e ensaístico contrário à modernização urbanística e sanitária, então vista como um processo de controle e uniformização estrangeira dos hábitos e da maneira de viver dos nativos, cujas habitações estavam africanamente adaptadas às condições climáticas e ecológicas da região. É dele a descrição romântica da paisagem urbana dos barracos recifenses:

> "Cidade aquática, com casa de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas-de-flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno das casas-grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana.

> O Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiros e de sons. Nesse desadorado caos urbano, reflexo confuso da fusão violenta de várias expressões culturais, só uma coisa tende a dar um sentido estético, próprio à cidade. [...] É a paisagem natural que a envolve" (CASTRO, 1934, p. l4-l5).

E, nas palavras de Freyre, a imagem idílica dos mocambos:

> As aldeias de mocambos desse tipo surgem aos nossos olhos como uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico – as mais romantizadas pelos viajantes, pelos poetas e até pelos antropologistas. O seu ar é o de casas inteiramente à vontade entre as palmeiras e a beira-mar ou da água doce. Algumas são até lacustres: palhoças trepadas em pernas de pau dentro d'água ou dos mangues (FREYRE, 2000, p. 30).

Esse esforço crítico e ensaístico ficou conhecido pela polêmica em torno da campanha de erradicação dos mocambos existentes nas margens do rio Capibaribe, empreendida pelo governo de Agamenon Magalhães. Comentando a defesa apaixonada desses ensaístas em prol da manutenção dos mocambos, alguém escreveu:

> "Num recente livro sobre os mocambos, os casebres aparecem nas páginas de papel *couché* em litogravuras lindas, sedutoras, escondendo a miséria nas cores da estampa. Não faltou nem o célebre 'coqueiro do lado', também em litogravura, para parecer mais bonito. Tudo feito preconcebidamente para esconder a miséria do mocambo. Dizer a verdade sobre aquilo? Nunca! Quando era forçoso escrever a palavra 'lama', saía uma lama de fazer gosto, purificada, desinfectada pela águas salgadas, que não fazem mal a ninguém. Uma 'lama', enfim, cheia de saúde e alegria... E quando se romanceava o trabalho do habitante do mocambo, para fazer a sua casa? Ele havia construído a sua ilha, 'conquistando um espaço no mar'[1]."

De um lado, sociólogos, antropólogos, ensaístas que se opunham à destruição das habitações precárias do Recife – por acharem-nas mais adaptadas ao clima do Nordeste; de outro, os agentes do processo de

1. "O EXEMPLO". *Folha da Manhã,* 22 jul. 1939. Recife.

modernização social e urbana, munidos de um plano de reforma sanitária e urbanística do Recife destinado a "civilizar" a cidade infecta e perigosa, e, sobretudo, a livrá-la da marginalidade, da pobreza e da insalubridade. É época das "cidades higienizadas" – orientadas para seguir o modelo das metrópoles européias, depois da Revolução de l848. A esse processo estão ligados os nomes de Amauri de Medeiros, Saturnino Braga, Sérgio Loreto e outros. E, depois, o de Agamenon Magalhães.

O debate intelectual

A vertente do pensamento regionalista e tradicionalista, encabeçada por Gilberto Freyre, se opõe na literatura e na ensaística nordestina àqueles intelectuais neo-realistas e naturalistas que criticaram ferozmente a idealização romântica da pobreza nordestina, ao constatarem que tal processo só havia beneficiado as oligarquias políticas da região. Neste lado estão José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto. Intelectuais profundamente comprometidos com a identidade cultural nordestina, mas críticos da desumanização do povo pobre do Nordeste produzida pelas estruturas sociais atrasadas da região: sobressaem aí temas típicos da saga nordestina, como o cangaço, a seca, o messianismo, o latifúndio, o engenho, a fome e o êxodo dos nordestinos. Sobre o significado da obra desses autores, disse o ensaísta:

> "A estética realista ou neo-realista desses autores buscou retratar a humanidade degradada pelo flagelo das secas e pelas condições socioeconômicas que aviltavam o corpo e o espírito dos homens, revelando ao resto do país aspectos de uma realidade nacional que este mesmo desconhecia. Com um grau variável de realismo e espírito crítico, esta produção literária apontou para um discurso crítico-reflexivo dos problemas sociais, desvendando a segunda natureza do flagelo humano [o latifúndio, o poder etc.]. E alternativas e mudança social" (ZAIDAN FILHO, 2001).

Olhando retrospectivamente o debate entre os defensores do "mocambo modelar", como disse Cabral de Melo Neto, e os críticos do saudosismo tradicionalista, é possível hoje reconhecer o que dura e per-

manece atual na obra de Josué de Castro: os seus estudos de geografia humana ligados à fome e ao aspecto biofísico dos nordestinos pobres das cidades e particularmente às precárias condições de vida desses nordestinos, vegetando como caranguejos nos mangues e charcos que circundam as casas-grandes e palacetes do Recife. Este parece ser o "núcleo racional" da ensaística de Castro, que se tornou a semente do trabalho de toda uma geração de pesquisadores do urbanismo excludente dos países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, vale a pena consultar o livro do historiador Denis Bernardes, *Recife, o caranguejo e o viaduto* (1996, Ed. Universitária da UFPE), que procura levar adiante as primeiras idéias de Castro sobre a urbanização excludente de áreas periféricas como a nossa.

A sugestão poderosa do "homem-caranguejo" vivendo numa simbiose perversa entre lixo e procriação, repetindo o ciclo infernal da pobreza, foi retomada recentemente por uma poética multicultural, multirrítmica, sugestivamente denominada "mangue beat". Aí o caranguejo vira homem, o lixo transforma-se em vida, em criação, sintonizado virtualmente com o resto do mundo. Sobre esta poética, escrevi:

> "A chamada 'cultura da exclusão social' está ligada à produção de uma neomiséria e de neomiseráveis no Brasil de hoje. O suporte antropológico dessa cultura seria uma espécie de homem-gabiru, uma espécie em extinção. Nem telúrico, nem Severino, neomiserável, em um país neosocial. Produção cultural urbana agressiva, experimental, crítica, avessa aos encantos da 'indústria cultural', criada por grupos periféricos e marginais, cheia de sonhos e imagens do desejo, mas profundamente refratária às formas de sociabilidade do Brasil institucional. Formas culturais heterogêneas, disformes, caóticas, mas representativas do processo de exclusão social existente no país. Exemplos: o bolero de Raquel, o grafite das galeras, os *rappers* suburbanos, o mangue beat" (ZAIDAN FILHO, 2001, p. 24).

Não haveria, por certo, uma forma mais rica de retomada e atualização da herança de Josué de Castro do que essa bela e significativa imagem do "caranguejo antenado" com as minorias sociais do mundo inteiro, por meio da rede mundial de computadores. Cabe-nos, cidadãos nordestinos do século XXI, a fecundidade teórica, política e

cultural desse inesgotável manguezal, entendendo que é sempre possível compatibilizar a idéia de raízes com o ciberespaço da biodiversidade cultural do nosso planeta. Nesse ponto, a contribuição de Josué de Castro é inestimável porque revela que o humanismo e o universalismo dos verdadeiros pensadores têm que mergulhar os pés na territorialidade encharcada de lama para reconstruir os homens num novo registro planetário.

Bibliografia

CASTRO, Josué. (1934). "A cidade". In: *Documentário do Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.

FREYRE, Gilberto. (2000). *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro, Record.

ZAIDAN FILHO, Michel. (2001). *O fim do Nordeste e outros mitos*. São Paulo, Cortez Editora.

A geopolítica da fome:
dos tempos de Josué de Castro aos tempos atuais*

Humberto Costa
Médico, com pós-graduação em medicina geral comunitária, psiquiatria (Universidade Federal de Pernambuco) e clínica médica (Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco). Foi deputado estadual e federal, vereador e secretário municipal de Saúde de Recife. Assumiu o cargo de ministro da Saúde em janeiro de 2003.

Decorridos 55 anos do lançamento do livro *Geografia da fome*, do médico, nutricionista e cientista social Josué de Castro, pouco mudou o quadro da segurança alimentar no Brasil e no mundo. Apesar dos reiterados compromissos de eliminação da desnutrição assumidos por órgãos internacionais de cooperação, por instituições religiosas e por governos das mais diferentes ideologias, a fome continua a afrontar a dignidade humana e a impedir o desenvolvimento dos indivíduos.

(*) Este texto é uma versão da exposição feita no Seminário Josué de Castro e o Brasil e foi atualizado em fins de 2002 para esta publicação.

A carência alimentar prolongada provoca indiferença afetiva, deterioração da conduta social, além de aumento da agressividade, dirigida principalmente contra as pessoas mais vulneráveis, como crianças e idosos. A fome também produz mais fome, em um ciclo vicioso no qual populações famintas, debilitadas e impossibilitadas de produzir alimentos realizam atividades predatórias dos recursos naturais, gerando desertificação de solos, extinção de espécies animais e comprometimento do próprio futuro.

Entre as causas econômicas da fome, a pobreza continua a ser a mais importante e profunda. E, como o que garante o acesso das pessoas aos alimentos é o seu poder de compra, a perversa concentração de riqueza produz a miséria de milhões de pessoas e gera o episódio da fome endêmica no mundo.

Entre os países pobres, a dependência econômica, a dívida externa e as restrições ao comércio impostas pelas nações ricas têm impedido o desenvolvimento econômico. O protecionismo que alguns países desenvolvidos dispensam à sua agricultura impõe pesadas sobretaxas aos produtos estrangeiros que tentam ingressar em seus mercados. Por meio de subsídios elevados aos seus produtores, favorecem a geração de excedentes agrícolas que são exportados a preços menores que os praticados no próprio mercado interno, em uma concorrência desleal com os produtos dos países não-desenvolvidos.

A corrupção e o patrimonialismo em nações pobres terminam também por desviar importantes recursos públicos que poderiam ser usados na superação de mazelas sociais.

Já o programa de ajuste estrutural, inspirado no neoliberalismo e implantado em vários países não-desenvolvidos na década de 1980, reduziu fortemente o poder de compra de suas populações, produziu recessão econômica, gerou desemprego, ampliou a concentração de renda e desobrigou o Estado do provimento de proteção social aos cidadãos.

Por outro lado, a adoção de políticas de substituição da agricultura de subsistência por grandes projetos agroindustriais voltados para a exportação tem produzido desestruturação econômica e limitação de meios de sobrevivência para muitas populações.

A realidade sociocultural, materializada no analfabetismo, na ignorância, nos hábitos e preconceitos alimentares, também contribui para perpetuar a desnutrição.

Já o crescimento populacional não acompanhado da adoção de técnicas agrícolas mais avançadas tem comprometido a produção de alimentos, provocado o esgotamento dos solos, diminuído as áreas de descanso da terra e impossibilitado o rodízio das culturas. Porém, onde ocorreu diminuição da pobreza, o ritmo do crescimento demográfico reduziu, produzindo assim um maior equilíbrio entre número de habitantes e disponibilidade de alimentos.

Razões políticas também têm influenciado na manutenção dos níveis de subnutrição das populações. Os embargos econômicos impostos a determinados países, longe de prejudicar seus governos, têm efeitos devastadores sobre os seus habitantes. Os deslocamentos forçados de populações que fogem de guerras ideológicas, nacionalistas ou religiosas também têm contribuído para a disseminação da fome.

A disposição de eliminar o flagelo tem sido reiterada nos últimos anos por autoridades internacionais. A Cúpula Mundial sobre a Alimentação, realizada em 1996 com centenas de países participantes, firmou o compromisso de se atingir a segurança alimentar universal, garantindo o acesso de todas as pessoas a alimentos de boa qualidade e em quantidade suficiente. Na ocasião, foi estabelecida a meta de reduzir à metade o número de pessoas famintas até o ano de 2015. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), no biênio 1997-1999 havia 815 milhões de famintos no mundo, dos quais 777 milhões nos países em desenvolvimento, sendo 180 milhões deste total compostos por crianças menores de 10 anos de idade.

Para o cumprimento da meta proposta – reduzir em 400 milhões o número de indivíduos com fome em 20 anos –, seria necessário que 20 milhões de pessoas saíssem dessa condição anualmente. Porém, no relatório "Estado da Insegurança Alimentar no Mundo – 2001", a FAO informava que a redução do número de famintos na década de 1990 havia seguido um ritmo aproximado de 6 milhões por ano, muito longe, portanto, do objetivo pretendido. Nessa velocidade, seriam necessários 60 anos para se atingir a meta proposta.

A redução ocorrida registrou ainda tendências contraditórias. Dos 99 países analisados pela FAO entre 1990-1992 e 1997-1999, apenas 32 tiveram uma diminuição total de 116 milhões de famintos. No entanto, outros países não só não reduziram como tiveram, juntos, um acréscimo de 77 milhões de novos desnutridos.

O balanço final foi positivo – uma redução de 39 milhões de famintos no mundo –, mas se deveu, principalmente, a grandes países como China, Indonésia, Nigéria e Brasil. Só a China, por seu consistente crescimento econômico e agrícola, reduziu a fome de 76 milhões de pessoas.

No entendimento da FAO, há no planeta alimentos em quantidade suficiente para atender às necessidades de toda a população mundial. Mesmo que houvesse um crescimento menor na produção agrícola, seria possível enfrentar o flagelo da fome com um acesso mais eqüitativo à comida. A redistribuição dos alimentos ou dos meios para produzi-los ou do poder econômico necessário para comprá-los seria decisiva para a superação da inanição.

A desigualdade no acesso aos alimentos não tem diminuído muito nos últimos 30 anos. Os melhores resultados estão em países que investiram maciçamente no desenvolvimento econômico e na agricultura.

Para enfrentar a subnutrição, a FAO propõe uma ação que articule a intervenção pública imediata, direta e indireta, com o investimento agrícola, incluindo-se a ajuda alimentar aos mais necessitados e o acesso à água potável. O investimento agrícola compreenderia pesquisa, desenvolvimento e adequada distribuição de variedades de cultivo produtivas e sistemas de pesca mais eficientes.

Porém, a superação definitiva desse flagelo exige mudanças estruturais na ordem econômica, política e social do planeta. Mudanças que permitam a retomada do desenvolvimento econômico, uma melhor distribuição de renda, a adoção de sistemas de proteção social e investimentos maciços na agricultura, principalmente nos países mais pobres. A existência de um ambiente de paz e estabilidade política também contribui de maneira decisiva para o esforço de eliminação das iniqüidades.

No Brasil, a situação não é menos preocupante. Ao longo dos mais de 50 anos decorridos desde a publicação de *Geografia da fome*, o quadro de desigualdades sociais, econômicas e regionais tem se mantido. Qualquer que seja o estudo ou a metodologia usada na sua execução, vamos deparar com milhões de brasileiros vitimados pela fome. Mas, enquanto uma única pessoa não puder exercer o mais elementar direito de cidadania, que é o de se alimentar satisfatoriamente, o poder público e a sociedade estarão em dívida com o compromisso ético de respeito à condição humana.

As causas da fome no Brasil não diferem das que analisamos anteriormente. A estagnação econômica, a concentração de renda, o desemprego, os baixos salários, a falta de estímulo à agricultura (inclusive pela falta de demanda devida ao baixo poder aquisitivo da população), os altos preços dos alimentos estão entre os principais fatores que permitem a reprodução do drama da fome no país.

As soluções são também plenamente conhecidas e foram sistematizadas pelo Projeto Fome Zero, publicado pelo Instituto Cidadania em outubro de 2001, que advoga uma forte intervenção do Estado para o enfrentamento do problema. Entre as soluções estruturais estão a retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, propiciando a criação de empregos, e o aumento do poder aquisitivo dos salários, especialmente do salário mínimo. A proposta de política estrutural contra a fome prevê a universalização da previdência, a implantação da reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a adoção de programas de renda mínima.

As políticas específicas prevêem a distribuição direta e indireta de alimentos, a manutenção de estoques de segurança, a ampliação de programas específicos de alimentação, como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e a merenda escolar, além de ações educativas e de controle da qualidade dos alimentos.

O combate às carências alimentares é visto pelo Projeto Fome Zero como um esforço que deve envolver não apenas o governo federal, mas também as administrações estaduais, municipais e a sociedade de modo geral, por meio de políticas locais de segurança alimentar, adequadas à realidade urbana ou rural, aprofundando experiências existentes, como os bancos de alimentos, os restaurantes populares e o apoio à agricultura familiar.

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, idealizador do Projeto Fome Zero, abre uma perspectiva inteiramente nova para o tratamento do problema, principalmente por ter ele reiterado seu compromisso de fazer do combate à desnutrição uma das principais prioridades de seu governo. O sucesso dessa experiência tende a contribuir de forma decisiva para o fortalecimento da crença de que a fome pode ser vencida, dependendo tão-somente da vontade política dos que governam o mundo.

Josué de Castro e as evidências científicas da fome dispensável

Renato Duarte
Ph.D. em economia. Diretor do Departamento de
Pesquisas Econômicas da Fundação Joaquim Nabuco

1. Introdução

O livro *Geografia da fome*, que completou 55 anos de lançamento e 14 edições brasileiras em 2001, tem um traço comum com outros grandes livros de interpretação da formação nacional, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1902), *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (1933), e *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen (1937). À semelhança daquelas obras seminais, o livro de Josué de Castro é razoavelmente citado, mas aparentemente pouco lido. A explicação para esse fenômeno parece se encontrar – como costuma acontecer com ou-

tros ensaios de interpretação da formação da sociedade brasileira – na sua qualidade científica e rara erudição. O apuro metodológico, a densidade analítica e o esforço interpretativo do livro de Josué de Castro talvez o tenham transformado mais em uma fonte de referência para pesquisadores e estudiosos do que em obra de interesse do grande público leitor. De todo modo, é de lamentar que a maioria dos brasileiros desconheça um estudo que, com minúcia e precisão admiráveis, desvenda as riquezas alimentares e nutritivas existentes nas regiões brasileiras, e demonstra como a fome endêmica e a fome epidêmica (para usar a terminologia de Josué de Castro) que grassavam, e subsistem em números cada vez maiores constituem uma mazela absurdamente dispensável e facilmente superável neste país[1].

Contando com uma equipe de pesquisadores assistentes, Josué de Castro elaborou um trabalho multidisciplinar em que foram analisadas e incorporadas informações de estudos feitos por brasileiros e estrangeiros até meados da década de 1940, contendo os conhecimentos alcançados nas ciências geográficas, médicas, agrárias, biológicas, agronômicas e da nutrição. Talvez não se incorra em exagero ao afirmar que há pouco mais de 50 anos Josué de Castro ofereceu ao Brasil uma espécie de vade-mécum regionalizado das suas fontes naturais de nutrição, em que se podiam obter ensinamentos de como combater a fome. Como se verá a seguir, pouco (ou nada) daqueles ensinamentos foi aproveitado para a erradicação da fome no país. O que deixou de ser feito deve encontrar explicação fora das ciências perquiridas por Josué de Castro. Mais adiante neste artigo, procurar-se-á mostrar que se deve buscar na história, na psicologia social e nas ciências políticas e econômicas os fatores explicativos da fome e da desnutrição, que, infelizmente, só se acentuaram no decorrer do meio século transcorrido desde o lançamento do libelo científico feito por Josué de Castro contra aqueles flagelos.

1. A propósito, isso ficou evidenciado no relatório elaborado pelo sociólogo Jean Ziegler, comentado em editorial da revista *Veja*, de 27 de março de 2002 ("Um impressionista no Brasil". *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, Seção Carta ao Leitor, nº 1.744), em que são apresentados os resultados de um estudo, encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobre as condições nutricionais no Brasil. No relatório, o sociólogo suíço afirma, entre outras passagens contundentes sobre a fome no Brasil, que aqui se pratica um "verdadeiro genocídio".

2. Fome endêmica e fome epidêmica

A expressão "fome dispensável" que compõe o título deste artigo procura expressar, por meio de duas palavras, o que Josué de Castro demonstrou exaustivamente na sua obra demiúrgica (como diria o mestre Antonio Candido). Castro denunciou, com erudição e precisão científica, uma situação claramente perceptível no Brasil de então e em outras partes do mundo: aquilo que ele denominou de autêntica "conspiração de silêncio em torno da fome [...], só explicável por interesses e preconceitos de ordem moral [...], política e econômica [...], que tornaram a fome um tema proibido [...]" (CASTRO, 2001, p. 12). Entre outros dados referentes à situação internacional, Castro transcreve estimativas publicadas em 1938, mostrando que o mundo, com os níveis tecnológicos prevalecentes naquela época, tinha condições, de acordo com os cálculos mais otimistas, de produzir alimentos para 11 bilhões de pessoas (quase o dobro, portanto, da população do planeta em 2002). Ele aponta, entre as causas da fome que à época atingia dois terços da humanidade, a falta de uma visão coerente e articulada do problema. Segundo o cientista pernambucano, a alimentação dos povos deveria ser enfrentada no contexto das vertentes biológicas, econômicas e sociais; em outras palavras, através "das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio". Por isso, a temática central do seu livro, em que ele se propõe realizar uma análise dos mecanismos biológicos de adaptação do homem brasileiro aos meios naturais e culturais do país (CASTRO, 2001, p. 21-22).

No livro *Geografia da fome*, o autor analisou os padrões e as potencialidades nutricionais predominantes em cinco áreas alimentares do Brasil: Amazônia, Nordeste Açucareiro, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul. Às duas primeiras denominou áreas de fome endêmica; a terceira foi caracterizada como área de epidemias de fome; as duas últimas ele chamou de áreas de subnutrição (CASTRO, 2001, p. 37-38). O autor deste artigo irá se limitar às duas áreas alimentares da região Nordeste, que eram (e ainda são) as mais problemáticas, como, aliás, revelam as denominações a elas dadas por Josué de Castro. Além disso, elas têm a curiosa peculiaridade de apresentar situações nutricionais gerais destoantes das respectivas condições físico-climáticas. Ou seja: na área de solos mais férteis e de precipitações pluviomé-

tricas abundantes e regulares – o Nordeste Açucareiro ou, como é comumente denominado, a Zona da Mata – a fome era (e ainda é) endêmica; na zona de solos pobres, clima quente e chuvas escassas e irregulares – a zona do sertão – predominava (e ainda predomina) a fome epidêmica[2].

Na área do Nordeste Açucareiro, Josué de Castro chama a atenção para a profunda mudança ali realizada pelo homem, que em quatro séculos transformou a floresta tropical em uma *região de campos abertos*, mercê do ímpeto descontrolado de usineiros e donos de engenho de plantarem cana para produzir mais e mais açúcar. Foram justamente as características edafoclimáticas da Zona da Mata nordestina que criaram aquela situação aparentemente paradoxal, por meio da qual as condições naturais favoráveis à agricultura se tornaram a principal causa da sua transformação em uma área de fome endêmica.

2.1. *Área do Nordeste Açucareiro*

A descrição feita por Josué de Castro da multissecular destruição da mata atlântica para substituí-la pela cultura da cana-de-açúcar é de tal força estilística e rigor científico que não deixa lugar a dúvida acerca do que ele chama de "uma dramática experiência sociológica" ali empreendida. Daí decorre, observa ele, o contraste gritante entre as potencialidades agropecuárias daquela sub-região e a escassa quantidade de alimentos ali produzida. A explicação para esse contraste está no sistema de exploração da terra, alicerçado na monocultura latifundiária da cana-de-açúcar, que, segundo Castro, é uma "planta individualista" e hostil a outras espécies vegetais. Além dessa idiossincrasia, ele chama a atenção para outras exigências impostas pela cana-de-açúcar: muita mão-de-obra (que no Brasil foi atendida, durante mais de três séculos, pelo trabalho escravo) e terras férteis em abundância. O caráter autofágico da cana-de-açúcar, lembra Castro, explica a tendência inexorável do ciclo econômico do açúcar à decadência. A redução da produtividade da terra decorrente da destruição da cobertura vegetal primitiva, do esgotamento do solo e da erosão constitui um processo irreversível que

2. As análises feitas por Josué de Castro das áreas da Amazônia, do Centro-Oeste e do Extremo Sul são igualmente valiosas em conteúdo e profundidade científica, e também merecedoras de apreciação, que, no entanto, escapa aos propósitos deste trabalho.

nem o uso de fertilizantes consegue interromper (CASTRO, 2001, p. 104-106).

Além daquela característica da lavoura canavieira de exaurir os recursos naturais e humanos por ela monopolizados, o cientista pernambucano mostra ainda que, devido à diferença climática entre a Península Ibérica e o Novo Continente, não foi possível reproduzir nesta parte dos trópicos a dieta mediterrânea, que tinha no trigo o alimento básico; a farinha de mandioca, o sucedâneo local, apresenta teores protéico, mineral e vitamínico muito inferiores aos da farinha de trigo. Em meio a esses baixos padrões alimentares que se foram alastrando na área do Nordeste Açucareiro, a população escrava, desobedecendo às restrições impostas pelos senhores, plantava pequenos roçados de mandioca, batata-doce, feijão, milho e banana, melhorando, assim, as condições alimentares nos engenhos onde a desobediência era possível. Infelizmente, não eram muitas essas possibilidades, como lembra Josué de Castro. Desse modo, a faixa úmida do Nordeste foi, desde o início da colonização, uma das áreas de mais acentuada subalimentação do país, caracterizada pelos baixos teores calóricos, protéicos, de gorduras, sais minerais e vitaminas hidrossolúveis (CASTRO, 2001, p. 122-123). Por isso, a fome crônica tornou-se a principal causa de mortes naquela subregião do Nordeste, segundo o autor de *Geografia da fome*.

Castro menciona ainda uma característica do regime de trabalho na indústria açucareira – a periodicidade da entressafra, quando os trabalhadores ficam desempregados e ainda mais despossuídos, visto não terem condições de acumular reservas na época da produção. A pobreza alimentar da população da área açucareira é acentuada, segundo Castro, pelo despejo das caldas das usinas nos cursos d'água, matando o que há de vivo naqueles mananciais. Embora volte a sua atenção quase exclusivamente para a zona canavieira da mata atlântica, Castro afirma que, no aspecto da alimentação, a área de domínio do cacau, no sudeste baiano, constituía um tipo de área alimentar semelhante à zona do açúcar. No seu minucioso estudo, Josué de Castro não deixou de registrar alguns fatores explicativos para que a população do litoral oriental do Nordeste tivesse melhor alimentação que a da zona açucareira: a existência de peixes e crustáceos de águas salgadas ou doces – que proporcionam dietas ricas em proteínas – e a abundância do coco e do caju, dois vegetais de grande valor nutritivo. As conseqüências da des-

nutrição no Nordeste açucareiro são vistas por Josué de Castro como uma "verdadeira hecatombe demográfica", manifestada pelos dos elevados índices de mortalidade infantil e de mortalidade global causada pela tuberculose e por outras doenças da fome.

2.2. *Área do sertão nordestino*

Josué de Castro considera sertão nordestino a área que se estende do Piauí à Bahia, em uma extensão de 670 mil quilômetros, onde viviam, em meados da década de 1940, cerca de 7 milhões de pessoas. Trata-se de uma zona sujeita a secas periódicas, que tem o milho como alimento básico. Essa extensa área se caracteriza, segundo aquele pesquisador, por não ser – contrariamente a outras partes do mundo que têm no milho a base alimentar das suas populações – uma área de graves deficiências alimentares, mesmo estando sujeita ao desastre natural das secas. A síntese feita por Castro das condições físico-climáticas do sertão nordestino é um modelo de conciliação entre rigor científico e concisão estilística. Ele se detém na descrição das subáreas fisiográficas que constituem o sertão – o agreste, a caatinga, o alto sertão e as manchas férteis –, cujas características diferenciadoras foram, posteriormente, amplamente estudadas e descritas em diversos trabalhos de outros autores. No entanto, Josué de Castro afirma que a flora e a fauna do sertão são pobres em recursos alimentares. Devido à evaporação e à variação na salinidade, os rios, e mesmo os açudes da sub-região, não são piscosos, exceção feita ao rio São Francisco.

Para enfrentar a relativa pobreza natural do sertão, a ocupação econômica daquela sub-região se deu por meio da pecuária extensiva, iniciada em fins do século XVI, impulsionada pelo mercado que se formava nas zonas açucareira – cada vez mais carente de animais para utilização como força de tração e para atender ao mercado consumidor de carne – e de mineração, na área central da colônia. Os rebanhos caprinos, rústicos e resistentes aos rigores climáticos, também se adaptaram às condições ambientais do sertão, contribuindo para aumentar a oferta local de carne e leite. Aos poucos, foi se definindo uma organização econômica que associava a policultura alimentar à pecuária extensiva e à lavoura do algodão. Desse modo, estabeleceu-se no sertão, a despeito da pobreza de recursos ambientais, um padrão alimentar equilibrado, como demonstra Josué de Castro. O milho, o leite, a

carne, a farinha de mandioca, o feijão, a batata-doce, o inhame, a rapadura e o café constituem a dieta básica do sertanejo. É notável, porém, a ausência de frutas e verduras, salvo de algumas frutas silvestres e de umas poucas verduras que, no entanto, costumam ser misturadas em "combinações de admirável primitivismo", como lembra Castro. Na sua opinião, o regime alimentar do sertanejo contém um elevado poder energético, suficiente para atender às necessidades impostas pelas adversidades climáticas e pelo dispêndio de energia característico da faina diária do agricultor sertanejo. A dieta equilibrada explica, na opinião de Castro, a resistência do povo sertanejo às doenças infecciosas e, também, a ausência, em grandes proporções, de avitaminoses e de carências minerais. A esses traços peculiares das práticas alimentares no sertão, soma-se a influência benéfica da luz solar na absorção pelo organismo dos seus habitantes das vitaminas C e D; os raios ultravioleta, por sua vez, contribuem para a salubridade climática da região, ao proporcionar a esterilização do meio ambiente (CASTRO, 2001, p. 195-196).

Assim como vários escritores por ele citados, Josué de Castro atém-se no seu livro à narrativa das conseqüências trágicas das secas que periodicamente castigam o semi-árido nordestino. Com grande força estilística e riqueza de detalhes, aquele autor demonstra como o desastre natural da escassez ou da irregularidade pluviométrica pode destruir a agricultura, dizimar os rebanhos e levar o povo sertanejo à situação de indigência. Aí reside o caráter epidêmico da fome no sertão nordestino. A situação alcança tal magnitude e gravidade que muitos sertanejos, para sobreviver, recorrem à ingestão de alimentos exóticos e, via de regra, impróprios à saúde; os que têm disposição e coragem emigram, sozinhos ou acompanhados das famílias. Castro, embora admitindo serem ainda incompletos os conhecimentos sobre o valor nutritivo daqueles alimentos selvagens, faz uma análise do teor nutricional dos mais utilizados pelo sertanejo para aplacar a fome. Ao narrar a triste odisséia do êxodo, Josué de Castro se vale da sua formação médica para analisar as diversas patologias que acometem as hordas de migrantes desnutridos e famintos. A debilidade orgânica das vítimas da seca anula por completo aquela benesse climática do sertão, que, em períodos normais, torna os seus habitantes resistentes aos efeitos dos agentes mórbidos. O estudo de Castro sobre a dimensão huma-

na do flagelo da seca estende-se até a interpretação psicológica e psicossociológica da fome, reforçando, desse modo, o conceito de pioneirismo do livro *Geografia da fome*.

O próprio Josué de Castro considera que o seu estudo pode oferecer contribuições para a formulação de políticas econômicas para o Nordeste. Ele ressalta o que, posteriormente, viria a ser amplamente aceito: os efeitos da baixa produtividade média da população sertaneja, que não lhe permite formar reservas para enfrentar as épocas de escassez. Para ele, o problema da fome não "deve ser encarado como de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional [...]". Castro revela, em seguida, a sua convicção de que o subdesenvolvimento da região Nordeste tem como causa principal a distorcida estrutura agrária; para ele, sem uma reforma agrária racional não será possível equacionar os problemas sociais que têm na fome uma das manifestações mais revoltantes. Como as distorções na estrutura agrária são condicionantes das altas taxas de desemprego aberto e disfarçado, Castro afirma que se pode considerar o Nordeste como uma grande área de desemprego. Portanto, segundo ele, a reforma das estruturas agrárias e a eliminação da subocupação são condições essenciais à elevação dos níveis de vida da população nordestina.

3. Meio século depois, mais fome

Decorrido pouco mais de meio século da sua primeira edição, *Geografia da fome* não só continua a ser uma obra de grande valor científico como, lamentavelmente, não recebeu a devida atenção por parte dos administradores públicos por cujas mãos passaram os destinos deste país. Se, como foi dito no início deste artigo, a obra de Josué de Castro é pouco conhecida, aparentemente ela não serviu de orientação na formulação de políticas para o Nordeste, como esperava o seu autor. Naturalmente, a realização de uma reforma agrária consistente e a implementação de políticas de combate ao desemprego não eram reclamos somente de Josué de Castro. Mesmo antes do seu livro, outros escritores haviam denunciado as seqüelas sociais da concentração fundiária e da elevada taxa de desocupação existentes no Nordeste. A acentuação desses problemas no decorrer dos últimos 50

anos revela uma ignominiosa falta de vontade política dos governantes brasileiros – e, de resto, da classe dominante que os tem conduzido e sustentado no poder – de equacioná-los. Não se trata de um preconceito contra o Nordeste, mas sim de uma intolerável omissão diante dos múltiplos e graves problemas sociais verificados em todas as regiões do país.

A falta de vontade de enfrentar a fome endêmica e a fome epidêmica que castigam milhões de nordestinos é evidenciada pela pletora de instituições, programas e projetos públicos criados por sucessivas administrações federais ao longo do século recém-findo. A simples nominação dos mais importantes deles (Ifocs/Dnocs, Suvale/Codevasf, Banco do Nordeste, Sudene/Adene, Polonordeste, Projeto Sertanejo, Projeto do Trópico Semi-Árido, Prohidro, Projeto Nordeste, Promata[3]) revela, de um lado, a clara compreensão, por parte dos governantes, da natureza dos problemas e o seu conhecimento dos métodos para combatê-los; de outro, sugere uma postura displicente que se tem limitado à criação de órgãos e programas desprovidos de capacidade operativa, de orçamentos consistentes e de resistência às injunções político-partidárias.

Quando Josué de Castro escreveu o seu celebrado livro, a população dos oito estados nordestinos somava 15 milhões de pessoas. Em 2002, ela alcança a casa dos 42 milhões[4]. No decorrer desses 56 anos, a população do Nordeste açucareiro e cacaueiro e a do Nordeste semi-árido também cresceram, não obstante os fluxos emigratórios intensos verificados até a década de 1970, porém atenuados a partir de então. No entanto, as estruturas fundiárias da faixa úmida e do interior semi-árido permaneceram intocadas[5]. Os problemas sociais, como era previsível, se agravaram. No caso do açúcar, o esgotamento dos solos, as práticas agrícolas predatórias, a concorrência por parte de outros países ou regiões e o aumento da produção de sucedâneos levaram aquele produto a um

3. Ifcos/Dnocs – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Suvale/Codevasf – Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; Sudene/Adene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Agência de Desenvolvimento do Nordeste; Prohidro – Programa de Recuperação Hídrica do Nordeste; Promata – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco.

4. A população da zona semi-árida, de 18,5 milhões de pessoas em 2002, é superior à de todo o Nordeste (que na época excluía o estado do Maranhão) em 1946.

ciclo, já prolongado, de decadência. Essa situação se soma às causas ancestrais apontadas por Josué de Castro para a existência de fome endêmica no Nordeste Açucareiro; no Nordeste cacaueiro, problemas semelhantes têm provocado uma crise econômico-social também duradoura[6]. Na zona semi-árida, além do problema representado pela distribuição desigual das terras – que leva milhares de famílias a sobreviverem em propriedades de tamanho incompatível com as condições edafoclimáticas –, ocorrem diminuições dos rendimentos físicos da terra, em decorrência da degradação ambiental (inclusive de áreas atingidas pelo processo de desertificação), da utilização de métodos predatórios seculares, como a queimada e o desmatamento da mata nativa. Esses problemas vêm sendo agravados, ainda, pelas mudanças climáticas – em que o fenômeno do El Niño se encontra cada vez mais presente – que estão tornando as secas mais freqüentes e prolongadas[7] e os invernos (períodos chuvosos) mais fracos, caracterizando o que se convencionou chamar de *veranicos*. Se vivo fosse, Josué de Castro, ao se defrontar com a realidade ambiental e econômica das áreas de fome endêmica e epidêmica do Nordeste, constataria que o desafio para erradicá-las, hoje, é ainda maior do que fora na época em que ele escreveu o seu grande livro.

Bibliografia

CALSING, Eliseu F. et alii (1985). *Desigualdades sociais no Nordeste*. Brasília, IPEA/Unicef/Sudene.

CASTRO, Josué de (2001). *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S. A., 29ª ed., 1979.

5. Pouco mais de dez anos depois da publicação de *Geografia da fome*, o relatório oficial do GTDN, intitulado "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste", demonstrava a necessidade de uma reorganização fundiária naquelas duas sub-regiões.

6. Análises detalhadas desses problemas são encontradas em SOUZA, Hermino Ramos de et alii e em FERREIRA IRMÃO, J. e SAMPAIO, Y., citados na bibliografia anexa.

7. Dois exemplos recentes foram a seca de 1979-1983 e a ocorrência de duas secas rigorosas na década de 1990: em 1993 e em 1998-1999. Em 2002, houve acentuada irregularidade temporal nas precipitações pluviométricas, e as previsões meteorológicas indicam que os índices de pluviosidade em 2003 serão inferiores aos de um ano de inverno normal.

DUARTE, Renato (2001). "Seca, pobreza e políticas públicas no Nordeste do Brasil". In: ZICCARDI, Alicia (org.). *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*. Buenos Aires, Clacso, p. 425-440.

FERREIRA IRMÃO, J. e Sampaio, Y. (1984). "Estrutura agrária, produção e emprego rural no Nordeste". In: CARVALHO, Inaiá M. M., HAGHETTE, e Teresa M. F. (org.) *Trabalho e condição de vida no Nordeste brasileiro*. Brasília, CNPq, p. 42-85.

FREYRE, Gilberto (1933). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, Maia & Schmit.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1989). *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife, Editora Massangana.

IBGE. (1948). *Anuário Estatístico do Brasil*, ano IX. Rio de Janeiro.

MOURA, Hélio A. e SANTOS, Taís F. (1990). "Nordeste: A dinâmica populacional recente e as novas perspectivas de crescimento populacional para o período 1980-2005". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 21, nº 3/4, jul./dez., p. 385-433.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1967). *GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife, Sudene.

RODRIGUES, Waldemar et alii (1995). "Avaliação do quadro de desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectivas". In: MAIA GOMES, Gustavo et alii. *Desenvolvimento sustentável no Nordeste*. Brasília, IPEA, p. 263-303.

SAMPAIO, Yony et alii. (1987). *Desenvolvimento rural no Nordeste: a experiência do Polonordeste*. Recife: UFPE-CMR-Pimes.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 6ª ed., 1969.

SOUZA, Hermino Ramos de et alii (1999). "Cana-de-açúcar e cacau: restruturação produtiva e mercado de trabalho na Zona da Mata do Nordeste". In: BARROS, Henrique O. de, NOVAES, Ana Maria (orgs.). *Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do Nordeste*. Recife, UFRPE/Apipsa, p. 1-19.

SUDENE (1999). *Região Nordeste em números*. Recife, dezembro.

ANEXOS

Josué de Castro, brasileiro e nordestino

Anna Maria de Castro
Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em sociologia aplicada (*filha de Josué de Castro*).

Em 1964, aos 56 anos, o então embaixador do Brasil junto aos Órgãos das Nações Unidas, em Genebra, Josué de Castro, teve seus direitos políticos cassados.

Interrompia-se, pelo arbítrio, a profícua atividade intelectual do humilde médico brasileiro que, aos 21 anos, iniciara sua atividade clinicando na cidade do Recife e chegara a representante do governo de seu país.

Longa foi a caminhada deste inconformado nordestino que se tornou mundialmente conhecido por seus livros, cargos que ocupou, funções que desempenhou, organismos que criou e aulas que ministrou no Brasil e no exterior.

Entretanto, o que mais o notabilizou foi, sem dúvida, quer no exercício da cátedra, na presidência da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), no Parlamento brasileiro (como deputado pelo antigo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), nas salas de aula ou nos momentos solitários do escritor consagrado, a eleição de um tema até por ele mesmo considerado bastante delicado e perigoso, a *fome*. E foi contra ela, em toda a sua extensão e manifestações, que travou o bom combate de sua vida.

A publicação em 1946 da primeira edição da *Geografia da fome*, seu mais conhecido livro, já traduzido em 25 idiomas, assinala o início das denúncias que pretendeu levar, a seus patrícios e ao mundo, acerca desse grave flagelo que ainda hoje assola a humanidade. Seguiram-se a

Geopolítica da fome e outros livros que terminaram por identificar o autor com o tema central de suas obras.

No exílio, a despeito dos muitos convites que recebeu de diferentes países, escolheu para morar a França. Criou o Centro Nacional de Desenvolvimento e voltou a lecionar geografia humana, na Universidade de Paris, até sua morte, em 1973, dez anos depois.

Entre 1964 e 1973, por duas vezes voltou ao Brasil, mas sem poder manter maiores contatos, afora seus familiares. Suas obras deixaram de ser editadas no Brasil e poucos, das novas gerações, leram seus livros. Diversamente, em outros países, como a França e o Canadá, seus textos integravam antologias manuseadas por alunos de 1º e 2º graus. Entenderam esses países a importância do tema, ainda que incômoda sua presença.

Em Paris, continuou a desenvolver um trabalho intelectual intenso. Elaborou vários projetos de livros, tais como *Fome e paz, Sobreviver ou perecer juntos?, Estados Unidos – Um país subdesenvolvido, Memórias, Geografia do desespero*, que ficaram inacabados.

Sentia o peso do afastamento de suas origens, do Brasil e de sua querida Cidade do Recife, nas suas próprias palavras "o fundo essencial do quadro de minha infância e juventude".

Nos últimos anos de sua vida, sua maior produção intelectual se deu sob forma de artigos para revistas especializadas de todo o mundo, de trabalhos apresentados em simpósios e congressos. Conferências proferidas em universidades, em diferentes quadrantes do mundo, expressam, em sua maioria, a maturidade do autor. Encontramos, não raro, as afirmações que foram as linhas mestras do seu pensamento, das quais jamais se afastou, mas também identificamos claramente a busca de novos caminhos, fruto de intensa meditação e leitura, que a maior disponibilidade de tempo lhe propiciou.

Josué de Castro foi um brasileiro, um "cidadão do mundo", mas sobretudo um nordestino, um pernambucano. Junto às populações dos mangues do Recife, tomou conhecimento de uma das mais tristes e duras realidades do subdesenvolvimento. No prefácio de seu livro *O ciclo do caranguejo*, afirma:

> "O tema deste livro é a história da descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da Cidade do Recife onde convivi com os afoga-

> dos deste mar de miséria. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade, que travei conhecimento com o fenômeno da fome".

A vida de Josué de Castro foi uma grande lição de engajamento em sua própria realidade, sua própria cultura. Procurou desenvolver toda uma ciência a partir de um fenômeno que é a manifestação do subdesenvolvimento em sua mais dura expressão: a fome. Tentou criar uma teoria explicativa para a triste realidade do subdesenvolvimento, da pobreza, da miséria. Tentou modificar a história de seu país. É este homem que o Brasil de hoje precisa deixar de ignorar.

Cronologia

- Nascido em Recife, 1908.
- Formado em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil em 1929.
- Livre-docente de fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife em 1932; professor catedrático de antropologia da Universidade do Distrito Federal, 1935 a 1938; professor catedrático de geografia humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1940 a 1964.
- Convidado oficial do governo italiano para realizar um ciclo de conferências nas Universidades de Roma e Nápoles sobre "Os problemas de aclimatação humana nos trópicos", 1939.
- Convidado oficial do governo de vários países para estudar problemas de alimentação e nutrição. Entre eles: Argentina (1942), Estados Unidos (1943), República Dominicana (1945), México (1945), França (1947).
- Chefe da comissão que realizou o inquérito sobre as condições de vida das classes operárias do Recife (primeiro inquérito dessa natureza levado a efeito no país), 1933.
- Membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde, 1936.
- Detentor do Prêmio Pandiá Calógeras, 1937.
- Idealizador e diretor do Serviço Central de Alimentação, depois transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1939 e 1941.
- Presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação, 1942 a 1944.
- Idealizador e diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, 1946.
- Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, 1946.
- Delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, convocado pela FAO em agosto de 1947.

- Membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição, da FAO, 1947.
- Professor *honoris causa* da Universidade de Santo Domingos, República Dominicana, 1945; da Universidade de San Marcos, Lima, 1950; da Universidade de Engenharia, Lima, 1965.
- Presidente do Conselho da FAO, 1952 e 1956.
- Presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (Ascofam).
- Prêmio Roosevelt da Academia de Ciências Políticas dos Estados Unidos, 1952.
- Grande Medalha da Cidade de Paris, 1953.
- Prêmio Internacional da Paz, 1954.
- Oficial da Legião de Honra, França, 1955.
- Presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome, ONU, 1960.
- Deputado federal pelo estado de Pernambuco, 1956 a 1962.
- Embaixador do Brasil na ONU, em Genebra, 1962 a 1964.
- Detentor da Ordem de Andrés Bello, do governo da Venezuela, 1968.
- Membro de várias associações e academias no Brasil e no exterior.
- Fundador e presidente do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), Paris, 1965-1973.
- Presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde (Amiev), 1970.
- Professor estrangeiro associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes, Universidade de Paris, 1968 a 1973.
- Exilado na França, faleceu em Paris em 24 de setembro.

A descoberta da fome

Josué de Castro

"No mangue, tudo é, foi ou será caranguejo, inclusive o homem e a lama.

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espantosamente aos meus olhos nos mangues do Capiberibe, nos bairros miseráveis de Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne – a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo.

São seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo – este leite de lama –, se faziam irmãos de leite dos caranguejos.

Cedo me dei conta desse estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como caranguejos para poderem sobreviver.

A impressão que eu tinha era que os habitantes dos mangues – homens e caranguejos nascidos à beira do rio – à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama.

Foi assim que eu vivi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome.

Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivo – a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário de fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra da promissão, que atraía homens vindos de outras áreas de mais fome ainda –

das áreas da seca e da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem, reduzindo tudo a bagaço.

E vi, também, os homens sentados na balaustrada do velho cais a murmurarem monossílabos, com um talo de capim enfiado na boca, chupando o suco verde do capim e deixando escorrer pelo canto da boca uma saliva esverdeada que me parecia ter a mesma origem da espuma dos caranguejos: era a baba da fome.

Vê-los agir, falar, lutar, viver e morrer, era ver a própria fome modelando com suas despóticas mãos de ferro, os heróis do maior drama da humanidade – o drama da fome." [...]

"E quando cresci e saí pelo mundo afora, vendo outras paisagens, me apercebi com nova surpresa que o que eu pensava ser um fenômeno local, um drama do meu bairro, era drama universal. Aquela lama humana do Recife, que eu conheci na infância, continua sujando até hoje toda a paisagem do nosso planeta como negros borrões de miséria: as negras manchas demográficas da geografia da fome."

"A descoberta da fome",
Prefácio ao livro *Homens e Caranguejos*,
Lisboa, 1966

Notas sobre os textos inéditos de Josué de Castro

Anna Maria de Castro

Em atenção ao solicitado pela Fundação Perseu Abramo, que desejava inserir textos originais de Josué de Castro neste livro, selecionei dois trabalhos que, estou segura, além de atuais, a despeito de escritos há algum tempo, refletem temas caros para o autor.

O primeiro é um discurso proferido, entre 1952 e 1956, quando Josué de Castro era presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO). Trata de externar a perplexidade do autor diante dos excessivos gastos com o aparato bélico e os escassos recursos que o mundo dedica ao combate à miséria. Lamentavelmente, não me foi possível localizar, exatamente, onde o discurso foi proferido.

A preocupação com o tema Fome e Paz sempre permeou o pensamento de Josué de Castro até o fim de seus dias. Talvez tenha sido esta preocupação, bem como os trabalhos sobre o assunto, que tenham motivado sua indicação, duas vezes, para o Prêmio Nobel da Paz: em 1953, pela escritora Pearl Buck, Prêmio Nobel de Literatura, e, em 1963, pela Associação Mundial de Parlamentares para um Governo Mundial (World Parliament Association), em documento assinado por Lord Silkin, presidente da Associação, membro do Parlamento Britânico e membro da Inter-Parlamentar; Gilbert Mac Allister, vice-presidente do Comitê Executivo da União Inter-Parlamentar; Edgar Faure, pela França, Joseph Clark, pelos Estados Unidos, além de Lord Boyd Orr, Lord Beveridge, Abbé Pierre, Padre J. Lebret, Robert Buron e Albert Schwitzer.

O segundo texto refere-se a um projeto de profundo alcance social denominado "Projeto Tracunhaém". Trata-se da realização de uma experiência de desenvolvimento comunitário aplicada a um pequeno lugarejo no interior de Pernambuco, Nordeste brasileiro. Encerra em suas páginas dois importantes aspectos: é um expressivo exemplo de projeto de inclusão social, tendo em vista os inúmeros estágios atendidos pelo projeto, e seria realizado por uma associação privada, sem fins lucrativos, denominada Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam) que, provavelmente, foi a precursora de nossas festejadas organizações não-governamentais, hoje OCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

O projeto, elaborado em 1963, contempla fases de diagnóstico, análise de alternativas, recomendações, objetivos e momentos de execução, controle e avaliação, além de um minucioso orçamento de custos.

Ao deixar a FAO, em 1957, Josué de Castro organizou e fundou a Ascofam, visando despertar a consciência do mundo para o problema da fome e da miséria e promover projetos demonstrativos de que a fome pode ser vencida e abolida pela vontade dos homens. Tinha, entretanto, uma clara visão do alcance de uma organização desta natureza frente à magnitude do problema quando declarava:

> Não estamos, pois, diante de uma moléstia a ser combatida isoladamente pela ação fulminante de um remédio específico. Não existe um específico para a fome. O que existe são catalisadores capazes de apressar as reações sociais que conduzirão o organismo social à depuração desta impureza; e não se pense que julgamos possível resolver o problema da fome universal apenas com a criação de um organismo especializado que viria, num passe de mágica, apagar da fisionomia da nossa civilização este traço negro. Não somos tão ingênuos nem tão otimistas. Sabemos que estão bem fincadas, nas estruturas econômicas do mundo, as raízes desse problema, que só poderá ser extirpado revolvendo-se, profundamente, resíduos dos tempos do feudalismo e da escravidão. É esta ação catalisadora que julgamos indicada para o organismo cuja criação preconizamos: agir como um catalisador que acelere a transformação de um vasto conjunto ou complexo social no qual está indissoluvelmente englobado o fenômeno da fome. Para esta ação catalisadora, precisamos como primeira condição que o nosso organismo possa agir com completa

independência das injunções políticas de toda a ordem, seja um organismo capaz de pautar a sua linha de conduta e a diretriz das suas atividades num plano acima dos interesses particulares de grupos, partidos, governos e blocos de países, no interesse exclusivo da humanidade. A forma indicada: Fundação Internacional, instituição que, sem visar a lucros ou proveitos individuais, concentrasse e coordenasse os esforços de um certo número de indivíduos numa força coletiva, capaz de interferir de maneira construtiva na dinâmica social do mundo. Internacional pelo seu campo de atuação, mas supranacional no seu comportamento. A Associação Mundial de Luta contra a Fome – a Ascofam – poderia captar o interesse e os recursos postos à disposição de personalidades e instituições realmente preocupadas pela solução de tão grave problema, em todos os países do mundo, sem nenhuma exceção.

A Associação terá por fim promover, encorajar e organizar no mundo a luta contra a fome, notadamente despertando, desenvolvendo, apoiando, difundindo, preparando, supervisionando, realizando, direta ou indiretamente, estudos, pesquisas, iniciativas, atividades e ações de natureza a fazer conhecer, diminuir ou eliminar, a fome no mundo, isto sem nenhuma limitação. A palavra fome é tomada aqui no seu sentido mais amplo, compreendendo tanto a fome aguda, como a fome crônica, mesmo oculta, a fome quantitativa como a fome energética e a fome epidêmica, como a fome endêmica.

Para realização de suas finalidade, procuraria concentrar a sua ação em quatro setores de atividade:

1. atividades visando sensibilizar e despertar a consciência universal acerca da significação e da expressão social do problema da fome;
2. realização de pesquisas, investigações e inquéritos que permitam o conhecimento integral do problema da fome, de suas causas e efeitos, em diferentes quadros geográfico e dos meios mais eficazes para remover os fatores que intervêm nesta calamidade;
3. formação de pessoal capacitado para as múltiplas tarefas que se impõem aos plano de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas do mundo, onde grassa a fome em massa;
4. elaboração de projetos específicos de âmbito nacional ou regional, visando incrementar o desenvolvimento econômico e melhorar as condições de vida e de alimentação dos grupos humanos mal alimentados.

O que se observa é que o Projeto Tracunhaém foi elaborado em absoluta consonância com os princípios norteadores da criação da Ascofam, e, agora, pela primeira vez é publicado. Elaborado em 1963, o projeto não chegou a ser implementado em razão das alterações políticas ocorridas no Brasil em 1964.

Armamentismo (discurso)

Josué de Castro

Senhor presidente, meus amigos,

Após tão brilhante, tão instrutiva e, até certo ponto, tão encorajadora discussão como a que acabamos de ouvir nesta manhã, sobre um tema tão grave, tão denso e tão perigoso como é o tema da corrida armamentista no nosso mundo atual, não me resta quase nada a acrescentar. Apenas algumas palavras para sublinhar certos aspectos que me parecem essenciais em nossa luta pela paz, denunciando toda a extensão do perigo que pesa sobre nosso mundo devido a esta impetuosa corrida armamentista.

Este perigo não está apenas diretamente relacionado com as armas de destruição em massa, que podem aniquilar toda a humanidade – como foi provado pelos homens de ciência que se ocupam do estudo da energia atômica.

Bem se sabe, como foi dito copiosas vezes, que o lançamento de bombas atômicas por todas as partes do nosso mundo, de forma continuada, pode contaminar rapidamente toda a atmosfera da nossa Terra e, em pouco tempo, toda a vida será extinta da superfície do solo, – a vida humana, a vida animal, a vida vegetal – e nossa Terra será reduzida a uma carcaça morta, como um planeta lunar. E o homem, que construiu toda a civilização, que vestiu esta Terra com o manto colorido das criações humanas, que escreveu a história com o seu sangue, seu trabalho e sua energia sobre a pele da Terra, será obrigado a desaparecer e a deixar em seu lugar o nada, a ausência, o silêncio, a eternidade.

É este o perigo que pesa sobre o nosso mundo, mas não é apenas assim, desta maneira, que o perigo do armamento e o uso da energia atômica como armas de guerra pesam sobre a humanidade; eles também pesam contra a paz de forma indireta. Porque as armas de guerra, as armas de destruição atômica, a corrida armamentista custam muito caro. Sabemos que por todas as partes o orçamento de guerra das grandes potências, para a guerra fria, como a denominamos neste momento, são orçamentos astronômicos que aniquilam a humanidade na medida em que os recursos são concentrados numa atividade negativa, numa atividade destrutiva, quando deveriam ser empregados no bem-estar de toda a humanidade. É este o ponto que vou colocar em relevo com alguns números significativos que traduzem bem, com uma eloqüência matemática, o que significa para o mundo a corrida armamentista da qual nós fazemos parte.

Bem sabemos que o maior perigo contra a paz é o desequilíbrio econômico do nosso planeta, desequilíbrio que pode dividir nosso mundo em dois mundos antagônicos, com um antagonismo maior que o físico dos dois pólos da terra, ou o econômico dos dois mundos ideológicos, o do mundo soviético e o do mundo capitalista ocidental. O que divide os homens não são as coisas, são as idéias de que eles têm das coisas, e as idéias ricas são bem diferentes das idéias pobres. Se estudamos o que se passa com o nosso mundo atual do ponto de vista econômico, podemos ver, pelos dados que foram recolhidos pela Organização das Nações Unidas, coisas aterrorizantes. No mundo atual, os 20 países mais ricos, que concentram apenas 16% da população do globo, detêm mais de 70% da renda universal e, no entanto, no outro extremo, os 15 países mais pobres do mundo, nos quais se concentram mais de 50% da população mundial, pois na pobreza existe também um excesso de pessoas, porque o quadro da pobreza é miserável e o leito da miséria é fecundo, a renda é igualmente miserável e não chega a 10% da renda total do mundo.

Este contraste econômico mostra o quanto é difícil obter a paz universal sem a unidade do mundo, sem a unificação e a compreensão integrais entre os homens, permitindo a coisa mais difícil de nosso tempo, que é a coexistência do homem com o homem. Não se chegará jamais à paz com um mundo dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza, o desperdício e a fome. É preciso acabar com essa

desigualdade social. O que se passa neste momento com a corrida armamentista? O que se passa, é que percebemos que a cada dia os dois grupos estão cada vez mais separados, afastam-se os pobres dos ricos, acentua-se ainda um pouco mais esta separação entre os países pobres e os países ricos, entre os países que denominamos de "bem desenvolvidos" industrialmente e tecnicamente e os países denominados "subdesenvolvidos". Se observamos tudo o que se passou, podemos confirmar este fato.

Reconhece-se, por toda parte, por meio dos dados recolhidos pela organização que eu tenho a honra de presidir, a Organização das Nações Unidas par a Agricultura e a Alimentação, a FAO, que dois terços da humanidade continuam, neste momento, a viver ou, melhor dizendo, a morrer de fome, pois estas pessoas não têm alimentação adequada nem suficiente. Estes dois terços de pessoas que sucumbem à fome por toda a parte, concentram-se de forma predominante nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo.

Será que este mapa da fome, esta distribuição geográfica da fome, com manchas negras que envergonham a humanidade, será que estas manchas têm clareado nos últimos tempos? Temos dados que são aparentemente encorajadores. Nos quatro últimos anos, a produção de alimento no mundo aumentou bastante. Ela aumentou numa proporção de 3% ao ano, ao passo que o crescimento da população mundial era de apenas 1,5% ao ano; isto quer dizer que o aumento da produção alimentar corresponde ao dobro do crescimento populacional, o que demonstra não ser verdadeiro o argumento segundo o qual é impossível acabar com a fome do mundo, de acordo com um velho conceito malthusiano, para o qual o mundo deve acabar irremediavelmente em uma epidemia de fome, pois o crescimento da população se dá numa progressão mais intensa do que a progressão do aumento da produção alimentar no mundo.

Isto não é absolutamente verdade.

O mundo tem recursos suficientes para nutrir uma população muito mais densa do que a população atual. A natureza não é ingrata, ela tem recursos suficientes, ela é boa, ela é generosa. Aqueles que não têm sido muito generosos são alguns grupos humanos que se apoderaram dos recursos naturais e fizeram uma divisão destes recursos de forma injusta e ilegal. Mas se os dados recolhidos pela FAO nos mostra uma certa melhoria do mundo, na realidade isso não acontece, pois o au-

mento da produção de alimentos deu-se quase inteiramente nos países desenvolvidos; nos países da fome, no países subdesenvolvidos, a produção continua a ser insuficiente e seu crescimento não correspondente absolutamente ao crescimento da população. E não podemos mais aderir ao tipo clássico de economia das necessidades. É preciso produzir para as necessidades humanas, é preciso produzir para os grupos que têm necessidade de qualquer coisa para manter suas condições de vida. E os níveis de vida, por esta razão, mantêm-se muito baixos, cada vez mais baixos nos países subdesenvolvidos.

Isso acontece de modo mais claro e criou igualmente um grave problema nos países bem desenvolvidos. Começamos a ver retornar os problemas da superprodução, problemas do excedente de alimentos que são acumulados e com os quais não se sabe muito bem o que fazer para vendê-los aos países pobres, que não possuem divisas em dólares para comprá-los.

Então, chegamos na mesma situação de antes da última guerra, em 1930, quando os economistas reunidos numa conferência em Genebra chegaram à conclusão de que vivemos num mundo de abundância em meio à miséria. O fato permitiu a Kenneth Boulding dizer que a civilização ocidental, que todas as civilizações ocidentais sempre foram pequenas ilhas de abundância rodeadas por um oceano de miséria.

Este é o nosso caso, é o que acontece hoje. É absolutamente necessário mudar este quadro lamentável. Mas não se pode mudá-lo com facilidade. E por quê? Porque os países pobres, os países subdesenvolvidos, não encontram os meios, nem toda a ajuda de que eles necessitam para sair do servilismo econômico.

Os países pobres jamais conseguem se livrar desta situação porque eles foram postos neste estado pelos imperialistas e colonialistas internacionais. Eles não são naturalmente pobres, eles foram explorados de tal maneira que se viram obrigados a se manterem pobres. Eles não obtiveram ajuda porque os capitais são sempre investidos nos países bem desenvolvidos, nas indústrias de guerra.

Daí a razão pela qual temos essas relações tão perigosas entre o rearmamento, a pobreza e o subdesenvolvimento de nosso mundo. Os estudos realizados para as Agências especializadas das Nações Unidas mostraram que os países subdesenvolvidos têm necessidade, ao menos anualmente, de um fluxo de capital em torno de 15 milhões de dólares

para manter um desenvolvimento regular, capaz de provocar não apenas o seu desenvolvimento técnico e o seu desenvolvimento econômico, que, a meu ver, são os meios, mas não o fim, mas o seu desenvolvimento social. São necessários 15 milhões de dólares e se olharmos as últimas estatísticas, podemos verificar que o fluxo de capital para os países subdesenvolvidos, nos últimos anos, gira em torno de 1 milhão e meio de dólares, ou seja, é inacreditavelmente inferior ao mínimo necessário para o desenvolvimento daqueles países. Como sair desta situação?

Admito a existência de assistência técnica, existem programas de assistência técnica que trabalham para isto. Não posso negar que eles fizeram alguma coisa, isto seria uma auto-condenação – pois sou presidente do Conselho de um organismo internacional que faz este tipo de assistência técnica na área de agricultura e alimentação, embora seja muito pouco o que se tem feito. E por quê? Porque os recursos materiais, os orçamentos das instituições internacionais, que podem dar esta assistência, são inacreditavelmente ineficientes. O orçamento de todos os organismos internacionais que oferecem assistência técnica não chega a representar nem mesmo uma fração insignificante dos orçamentos de guerra das grandes potências. Vejamos um exemplo. Tomemos o exemplo do Reino Unido, que reserva 1,65 bilhão de libras esterlinas para o orçamento de guerra. O Reino Unido coloca no programa de assistência técnica aos países subdesenvolvidos, em sua maioria colônias britânicas, apenas 40 milhões de libras esterlinas, ou seja, eles despendem para esse fim apenas 2,5% do que eles gastam com a guerra fria. Só na energia atômica, conforme nos informou o orador inglês M. Burgop, eles gastam 50 milhões de libras esterlinas, quer dizer, um pouco mais do que eles despendem em todos os programas de assistência técnica por meio dos organismos internacionais das Nações Unidas. O caso da Inglaterra não é o pior. Pois a Inglaterra, neste momento, não é a campeã do "rearmamento". De fato, ela tem a tarefa de desenvolver a economia de suas ex-colônias para fazer sobreviver o imperialismo britânico. O caso mais gritante é o dos Estados Unidos, onde os gastos de guerra chegam à impressionante cifra de 70 trilhões de dólares. As despesas em assistência técnica não chegam a 1% dessa cifra. Então, isso exprime com clareza o quanto é difícil manter o programa de assistência técnica e que não se pode fazer com que os povos e as regiões mi-

seráveis saiam da miséria apenas por esse meio. Não se pode, simplesmente, porque se tem encorajado por toda parte a indústria de guerra contra a produção essencial de matérias-primas dessas regiões. Algumas dessas matérias-primas são, contudo, necessárias à indústria de guerra, à ...../.....[1] à indústria da guerra atômica, dos fabricantes de guerra nos países mais desenvolvidos. Para prová-lo, temos um bom exemplo na América Latina. Sabe-se que ela não tem divisas, que não pode progredir, que não pode se industrializar, pois não pode importar as máquinas necessárias para uma industrialização moderna. Ela não dispõe de divisas porque a exportação de matérias-primas não é suficiente para manter o equilíbrio da balança comercial.

O que isto significa? Talvez, que não se trabalha na América Latina, que não se produz na América Latina. Mas, se vocês olharem as estatísticas, irão constatar as seguintes coisas: que a exportação bruta, em quantidade, de matérias-primas na América Latina é muito maior do que era antes da guerra. A exportação bruta na América Latina, por pessoa, mesmo com o crescimento da sua população, é muito maior hoje do que no passado. Mas o rendimento dessas matérias-primas, proporcionalmente em relação aos preços dos produtos de importação, é muito baixo. Este exemplo traduz o imperialismo econômico e colonial que fixa preços muito baixos para as matérias-primas e muito altos para os produtos industriais, para as máquinas produzidas pelos países desenvolvidos, as grandes potências que continuam a explorar colonialmente o mundo inteiro ou, ao menos, uma grande parte do nosso mundo.

Então, isso mostra bem que não é possível fugir deste quadro senão por uma identificação dos pontos de vista, por uma união de todos os povos do mundo para reagir contra o imperialismo e o colonialismo. E será somente neste momento que poderemos estar certos de vencer a guerra contra a guerra e ganhar a paz.

É por essa razão que me parece muito estimulante que por toda parte as pessoas comecem a agir com o espírito de uma espécie de acordo para chegar a esse ponto de vista comum. Na verdade, os povos subdesenvolvidos saíram de seu estado de apatia e de passividade. Eles tomaram consciência da sua miséria. Isso foi bem exposto pelo primeiro-ministro da Índia, Nehru, ao afirmar que a fome e a miséria sempre

1. Esta lacuna consta no texto original (nota do editor).

existiram na Índia. Não se trata de nenhuma novidade, mas o que é novo é a consciência que hoje o povo indiano tem da sua miséria e a sua vontade de superá-la. Esse é o ponto essencial. Os povos coloniais têm consciência de que a miséria e a fome não são fenômenos naturais, que são uma criação humana, um produto da injustiça social, o produto de uma estrutura socioeconômica que jamais investiu no bem-estar da coletividade porque ela se construiu a partir do interesse exclusivo de uma minoria que explora o mundo ou, como afirmou nesta manhã um orador francês, a partir do interesse de construtores de calamidades, dos aproveitadores do sofrimento humano.

Não quero me estender, pois já é tarde. Quero apenas fazer um apelo: o Conselho Mundial deve apoiar a resolução tomada há alguns dias em Londres para uma reunião de homens de ciência, convocados pela Organização Mundial dos Parlamentares visando à estruturação de um governo mundial, para a qual eu tive a honra de ser convidado. Eles chegaram à conclusão de que era muito difícil, neste momento, fechar um acordo sobre o controle internacional da energia atômica. É ao menos necessário que se crie um Conselho Mundial de Homens de Ciência para denunciar ao mundo o perigo da energia atômica sob todas as formas.

É preciso agir com urgência para evitar o aniquilamento do nosso mundo, e acatar esta resolução é o mínimo que se pode fazer.

Quanto ao modo como devemos agir, nós ainda não sabemos. Mas é preciso começar a agir. E isso é necessário, pois não temos uma grande esperança nos homens da política, nos políticos. Talvez porque o problema já tenha saído de suas mãos! Quando se perguntou a Einstein por que se iniciou a construção da bomba atômica com relativa facilidade, quando encontramos tanta dificuldade para o seu controle, ele respondeu que talvez tenha sido porque a política é muito mais difícil do que a física. Então, como a política é tão complicada, comecemos pelo mais simples, pela ação dos homens de ciência.

E os trabalhadores da ciência, os intelectuais, os homens de idéias, os homens de boa vontade de todas as partes devem se reunir para lutar contra o perigo que ameaça nosso mundo.

Há dois caminhos à nossa frente: o caminho do pão e o caminho da bomba. É preciso escolher rápido. Eu quero simbolizar pelo caminho do pão, este da justiça social, para dar pão a todas as pessoas do

mundo, evocando o banquete da Terra para os dois terços que estão à margem, que não recebem senão em alguns intervalos algumas migalhas da mesa dos ricos. É preciso que nosso mundo nos integre verdadeiramente. Eu acredito que já é passado o tempo em que as pessoas pobres podiam se conformar segundo a frase das Escrituras: "Aos pobres é reservado o reino dos céus". Agora, devemos pensar que aos pobres deve também ser reservado o reino da Terra, pois a Terra é para todos os homens e não só para um grupo de privilegiados. E se não trabalharmos por toda parte com energia, para nos desviarmos do caminho da bomba, seremos uma vez mais expulsos da Terra, perderemos não apenas o reino dos céus, mas também o reino da Terra.

TRADUÇÃO: Marisa Midori Daecto

O Nordeste do Brasil e a Campanha Mundial contra a Fome Projeto Tracunhaém

Josué de Castro

Apresentação

Nunca se falou tanto sobre a fome no mundo. É um assunto que está na ordem do dia. Parece até que antigamente a fome não existia e que esta calamidade só veio ao mundo no século XX. Mas esta é uma falsa impressão.

Na realidade, a fome sempre existiu perto da riqueza e da abundância. O que é novo no mundo é a consciência que os povos famintos têm da realidade social e da sua condição, e a impaciência que estes povos famintos experimentam para se libertar de sua fome e de sua miséria.

Foi a tomada de consciência dos povos ditos subdesenvolvidos – povos famintos – diante das desigualdades sociais e dos desequilíbrios econômicos do mundo que colocou o problema da fome na ordem do dia da imprensa mundial, tanto falada como escrita, das reuniões plenárias dos congressos, dos discursos políticos, dos grandes encontros internacionais.

Um dos fatores mais constantes e mais reais das terríveis tensões sociais reinantes é o desequilíbrio econômico do mundo, com as desigualdades sociais que dele nascem. O profundo desequilíbrio econômico que existe entre os países economicamente bem desenvolvidos, de um lado, e, de outro, os países insuficientemente desenvolvidos constitui um dos maiores perigos para a paz, isso à medida

que esse desequilíbrio vai se acentuando cada vez mais, aumentando as dissensões sociais, criando inquietude e conflitos políticos e ideológicos.

A desigualdade econômica é a causa fundamental de inúmeras outras formas de desigualdade entre os grupos humanos, atribuídas comumente aos fatores raciais ou climáticos. É a desigualdade econômica que faz com que a expectativa de vida, na maior parte das regiões subdesenvolvidas, seja de 30 anos (27 anos na Índia), enquanto ela gira em torno de 65 anos nas regiões bem desenvolvidas da Europa e da América do Norte (mais de duas vezes superior).

É ainda o fator econômico que pesa de forma decisiva sobre a expectativa de vida de crianças nascidas no mundo dos ricos ou no mundo dos pobres, pois a mortalidade infantil em um destes mundos está em torno de 200 por mil, enquanto no outro ela é de 30 por mil (ou seja, sete vezes menor).

A "Situação social do mundo", publicada pela ONU, mostra com precisão e uma grande riqueza de detalhes os violentos contrastes reinantes entre os países da abundância e os países da miséria. Em matéria de produção, saúde, educação, índices de consumo em todos os setores, nota-se o caráter precário das regiões subdesenvolvidas. Mas a característica mais tocante, o ponto mais sombrio e o mais constante da conjuntura econômica e social dessas regiões subdesenvolvidas é a fome crônica e generalizada na qual as massas vegetam: as "grandes massas deserdadas", segundo uma contundente expressão de Tibor Mende, estas que receberam como herança, de uma geração a outra, somente a sua parte fixa de fome e de miséria.

Da existência desses enormes campos de concentração em tempos de paz, que são as regiões subdesenvolvidas do mundo, as estatísticas dos organismos especiais das Nações Unidas revelam uma realidade sombria. No século XX, dois terços da humanidade vivem ao menos sob um regime alimentar deficiente, ou em estado de fome crônica. Dos 3 bilhões de seres vivos que habitam nosso planeta, perto de 2 bilhões não conseguiram se libertar do círculo de ferro da fome. Lamennais tinha razão ao dizer que a fome corresponde ao chicote e às correntes usadas nos escravos de nossa civilização.

A revelação desse estado de coisas, expressa com a eloqüência fria das estatísticas, levou a FAO, em sua X Conferência, realizada em

Roma, em 1959, a aprovar uma resolução proposta pelo seu diretor-geral, criando a Campanha Mundial Contra a Fome e convidando todos os organismos especializados das Nações Unidas, os governos dos Estados membros da Organização para participar, bem como as instituições nacionais e internacionais interessadas no problema do bem-estar social.

A aprovação desta resolução da FAO significou, a nosso ver, a vitória das idéias de um pequeno grupo de pioneiros que lutou durante anos para que o mundo inteiro reconhecesse a necessidade de enfrentar com determinação este problema fundamental para o futuro da humanidade. Essa resolução permitiu romper o silêncio das maiorias dominantes que tentaram abafar o grito das massas afaimadas, esconder sua realidade social e não falar sobre a fome. Graças a ela, o tabu da fome foi definitivamente banido e uma nova era da política internacional começou, para lutar contra o flagelo da fome, não somente com ajudas de tipo paternalista, que apenas buscam tornar mais suportáveis os efeitos da fome e evitar a revolta explosiva dos famintos, mas atacando as próprias raízes do problema.

Essa nova filosofia de ação decorre das premissas: a fome é a expressão biológica do complexo do subdesenvolvimento econômico e a luta contra a fome se expressa, em última análise, na luta contra o subdesenvolvimento.

Na primeira reunião do Conselho Consultivo da Campanha que tivemos a honra de presidir e que teve lugar em Roma, em maio de 1960, foi aprovado um relatório no qual se lê: "A Campanha deverá atacar as raízes ou as causas fundamentais da fome no mundo e, de nenhum modo, limitar-se-á à adoção de paliativos".

Assim, o decênio da Campanha contra a fome começou em 1960, sendo logo em seguida ampliado pela resolução das Nações Unidas, a partir da qual se criou o Decênio do Desenvolvimento, cujo fundamento principal é representado pela luta contra a fome.

Trata-se de uma tarefa gigantesca, a de eliminar um flagelo de extensão universal, cujas raízes estão profundamente ligadas às estruturas econômico-sociais da maior parte dos países do mundo. É evidente que, com os limitados recursos das Nações Unidas, não é possível atacar o problema na sua extensão universal e, ao mesmo tempo, em todas as regiões onde ele se coloca.

Antes de tudo, parece-nos preferível determinar com precisão a filosofia de ação da Campanha e pôr em prática um certo número de iniciativas ou de projetos regionais de caráter experimental.

No decorrer da Conferência Geral da FAO, em 1961, sugerimos a utilização do Nordeste brasileiro como zona testemunho desta Campanha e os argumentos que expus diante da Conferência levaram a FAO a aceitar a proposta do governo brasileiro. Foi assim que se iniciou uma cooperação mais estreita, com o olhar para o futuro, entre a FAO e o Brasil, pelo desenvolvimento autêntico do Nordeste brasileiro e a eliminação, nessa região, do flagelo da fome.

Para que possamos compreender bem as razões que nos levaram a considerar o Nordeste como uma zona de demonstração da Campanha contra a Fome e a submeter minha proposta à FAO, faz-se necessário apresentar uma síntese das características geoeconômicas dessa região.

O Nordeste brasileiro compreende uma extensão de terra de 1,2 milhões de quilômetros quadrados (14% do território nacional), que vai do estado da Bahia ao estado do Maranhão. Não se trata, na realidade, de uma região geograficamente homogênea, com uma unidade geoeconômica bem definida. É uma zona que se compõe de duas regiões típicas e complementares: o Nordeste oriental e o Nordeste ocidental ou central.

O Nordeste oriental está representado por uma estreita faixa de terra, próxima do litoral, com uma largura média de 80 quilômetros, solo espesso e fértil e clima caracterizado por chuvas abundantes e regulares. Sobre esta faixa de terra, primitivamente recoberta por uma floresta tropical, desenvolveu-se a monocultura da cana-de-açúcar, que destruiu toda a floresta e, com uma exclusividade terrível, ocupou toda a extensão das terras cultiváveis. Foi ali que se implantou a indústria açucareira, com base na monocultura e nos latifúndios, criando, por um regime feudal da terra e pela escravatura, a base da economia regional, mas desequilibrando completamente o conjunto econômico-regional e impedindo qualquer possibilidade de outras culturas na região.

O outro Nordeste – o central ou ocidental – é formado pelas terras semi-áridas, as quais chamamos de Sertão. É o "polígono da seca", exposto periodicamente às ausências ou à insuficiência das chuvas que desorganizam toda a economia da região, provocando as fomes das épocas de seca.

A economia desse setor se baseia na criação de gado e na cultura do algodão, bem como na policultura alimentar, que permite, nos anos chuvosos, o fornecimento de um regime, alimentar bem equilibrado. No grande Nordeste vivem cerca de 23 milhões de indivíduos, ou seja, um terço da população do Brasil, com um nível de vida extremamente baixo. Enquanto a renda média bruta *per capita* do Brasil é de 320 dólares, a do habitante nordestino é de 100 dólares, ou seja, três vezes mais baixa. No continente latino-americano, este compreende o grupo populacional mais considerável, com uma produção mais frágil e uma renda ainda mais baixa.

Daí a idéia geralmente propagada de que o Nordeste brasileiro é uma zona-problema, pois a fome continua a destruir sem piedade, a despeito do extraordinário impulso em direção ao progresso que se produziu no Brasil.

Na realidade, o Nordeste sofre de dois tipos de fome. Na zona do açúcar, de uma fome crônica, devido à carência de diversos princípios alimentares no regime habitual à base de farinha de mandioca e de feijão e, na zona do Sertão, da fome aguda, devido às fomes que castigam periodicamente os seus habitantes, em razão das secas.

Esse quadro tão sombrio da economia do Nordeste freqüentemente passou a impressão de que a região, com sua conjuntura geoeconômica desfavorável, não podia ser recuperada. Nada mais falso, mais desprovido de qualquer fundamento científico do que essa interpretação apressada e pessimista da economia nordestina

A fome e a pobreza do Nordeste não se explicam pelas suas condições naturais – por sua base física –, mas antes de tudo pelas distorções e erros acumulados durante a exploração econômica da região. É o que provam os estudos e as pesquisas de semiologia econômica com o maior rigor científico.

Os males do Nordeste são os males da estrutura cuja origem se encontra na exploração de tipo colonial, na monocultura e no latifúndio, que o colono português instalou há quatro séculos e ainda subsistem nos dias de hoje.

Os estudos realizados pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), organismo criado para promover o desenvolvimento do nordeste, que visa integrar sua população economicamente marginal ao sistema econômico nacional, não deixam a menor

dúvida sobre esse ponto. O grande mal do Nordeste não é o fenômeno episódico da seca, como se pretendeu por muito tempo, mas a estrutura arcaica e feudal que conduz à não-utilização, de um lado, dos recursos naturais e, de outro, da capacidade de trabalho do homem nordestino.

Com tais características, parece-nos difícil encontrar no mundo outras regiões tão propícias para uma experiência testemunho da luta contra a fome: zonas fortemente populosas, sofrendo de diversos tipos de fome, socialmente explosivas devido à tomada de consciência da população sobre razões de seus sofrimentos, mas onde é possível uma recuperação, com a ajuda de organismos técnicos, tais como a Sudene ou outros, equipados para implementar projetos de envergadura corretamente preparados.

É ainda necessário somar ao conjunto de possibilidades favoráveis a essa experiência o fato de já se ter posto em prática no Nordeste, há alguns anos, um plano de luta contra a fome, organizado sob nossa iniciativa, por intermédio da Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofan).

Desejamos, então, no quadro dessa experiência em marcha, fornecer algumas indicações sobre o que já foi realizado e sobre o que se tem projetado para os próximos anos.

A Ascofam concentrou sua ação no Nordeste, em território brasileiro, distribuindo suas atividades entre os setores de informação e de execução de projetos capazes de provocar as reações sociais indispensáveis para a transformação da economia regional.

Também executou estudos e pesquisas sobre a estrutura agrária do Nordeste e sua repercussão, tendo em vista a situação econômica e alimentar da região. Ela própria estabeleceu, com base em seus estudos, um plano econômico de reforma agrária regional, compreendendo o cálculo dos investimentos necessários. Organizou diversos seminários sobre os problemas regionais, entre os quais citaremos apenas o seminário sobre as endemias rurais e a subalimentação, realizado em 1958, com a participação de competentes especialistas.

No programa destinado a chamar a atenção do Brasil e do mundo sobre o problema do Nordeste, a Ascofam realizou um filme intitulado *O drama das secas*, que mostra com eloqüência imagens da realidade social do Nordeste semi-árido e a possibilidade de solução oferecida pela luta contra a seca e contra a fome na região.

O principal projeto realizado pela Ascofam foi, entretanto, o enriquecimento artificial do alimento de base no regime regional, que é a farinha de mandioca, pela adição de proteínas e de sais minerais. Três pequenas usinas pilotos instaladas em pontos diferentes do Nordeste brasileiro fazem este enriquecimento artificial, transformando a farinha de mandioca, alimento exclusivamente à base de hidrocarbonatos e calorias, num produto rico em aminoácidos, sais minerais e vitaminas. Essa transformação é feita de forma econômica e prática, combatendo, assim, as carências habituais desta zona.

Uma experiência de um ano, realizada na cidade de Surubim, que era um dos maiores núcleos de pelagra endêmica, permitiu-nos constatar que o uso geral da farinha enriquecida havia feito essa doença carencial praticamente desaparecer da região.

Até hoje, o enriquecimento da farinha de mandioca se efetua com base na farinha de soja desengordurada e de uma mistura de sais e vitaminas, mas a Ascofam estuda agora a realização de um processo ainda mais prático e racional com as raízes da planta, uma farinha tirada das próprias folhas da mandioca, que contém em torno de 20% de proteínas e detém um alto teor de betacaroteno (provitamina A).

Os resultados dessa experiência, uma vez registrados, serão apresentados a outras instituições nacionais e internacionais interessadas na adoção de técnicas de cooperação capazes de promover o desenvolvimento de comunidades desse gênero.

Por outro lado, a FAO realiza na região nordestina um programa de educação alimentar em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a fim de implantar hábitos alimentares melhores e encorajar a produção, a conservação e uma melhor utilização dos alimentos de alto valor nutricional. Um certo número de projetos está sendo examinado pelo Programa Mundial de Alimentos, que poderá incluir, como investimento de capital, uma parte dos alimentos que deverão ser utilizados pelos trabalhadores engajados nos projetos de desenvolvimento.

Atualmente, a Sudene formulou, como um de seus objetivos, o melhoramento das condições alimentares da região, contribuindo assim na luta direta contra a fome e a subnutrição. Sua ação se traduz principalmente nos seguintes projetos: redistribuição da população para um melhor proveito do excedente de mão-de-obra em certas zonas,

encorajamento à criação de gado, pela multiplicação das plantas de pastagem adaptadas às condições ecológicas da região, programa de extensão agrícola e de incremento da produção pela diferenciação dos produtos.

Em cooperação com os programas da Aliança para Progresso e com diversos organismos internacionais, a Sudene coordena numerosas atividades, todas voltadas para a luta contra a fome na região.

Essa zona geográfica, que retém hoje a atenção do mundo devido à evidente complexidade de seus problemas, à surpreendente vitalidade de seu povo e à tensão social que ameaça seu equilíbrio interno, poderá oferecer ao mundo um serviço inestimável, pois ela serve como teatro de uma revolução pacífica por meio da qual a aplicação da ciência, da técnica e da organização permitirá extirpar de seu contexto social esse flagelo que é o fenômeno da fome, o mais característico do quadro do subdesenvolvimento econômico e social. É nessa ordem de idéias que a Ascofam, em vista da importância dos projetos de desenvolvimento social de comunidades subdesenvolvidas, dos flagelos da fome e da subnutrição, concebeu esse projeto piloto que eu tenho o prazer de apresentar às instituições e às pessoas interessadas nesse tipo de atividade. Temos a esperança de poder contar com a colaboração de um grande número de interessados para colocar o projeto em prática e para bem conduzi-lo, não somente no interesse da comunidade diretamente em questão, mas, também, de todas as populações subalimentadas que estão em busca de soluções práticas para se libertar da fome e da pobreza que as aniquilam em seu círculo de ferro.

Introdução

O Projeto Tracunhaém tem como objetivo a realização de uma experiência de desenvolvimento comunitário em um distrito com características urbano-rurais típicas, numa das regiões menos desenvolvidas do Nordeste brasileiro, onde os problemas são dos mais complexos. Sua realização representa um ensaio experimental da Ascofam no sentido de empregar o efeito catalítico de certas idéias-chave na utilização das forças de produção de uma comunidade, a fim de libertá-la do subdesenvolvimento acentuado que mantém sua população num regime de fome crônica ou de subnutrição. Dado que o Nordeste é considerado

pelo governo brasileiro e por vários organismos internacionais uma zona experimental para a execução da Campanha contra a Fome lançada pela FAO, é no contexto de campanha que esse projeto deve encontrar o seu lugar.

Os problemas de desenvolvimento econômico podem e devem ser atacados de diversas maneiras e em várias direções ao mesmo tempo. Quando os governantes são convencidos da necessidade de agir nesse domínio – e todos eles o são neste momento –, sua ação deve consistir, de modo geral, na formação de um capital social (educação, saneamento, provisão dos serviços públicos essenciais, água, estradas e meios de transporte e de comunicação, crédito, assistência administrativa etc.), para a criação de investimentos diretos em atividades produtivas, seja por sua própria iniciativa, seja pela de pessoas interessadas; e na adoção de medidas destinadas a aumentar a produtividade do capital já existente, bem como outros fatores de produção. A ação, no plano nacional, é necessariamente muito complexa e toma a forma de uma convergência de esforços, dependendo das diversas zonas geográficas e dos diferentes níveis de competência, com as dificuldades que surgem naturalmente das tensões e superposições entre diferentes instituições e instâncias do poder político.

Entretanto, e qualquer que seja o grau de eficiência das políticas de desenvolvimento, a célula do processo de crescimento é o indivíduo, com as suas motivações e os seus apetites. É nas comunidades mais atrasadas – como acontece com freqüência quando grupos de um nível mais primitivo são postos em contato com outros cuja cultura é muito superior e a tecnologia bem mais eficiente – que se observa mais facilmente o aparecimento de reações de apatia e de falta de interesse que freiam a atitude aquisitiva e a disposição para que se façam os esforços necessários em busca do desenvolvimento material.

Uma das formas possíveis para atacar os problemas do crescimento consiste justamente em agir no nível das menores unidades de organização político-administrativas, que são as comunidades locais. Esse meio se aplica de preferência nas comunidades rurais, ou urbano-rurais, onde as atividades são naturalmente primárias.

Essas "células sociais" dispõem normalmente de um certo número de fatores não utilizados ou mal utilizados, sobretudo sob a forma de mão-de-obra, de terras, de materiais de construção simples e de algum

capital físico, tais como instrumentos elementares de trabalho, dos animais de carga etc.

Nessas condições, é quase sempre possível – implantando técnicas relativamente simples e acessíveis de trabalho e de organização – promover a melhoria e o bem-estar da região, por meio do crescimento da produção de certos bens, sobretudo de alimentos, ou pela modificação da quantidade relativa de bens produzidos; pelo aumento dos serviços elementares de educação, de assistência e de saneamento; e ainda pela intensificação do capital social disponível, nas suas formas mais elementares, tais como serviços públicos, estradas locais etc.

A Associação Mundial de Luta contra a Fome é uma entidade desinteressada, de porte mundial e que se propõe – como seu nome indica – a lutar contra uma das manifestações mais típicas e insidiosas do subdesenvolvimento, ou seja, a carência alimentar.

O flagelo da fome é, ao mesmo tempo, variável, dependente e independente, efeito e causa dos níveis baixos de vida. É um efeito, primeiramente, porque nenhum grupo humano se alimenta mal por vontade própria, mas por falta de recursos e por ignorância, conseqüência, tanto quanto causa da miséria. É uma causa – parece inútil insistir sobre esse ponto –, pois os estados de carência orgânica reduzem enormemente a produtividade do indivíduo e, ao contribuir para o alto índice de mortalidade e a baixa média de vida, consomem um capital social precioso, que é o potencial de trabalho, o que desequilibra perigosamente a relação entre a população ativa e a população total.

A Ascofam, naturalmente, não tem nenhuma ilusão quanto à possibilidade de atacar o problema somente nos seus efeitos, ou seja, de combater a fome de forma eficaz exclusivamente pela distribuição caritativa de alimento. A fome, entendida como estado de carência orgânica, só pode ser vencida, em última análise, pela provisão dos elementos nutritivos complementares necessários às populações afetadas. A provisão desses elementos, em proporções qualitativa e quantitativamente adequadas, só pode resultar em um aumento considerável da capacidade produtiva das nações mais pobres, bem como em uma não menos considerável racionalização do modo de empregar os recursos atuais disponíveis. Trata-se, além disso, da linha de ação preconizada pelos dirigentes da Campanha Mundial contra a Fome e pela FAO, com o qual a Ascofam está de pleno acordo.

A Ascofam não tem nenhuma intenção de resolver por ela mesma os problemas gerais do desenvolvimento, nem as questões de política e de planificação. Estes são campos excessivamente vastos dos quais já se ocupam outras organizações internacionais, de caráter governamental, e instituições diversas. No limite das possibilidades, a Ascofam tem, contudo, como objetivos: prestar assistência técnica para a racionalização das práticas alimentares das populações mais pobres; cooperar, na medida dos seus meios, para o desenvolvimento das técnicas e mecanismos a fim de obter a autocorreção das deficiências alimentares no mesmo grau das populações afetadas; cooperar, enfim, ao lado de outras instituições públicas e privadas, na luta contra os aspectos específicos da carência alimentar, no quadro geral dos esforços para o desenvolvimento econômico. E sobretudo realizar essa atividade a título de demonstração.

O Projeto Tracunhaém apresenta características particularmente interessantes na qualidade de um projeto de demonstração. O Nordeste brasileiro é uma região que já há algum tempo chama a atenção dos observadores políticos do mundo. É uma região onde a renda por habitante representa apenas a sétima parte da renda registrada no setor industrial do Sul do Brasil, o que constitui um exemplo econômico dualista. O atraso gritante desse um terço da população do país, em contraste e em coexistência permanente com outras regiões onde o ritmo de desenvolvimento e o nível de vida são de longe superiores, faz do Nordeste uma região-problema, cuja escala de importância ultrapassa de longe aquele do *mezzogiorno* italiano.

No contexto geral, Tracunhaém, distrito da comunidade de Nazaré da Mata, constitui um exemplo típico e representativo do que se pode chamar de "Zona da Mata", onde se pôde registrar o nível de vida mais baixo da população de todo o Nordeste, caracterizado pela monocultura da cana-de-açúcar, um índice de desemprego sazonal, um solo ácido e uma topografia pouco favorável.

A experiência em análise consiste, primeiramente, em desenvolver pesquisas e coletar dados locais, assim como os estudos necessários para estabelecer com precisão, em nível microrregional, um mecanismo eficiente de cooperação entre os diversos setores públicos e instituições nacionais e internacionais. Em segundo lugar, após a avaliação das possibilidades de ação, das condições e do grau de interesse da população e das autoridades locais, estabelecer de modo definitivo as

fases e os cronogramas das atividades projetadas – saneamento básico e correção alimentar, baseada nos esforços da agricultura do distrito, suprindo as carências por meio do apoio assistencial. As ajudas assistenciais serão avaliadas sucessivamente, repetidas vezes, durante a aplicação do projeto, para que se possa determinar em qual ritmo é possível aumentar a auto-suficiência local visando à correção das deficiências alimentares, e até que ponto e por quais meios é possível utilizar os donativos de alimentos para a formação de capital no âmbito da comunidade local.

Os resultados – estatísticas, dados e análises – da experiência, os positivos e os negativos, serão postos à disposição, a título de exemplo, seja de instituições nacionais ou internacionais e dos pesquisadores individuais, seja de outras comunidades interessadas na adoção de técnicas de cooperação para o seu próprio desenvolvimento.

Não há dúvida de que os resultados esperados dificilmente poderão ser avaliados em números, a menos que, em caso de sucesso, pesquisadores locais do nível de vida e de renda ofereçam elementos consistentes de comparação. Um projeto auto-rentável não pode ser considerado. Entretanto, como se trata de uma pesquisa ativa, em que a ação se associa à análise, mesmo os resultados negativos representam uma contribuição de valor para uma melhor compreensão dos problemas das regiões subdesenvolvidas.

Situação existente

1. *Aspectos gerais do desenvolvimento do Nordeste*

O Nordeste brasileiro compreende uma superfície de 1,55 milhão de quilômetros quadrados, na qual se encontram nove estados da federação, o que representa 17,6% da superfície total do país e 33,9% da população (22,247 milhões de habitantes sobre um total de 66,302 milhões em 1º de julho de 1960). O aumento da população nordestina é estimado em 2,27% ao ano, ou seja, um pouco menos do que o aumento anual da população total do país, 2,6%, o que se explica pela emigração de sua população para o Centro-Sul.

A superfície do Nordeste corresponde ao dobro da de todos os outros países da América Central postos em conjunto e a quatro vezes a da Itália.

Do ponto de vista climático, o Nordeste é dividido em duas sub-regiões:

a) a região semi-árida, que constitui a região central do vasto pentágono irregular, no qual se inscreve o Nordeste, sofrendo variações da precipitação pluviométrica que acusa anos muito irregulares e outros em que as chuvas são mais bem distribuídas;

b) a região úmida, onde são feitas as grandes culturas comerciais (em particular a da cana-de-açúcar e a do cacau). Esta região, que se encontra na periferia da zona semi-árida, é composta por três faixas: o litoral, de maior pluviosidade (onde começou o povoamento e onde a primeira civilização colonial se desenvolveu, baseada na cultura da cana-de-açúcar); a faixa subamazônica (Maranhão) e uma outra, a sudeste da Bahia (região limítrofe do estado a leste), onde ainda se encontram importantes superfícies de terras virgens, arborizadas em algumas partes, disponíveis para a colonização.

RENDA E ATIVIDADES – A renda do Nordeste contrasta violentamente com a do resto do país e, particularmente, com a do Centro-Sul, que constitui a região industrialmente mais desenvolvida.

Estimava-se, em 1958, que a renda por habitante não ultrapassaria o equivalente a 95 dólares, sendo o mínimo a do estado do Piauí, o mais pobre da federação, calculado em 53 dólares e, o máximo, 127 dólares, para o estado de Pernambuco, o mais desenvolvido e industrializado entre as unidades regionais.

A renda de toda a região atinge apenas 13,4% do total de salários de todo o país, contra 83,4% da região Centro-Sul. A renda por habitante representa 42,9% do registrado para o país, e 31,7% do registrado no Centro-Sul.

Conseqüentemente, o habitante do Nordeste usufrui de um terço da média salarial do país e de menos de um quarto da renda *per capita* do estado de São Paulo, o mais desenvolvido da federação.

A renda por pessoa que exerce uma atividade é apenas superior à renda por habitante (40% em relação ao Centro-Sul), o que demonstra a proporção frágil da população ativa em relação à população total da região (31% contra 24% no Centro-Sul).

Outros índices econômicos refletem a mesma disparidade regional:

a) população ativa empregada na agricultura: 72% da população ativa do Nordeste está empregada no setor agrícola, contra 51% do Centro-Sul;
b) a superfície cultivada por operário trabalhador agrícola é de 1,3 hectares, contra 2,4 hectares no Centro-Sul;
c) o capital médio investido por trabalhador agrícola estava estimado em 111 dólares, contra 550 dólares no Centro-Sul (valor da terra não incluso);
d) o potencial instalado por trabalhador da indústria, em 1960, era de 1,5 cv contra 2,34 cv no Centro-Sul;
e) a renda por pessoa empregada na agricultura era quase três vezes maior no Centro-Sul do que no Nordeste (2,96 vezes), enquanto nos setores comercial e industrial ela era quase a mesma (1,19 vez e 1,7 vez, respectivamente). Nos serviços diversos, ela mantinha uma relação bem mais razoável, 1,92 vez.

A taxa de desenvolvimento da região também reflete essas disparidades. Até a Independência, enquanto duraram os ciclos do ouro e do diamante nas capitanias do Centro, e enquanto ainda existiram os vestígios da grande fase da cultura canavieira, a renda regional era provavelmente superior a 50% do total das rendas do país. Mesmo em 1939, podia-se estimar essa proporção em 30%. Mas já em 1948 ela tinha caído para 15,5% e continuava a decrescer até a um pouco mais de 13% do total do país em 1956-58. Nesse último período, a taxa média de crescimento da região foi de somente três quartos da observada no Centro-Sul (4% contra 5,3%).

Desse modo, explorando as tendências observadas, seria possível prever que, em 1970, a renda por habitante no Nordeste seria de aproximadamente um quarto da do Centro-Sul e menos de um quinto da de São Paulo.

AS DISPARIDADES E AS CAUSAS – As disparidades assumiram uma importância crescente, como já era previsto. Durante mais de 50 anos, os sucessivos governantes nacionais tomaram conhecimento das dificuldades gerais da região, atribuindo a elas o problema da seca, ou seja, as irregularidades climáticas e, sobretudo, a má distribuição das chuvas na região semi-árida. Durante quase 40 anos procurou-se uma solução no

armazenamento de água por meio de barragens e de reservatórios em pontos favoráveis.

No entanto, essa política fracassou. Muito em virtude das suas condições de execução e da sua concepção limitada. Assim, o armazenamento praticamente não foi utilizado tendo como objetivo a irrigação. Os vales férteis continuaram sem água e nenhuma medida foi tomada no sentido de estabelecer um regime de propriedade das terras beneficiárias da irrigação, diferente dos grandes domínios tradicionais. Como conseqüência, não somente o benefício econômico criado pelos investimentos federais no armazenamento de água foi mínimo, mas estes raros benefícios não tiveram uma distribuição social de acordo com as imensas necessidades da população rural da região.

De um lado, os serviços públicos – barragens e construções de estradas – tornaram-se facilmente subsídios utilizados em favor das pressões políticas, sem nenhuma obediência aos critérios de prioridade, nem de complementação de investimentos de base pela criação de facilidades adicionais destinadas a aumentar a produtividade das economias locais, especialmente da agricultura e das indústrias. Esse regime do desperdício foi apelidado pela imprensa brasileira de "indústria da seca". O vício inerente a essa concepção é o de admitir que o desenvolvimento de uma região exige geralmente a efetivação simultânea de um conjunto de investimentos complementares. Pode-se considerar que existem exceções, no caso onde a região dispõe de uma grande abundância de recursos naturais facilmente utilizáveis por uma economia de mercado imediatamente próximo. Nesse caso, um impulso isolado pode funcionar como centro de irradiação. A estrutura dos recursos do Nordeste é, entretanto, particularmente deficitária em boas terras agrícolas e em combustíveis minerais (contudo, o estado da Bahia é a província petrolífera do país), em outros recursos de energia e em minerais facilmente acessíveis que possuem interesse econômico.

Nesse sentido, pôde-se verificar, nos últimos decênios, que a despeito dos esforços (geralmente mal orientados) do governo federal, o Nordeste, ligado às economias de mercado do Sul, tornou-se exportador de capitais privados. Além disso, as relações Nordeste/Sul e Nordeste/mercados estrangeiros/Sul sofreram nesta região as conseqüências de um sistema de trocas e de fórmulas de trocas desfavoráveis. O

Sul do país se desenvolveu como área de concentração, às expensas da economia cada vez mais deficiente do Nordeste.

2. Problemas típicos das comunidades urbano-rurais do Nordeste

As comunidades urbano-rurais do Nordeste, a exemplo de Tracunhaém, em geral apresentam os quadros característicos das regiões de transição com níveis de renda igualmente frágeis.

Na "Zona da Mata", ou seja, na zona úmida onde predomina a cultura da cana-de-açúcar, a grande propriedade agrícola especializada constitui a regra geral, distribuída em torno das unidades industriais (usinas, engenhos ou pequenos moinhos de açúcar) produtoras do açúcar, do álcool e da cachaça. Nas zonas inaptas para o desenvolvimento da cana-de-açúcar, exploram-se outras culturas comerciais (mandioca, abacaxi, tomate e frutas industrializadas). Nas grandes extensões arenosas, a cultura do sisal também constitui uma atividade para a qual não faltam interesses. A criação de gado bovino, praticada a partir de métodos pouco rentáveis (nas zonas mais secas, a criação de caprinos), tem igualmente interesse.

Em tais condições de baixa produtividade e de participação incompleta na economia monetária, as comunidades urbano-rurais apresentam as seguintes características:

a) excedente de mão-de-obra desempregada, com variações sazonais extremas na região açucareira;

b) condições de habitação precárias, tanto rurais quanto urbanas; as condições observadas são francamente inferiores às que poderiam ser obtidas com a utilização de materiais existentes no local e com o uso de técnicas elementares.

c) o baixo nível alimentar, com deficiências particularmente importantes em proteínas animais, certos minerais e vitaminas; as condições observadas, levando em conta a variação de região para região, são também naturalmente inferiores àquelas que seria possível de obter com um melhor emprego das terras de cultura efetivamente disponíveis; dois fatores podem ser considerados particularmente responsáveis pelo regime alimentar deficiente da região: 1) alimentação mal orientada, 2) baixa produtividade agrícola;

d) nível sanitário inferior: da mesma forma que os dois pontos anteriores, as condições existentes poderiam ser melhoradas com a utilização racional dos recursos locais, particularmente a mão-de-obra, e também pela difusão de técnicas rudimentares;
e) a falta de um plano de equipamento social e comunitário (serviços públicos, terreno de recreação etc.) poderia ser rapidamente superada por meio da capitalização dos recursos locais não utilizados e com o emprego de técnicas de cooperação relativamente simples;
f) as condições específicas variam de região para região e as informações disponíveis no momento não são de natureza a negligenciar uma análise local preliminar, condição necessária para o estabelecimento de um levantamento mais preciso dos objetivos, possibilidades e recursos, e para a preparação de um ou vários projetos de execução imediata.

3. Tracunhaém como comunidade representativa

Tracunhaém é um distrito do município de Nazaré da Mata, com a seguinte característica geográfica:

LOCALIZAÇÃO – Situado no setor da rede ferroviária do Nordeste. O município de Nazaré da Mata pertence à zona "litoral-mata", a 52 quilômetros a vôo de pássaro da capital do estado. A sede municipal tem como coordenadas geográficas 7º45' de latitude sul e 35º13'50" de longitude W.Gr., direção NO.

CLIMA – Clima do tipo As': quente e úmido com chuvas no inverno e máxima no verão. Em 1956, a temperatura média máxima atingiu 30,6 ºC, a média mínima 24,5 ºC e a média compensada 26,3 ºC. Convém observar que se trata de uma estimativa, em virtude da paralisação do Posto Meteorológico local.

SUPERFÍCIE – 315 km^2.

POPULAÇÃO – 41.086 habitantes, de acordo com o recenseamento de 1950, assim distribuídos: 20.125 homens e 20.961 mulheres. A densidade demográfica é de 130,4 habitantes por quilômetro quadrado. Do

total da população, 11,2% reside no setor urbano. A população estimada em 1º de julho de 1957 era de 47.406 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS – A cidade de Nazaré da Mata: 6.577 habitantes; a vila de Buenos Aires: 524 habitantes; e Tracunhaém: 848 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS – Entre as pessoas de 10 anos ou mais, 38,5% se ocupam nos diferentes ramos da agricultura, criação e silvicultura; 3,4% na indústria; 1,8% no comércio; e 2,7% em serviços diversos. A economia municipal está baseada sobretudo na indústria e na agricultura. Cana-de-açúcar, mandioca, algodão, batata constituem as principais culturas agrícolas do município. Os 64 estabelecimentos industriais existentes ocupam 1.168 pessoas nas suas atividades de diaristas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

Produtos	Unidade	Volume	Valor (CR$)
Algodão	Arroba*	15.500	1.612.000,00
Batata	Tonelada	8.200	17.640.000,00
Cana-de-açúcar		162.500	35.750.000,00
Mandioca (raiz)		12.000	7.000.000,00
* Medida de pesos: 12 a 15 kg.			

A cultura da cana-de-açúcar é a atividade mais importante do município, ocupando 31,3% da superfície total de todas as culturas da comunidade (1950).

Atividades de assistência e de desenvolvimento da região

Governo federal e instituições estaduais

O governo federal desenvolve na região dois tipos de atividades de assistência:

a) atividades de assistência social, transferência e subsídio: de fontes orçamentárias normais e de Institutos de previdência social etc.;
b) investimentos de ordem social.

Além disso, o governo desenvolve um papel ativo na formação de investimentos diretamente produtivos e na expansão dos investimentos privados.

A partir de 1960, as atividades federais na região são orientadas segundo um plano regional de longo prazo sob a responsabilidade de um organismo de coordenação e de execução, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Este organismo não se ocupa, no momento, da realização dos programas demonstrativos de desenvolvimento comunitário e igualmente não examinou os aspectos especiais da luta contra a fome pela correção dos hábitos alimentares, por melhor utilização dos recursos locais, nem pela execução de pequenos projetos de cooperação com o emprego de alimentos como recurso de base.

Entretanto, em cooperação com o governo dos Estados Unidos da América do Norte, doações de excedentes agrícolas foram feitas na região, além da obtenção de parte dos recursos por meio das operações da importação do trigo, nos termos da *Public Law* 480 , que é empregada em investimentos de caráter social, saneamento etc.

GOVERNOS ESTADUAIS – Os governos estaduais têm ao seu encargo uma parte das atividades educativas, de assistência médica e de auxílio técnico para a agricultura, além de sua responsabilidade sobre as estradas e sobre outros serviços públicos. Em alguns casos, eles procuraram executar projetos de urbanização e de construção de casas populares, mostrando, assim, um interesse considerável na obtenção de fundos da Aliança para o Progresso. Os governos estaduais do Nordeste dispõem, entretanto, de recursos muito limitados. Sua principal fonte de renda, o imposto sobre vendas e consignações, se encontra deficiente devido ao fato de a região ser, sobretudo, exportadora de matérias-primas para todo o resto do país e importadora de produtos manufaturados e de bens de consumo elaborados.

Além disso, a falta de pessoal técnico é um dado importante nas administrações estaduais. Como conseqüência, os estados normalmente não dispõem de condições que lhes permitam tomar ao seu encargo a iniciativa dos projetos de desenvolvimento comunitário do tipo pretendido.

Desenvolvimento comunitário como instrumento complementar

Possibilidades do desenvolvimento comunitário

As técnicas de desenvolvimento comunitário ainda não foram aplicadas de modo sistemático na região e poderiam suscitar certa desconfiança, dado que, no Brasil em geral, não existe na vila a tradição de cooperação econômica e social nas suas formas espontâneas.

Todavia, como foi acima indicado, nas comunidades do Nordeste, exceção feita talvez às zonas mais áridas, existem possibilidades substanciais para uma utilização mais racional das terras destinadas às culturas de subsistência. O mesmo ocorre com os excedentes variáveis de mão-de-obra e com os recursos do dispositivo administrativo da União e dos estados que poderiam ser utilizados em grande escala, a despeito de suas limitações relativas.

O exame das condições locais demonstra que, para a realização de experiências de desenvolvimento comunitário, faltam dois elementos importantes. Primeiramente, não existem projetos detalhados, que tenham por base um estudo local suficientemente aprofundado. O pessoal técnico especializado necessário para a sua preparação é insuficiente e normalmente se encontra empregado nos trabalhos de programação ou nas atividades de assessoria e de execução dos diferentes organismos federais e estaduais.

Em segundo lugar, faltam meios financeiros que desempenharão o papel de iniciadores ou de catalisadores, permitindo assim a mobilização dos excedentes de mão-de-obra, ou para fazer frente aos custos de difusão das novas técnicas de produção etc.

Essas duas limitações podem se exprimir naturalmente pela falta de orientação e de fundos.

Projeto de Tracunhaém

Esquema geral da experiência projetada

A experiência projetada deverá ser realizada numa região característica, o distrito de Tracunhaém, no município de Nazaré da Mata, que apresenta uma amostragem típica das condições gerais da zona açucareira (Zona da Mata).

O projeto se apresenta em uma série de etapas que concentram, em cada uma, ações inteiramente individualizadas. Essas unidades de ação são as seguintes:

Enquete preliminar

A) Diagnóstico (estimativa quantitativa, na medida do possível, das condições do distrito):
1. formação de renda, distribuição, características e distribuição das atividades;
2. informações sobre o nível social, sanitário e alimentar; hábitos de consumo;
3. mercados: obstáculos para as atividades econômicas locais; atividades no setor de transformação e em serviços diversos;
4. técnicas de produção utilizadas em diferentes atividades; produtividade;
5. recursos conhecidos do setor primário.

B) Análise das alternativas de ação:
1. correção das práticas alimentares: definição quantitativa das deficiências a corrigir; determinação das necessidades de produção; utilização dos meios locais: utilização integral da mandioca; aumento da produção de proteínas animais;
2. balanço das necessidades a suprir no nível de uma assistência externa; possibilidade do emprego de empréstimos diretos;
3. correção das práticas sanitárias: cooperação com as autoridades federais; estaduais e locais; balanço dos recursos necessários para o desenvolvimento das atividades:
a) investimentos: mão-de-obra especializada e não especializada; investimentos fixos e equipamentos;
b) operações: mão-de-obra especializada e não especializada; medicamentos, material de laboratório; outros recursos;
4. produção agrícola e pecuária: reestruturação da produção e aumento da produtividade; objetivos quantitativos e balanço dos recursos necessários; emprego de técnicas simples de substituição de capital por mão-de-obra;
5. análise das possibilidades de expansão do emprego nas atividades

secundárias: desenvolvimento do artesanato; pequenas indústrias de transformação dos produtos primários locais; possibilidades de estabelecimento de novas pequenas indústrias: recenseamento preliminar das necessidades de capital fixo e móvel, previsão geral do aumento de emprego e valor agregado;
6. análise das necessidades de ensino e de implementação de técnicas agrícolas, de artesanato e de indústrias elementares: balanço das necessidades e das deficiências do sistema local.

C) Recomendações:
1. definição quantitativa dos objetivos por etapas: apresentação de cronogramas preliminares;
2. balanço dos recursos e das medidas especiais que poderão ser atribuídas ao governo federal e aos seus organismos regionais, ao estado e ao município;
3. balanço dos recursos complementares a serem obtidos sob a forma de donativos de fundo, de alimentos, de medicamentos, de materiais, de máquinas e equipamentos etc.;
4. propostas da forma que deverá ter o organismo encarregado de executar o projeto.

A enquete preliminar termina na entrega de um relatório geral e do material de trabalho, a saber: enquetes, estatísticas, relatórios parciais etc., para a direção da Ascofam brasileira.

Primeira fase de execução

A primeira fase de execução compreenderá as etapas seguintes:
1. escolha dos objetivos – acordo com as autoridades federais, estaduais e municipais e com as organizações estrangeiras e internacionais dispostas a cooperar ou a fazer doações para o projeto;
2. estabelecimento da organização encarregada de supervisionar a execução do projeto;
3. preparação dos cronogramas e fluxogramas analíticos;
4. entrada em vigor;
5. controle periódico e análise dos resultados; apresentação dos balanços custo-benefício.

Após a primeira etapa, o projeto poderá ser ampliado em etapas sucessivas, segundo o mesmo esquema indicado acima, ou, então, ele se encerra dada a falta de recursos.

Objetivos e fases de execução

Conforme o que foi dito anteriormente, a primeira fase do Projeto Tracunhaém consiste em uma enquete preliminar, que deve ser concluída com a apresentação de um relatório, o qual compreenderá um balanço dos recursos e das necessidades da região, além de um primeiro exame das alternativas econômicas.

A enquete preliminar deve obedecer ao seguinte esquema:

1. instalação de um grupo de trabalho cujos membros serão designados pela Ascofam brasileira, a fim de orientar o Projeto e de conduzir as negociações com as autoridades federais, estaduais e municipais, cuja cooperação se julgar necessária;
2. coletas de material estatístico, bibliográfico e de outras fontes de informação;
3. preparação dos planos de operação, questionários e pesquisas de campo etc.;
4. crítica do esquema da experiência (Projeto-*Design*-Análise);
5. designação de pesquisadores e de recenseadores, com tempo integral ou parcial (médicos sanitaristas, economistas rurais, especialistas em pesquisas das condições de vida etc.);
6. compilação e crítica dos resultados;
7. preparação do relatório.

Execução, controle e avaliação

O cronograma de execução (preliminar) é o seguinte:

(1) 30 dias
(2) 30 dias
(3) 60 dias
(4) 30 dias
(5) 180 a 360 dias (de acordo com os recursos obtidos)
(6) e
(7) 120 dias

As normas de controle e de avaliação, bem como o cronograma das despesas, serão fixadas pelo grupo de trabalho de acordo com a Ascofam.

Recursos para a primeira fase

Os recursos para a primeira fase são estimados em US$ 50.000, assim distribuídos:

(1) e (2)		US$ 1.000
(3) e (4)	recrutamento do pessoal para os serviços auxiliares; despesas com o pessoal técnico	2.000
(5)	recrutamento de três especialistas (por 6 meses)	6.300
	pessoal auxiliar (6 meses) (3 auxiliares, 1 secretária, 1 ajudante)	2.700
	veículos; equipamento demonstrativo agrícola, ferramentas	17.000
(6) e (7)	recrutamento do pessoal técnico	12.000
	pessoal auxiliar (1 secretária, 1 auxiliar de estatística, 1 economista auxiliar, 1 ajudante)	1.500
	fretes, correspondência, materiais diversos	500
	eventualidades	4.000
		50.000

Esse orçamento prevê, entre outros, o aprovisionamento de alguns serviços pelas autoridades federais, estaduais e municipais sem nenhuma espécie de custo para o projeto (cf.: material de informação estatística e bibliográfica, facilidades de acesso e de deslocamento no campo de trabalho, assistência administrativa etc.).

Conclusões

O projeto de Tracunhaém visa à realização de uma experiência de desenvolvimento comunitário num distrito do Nordeste do Brasil, no quadro nos objetivos da Campanha Mundial contra a Fome. Essa experiência piloto, concebida à luz da realidade social atual e dos conhecimentos de que hoje se dispõem sobre as formas de se mobilizarem racionalmente os recursos e as forças produtivas de uma comunidade que vive num estado de subdesenvolvimento econômico acentuado, poderá servir como exemplo e como estimulante para a solução do problema em outras zonas subdesenvolvidas, principalmente na América Latina, que tem grande necessidade de medidas para um desenvolvimento econômico e social autêntico.

Para a boa condução deste projeto, a Ascofam espera poder contar com o apoio, a ajuda e a cooperação de instituições nacionais e internacionais, de grupos financeiros e de personalidades dirigentes, interessados no que pode vir a ser a prova categórica de que é possível, na luta contra o subdesenvolvimento por meios práticos e científicos, exterminar, de uma vez por todas, o flagelo da fome, que ameaça de forma sinistra, hoje, a paz e a tranqüilidade dos povos.

TRADUÇÃO: Marisa Midori Daecto

Entrevista com Josué de Castro

As tarefas: lutar contra a poluição, dar um sentido ao crescimento, prever uma autoridade mundial...

O professor Josué de Castro, conhecido principalmente como presidente do Conselho da FAO *(Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) de 1952 a 1956, e como autor de várias obras sobre os problemas dos países em vias de desenvolvimento (*Geopolítica da fome *foi traduzido em 25 idiomas), muitas vezes afirmou suas convicções mundialistas. Ademais, ele foi o primeiro delegado eleito por um corpo transnacional de eleitores "cidadãos do mundo" que, assim, lançaram as bases do futuro Congresso dos Povos.*

Nossos amigos mundialistas da equipe Mundo Unido o entrevistaram algum tempo após a Conferência de Estocolmo (junho de 1972), durante a qual os representantes dos países membros das Nações Unidas chegaram a um acordo sobre os problemas do meio ambiente.

Suas repostas mostram claramente que certas tarefas que se impõem não poderão ser levadas a bom termo se não reinventarmos o internacionalismo. "A Conferência de Estocolmo", diz ele, "foi a reunião de Estados soberanos e poluidores".

MUNDO UNIDO – Em poucos anos, os problemas ambientais se colocaram à frente da atualidade. De todos os lados, anunciam-se catástrofes a curtos prazos se o homem perseverar em sua imprevidência. Será preciso aceitar com toda a seriedade esses avisos ou considerar que eles correspondem a uma nova moda?

JOSUÉ DE CASTRO – Sim, o problema está muito em moda. Há dez anos, a ecologia era apenas assunto de especialistas. Atualmente, a questão da poluição, da contaminação do ambiente natural e dos seus perigos para o homem está em toda parte. Mas, se lhes digo que a ecologia

está em moda, não acreditem que considero moda como uma coisa fútil! Imagina-se, injustamente, que ela corresponde a escolhas arbitrárias. Ao contrário, é uma manifestação cujas raízes são profundas e que é orientada por fenômenos fundamentais. A moda traduz o inconsciente coletivo e só se impõe quando recebe o apoio das massas. Quanto à ecologia e aos problemas da poluição, pode-se efetivamente constatar que a paixão excessiva não tem nada de superficial e que os problemas assumem a maior gravidade.

Por quê? Há milhões de anos, quando o primeiro ser vivo se alimentou e excretou os resíduos da sua alimentação, o ambiente natural começou a ser conspurcado: onde existe vida, sempre há poluição. Certamente, os vegetais desempenham mais um papel de construtores da natureza; porém, os animais são destruidores. E, entre eles, o homem é o mais destruidor. Entretanto, quando os homens eram pouco numerosos, eles podiam dar-se ao luxo de agredir a natureza; eles podiam, movidos por um instinto natural, transformar seu meio ambiente para construir, arrumar, melhorar seu "nicho", como se diz no jargão ecológico.

Desde então, as populações se têm multiplicado (várias vezes no decorrer dos dois últimos séculos); elas se concentram em cidades gigantescas, sua capacidade de consumo aumentou e se estendeu a produtos novos, de modo que os resíduos do consumo de massa são lançados no ambiente natural, o qual contaminam, degradam e poluem em proporções até então desconhecidas. Foi a partir da segunda revolução industrial que o homem se tornou um agente poluidor incomparável e perigoso para sua própria existência. Ele tem cometido tantas agressões à natureza que desencadeou uma espécie de revolta da natureza contra ele. E, agora, ele está ameaçado. É evidente que o que chamamos de ambiente natural, o meio ambiente, a biosfera, é dotado de elasticidade e tem podido suportar sem desastres muitas mudanças, provocadas pelo homem. Contudo, a elasticidade do ambiente natural tem limites – o que chamamos de "limites de nocividade" – além dos quais o impacto do homem sobre a natureza é negativo e perigoso. Ora, as radiações atômicas, a fumaça das usinas e dos meios de transporte, o barulho, o consumo abusivo, o desperdício de matérias-primas não renováveis conduzem nossa geração ao limiar dos prejuízos globais. Este drama é a característica de uma civilização frenética, a civilização ocidental, que, em seu culto da produção e do lucro, não tomou cuidado nem com

o meio ambiente nem com o homem. Na civilização do lucro, isto é, na civilização mais poluidora do mundo, a poluição tem sido levada em conta porque se admitia que a natureza seria sempre capaz de restabelecer os equilíbrios ameaçados. Atualmente sabemos que não é assim, que rupturas nos ecossistemas podem acontecer e que essas rupturas podem ser fatais. Por exemplo, quem fala em "guerra atômica" fala em suicídio da humanidade porque, neste caso, a natureza é incapaz de restabelecer um nível de radiação compatível com a vida humana. Tendo ultrapassado de maneira irreversível o limiar da nocividade, os homens – mesmo os que não tenham sido atingidos pelo calor ou pelo impacto direto da bomba – morrerão todos sob os efeitos da ação letal das radiações atômicas. Admitindo-se que alguns sobrevivam, estes não serão mais que monstros ou, em virtude das mutações que surgirão, pais de monstros.

É inevitável que eu apresente um quadro da situação de um pessimismo negro. Contudo, apresso-me a acrescentar que, se o perigo é sério, a ameaça que pesa sobre nós é apenas latente. E, se afastarmos a hipótese do conflito atômico, pode-se considerar que essa elasticidade da natureza de que lhes falei há pouco ainda está muito longe de estar totalmente ameaçada. A hipótese de um desaparecimento do homem, da civilização, não passa de uma hipótese remota.

MUNDO UNIDO – Devemos deduzir que o Terceiro Mundo tem de preocupar-se com coisas mais urgentes do que a poluição?
JOSUÉ DE CASTRO – A poluição é uma doença universal que interessa a toda a humanidade, mas existem tipos de poluição diferentes no mundo inteiro. Os países ricos conhecem a poluição direta, física, material, a do ambiente natural. Os países subdesenvolvidos são presas da fome, da miséria, das doenças de massa, do analfabetismo. O homem do Terceiro Mundo conhece essa forma de poluição chamada "subdesenvolvimento". E devo dizer que esta é a forma mais grave, mais terrível de todas.

Os países do Terceiro Mundo vivem numa economia de dependência. Todos eles são produtores de matérias-primas e de produtos básicos exportados para os países industrializados. Os Estados Unidos consomem 75% de toda a produção do continente latino-americano. Como os preços dos produtos industrializados sobem continuamente e

o distanciamento entre esses preços e os preços irrisórios dos produtos básicos se acentua cada vez mais a cada dia que passa, um abismo cada vez maior separa os pobres dos ricos. A riqueza dos trabalhadores norte-americanos só existe graças à exploração dos trabalhadores e camponeses em países em vias de desenvolvimento, graças às condições miseráveis e desumanas em que estes são mantidos. É evidente que o estatuto colonial foi praticamente abolido em toda parte, mas a economia do tipo colonial permanece viva.

Insisto na necessidade de esclarecer bem esta natureza de subdesenvolvimento. Não se trata de uma simples ausência ou insuficiência de desenvolvimento. Não: é um produto – produto negativo – do próprio desenvolvimento. O desenvolvimento traz consigo, de um lado, suas riquezas, suas novas fabricações e, de outro, seus dejetos. O Terceiro Mundo está no lado dos dejetos.

Eis por que os países subdesenvolvidos estão essencialmente preocupados com os problemas ambientais e da poluição. Eles estão preocupados porque o subdesenvolvimento que sofrem é a secreção de um tipo de desenvolvimento concebido sem respeito pela natureza e no qual o homem não passa de instrumento da produção.

O relatório do MIT ou o erro de um modelo matemático abstrato

MUNDO UNIDO – O próprio Ocidente não acaba de contestar seu tipo de desenvolvimento quando o "Clube de Roma" se apóia nos relatórios do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) para denunciar os malefícios dos crescimento?

JOSUÉ DE CASTRO – Veja bem! Não estou totalmente de acordo com os que fazem declarações apocalípticas do gênero: "Estamos correndo tal perigo de morte, totalmente ameaçados pela técnica, em suma, pelo 'desenvolvimento', que devemos detê-lo imediatamente". É mais ou menos isto que diz o grupo de Roma, que prescreve a interrupção do crescimento sob pena de catástrofe. Evidentemente, o relatório do MIT sobre os limites do crescimento tem sobre "os limites do crescimento" uma função ao sensibilizar a opinião pública. Ele teve grande sucesso, pôde-se perceber isso sobretudo depois da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. Populações inteiras se alarmaram. Nos lugares

onde a indiferença era a regra, cada um começou a sentir-se ameaçado e, portanto, preocupado.

Isso é muito positivo. Em compensação, no nível do seu significado global, o documento é falso. O MIT construiu um modelo matemático abstrato no qual cinco parâmetros foram levados em conta como fatores fundamentais do crescimento: 1) os recursos naturais; 2) a produção agrícola; 3) a produção industrial; 4) o crescimento demográfico; 5) a poluição.

Alimentou-se o computador com dados sobre esses cinco fatores e sobre as relações que podiam existir sobre eles... E ele levou o MIT a tirar conclusões falsas! Por quê? Porque, em toda essa pesquisa, não se fez uma única referência às estruturas sociais, econômicas e políticas. Os fatores anunciados pelo MIT foram estruturados como se suas relações e suas variações fossem indiferentes a essas estruturas. Entretanto, no momento em que estas mudam, tudo muda na evolução das diferentes variáveis.

Por conseguinte, o MIT utilizou como tema de estudo um mundo petrificado, fossilizado. Partindo disso, ele só pode dedicar-se a projeções lineares e ingênuas, nas quais a realidade da vida em sociedade está ausente. O mundo real, este, é um mundo de fases de descontinuidades – de descontinuidades nos fatores estruturais, com todas as mudanças de ritmos delas decorrentes em todos os domínios. O mais espantoso neste caso é a segurança com que os criadores desse modelo artificial e falso escrevem sem rodeios: “Nosso modelo é o único modelo à luz dos nossos conhecimentos atuais”.

Modelo único é também a afirmação de uma solução única para o futuro: aí está a segunda falha que se deve assinalar. Todos nós que nos dedicamos a este exercício delicado que é a futurologia sabemos muito bem que não existe apenas um futuro. Existe todo um leque de possíveis futuros, entre os quais podemos apenas escolher o mais favorável aos nossos desejos. O futuro que se imagina espontaneamente nos Estados Unidos é o que deixa intacto o sistema de domínio econômico do mundo. Alhures, no Oriente, na China, por exemplo, esse futuro poderia ser o de uma integração mais perfeita do homem na natureza. Seja ele definido com ou sem o recurso aos computadores, o futuro desejado pelo homem oriental harmonioso estará, portanto, em contradição com o futuro desejado pelo homem faustiano do Ocidente.

Em suma, estou de acordo com a consideração de que os tipos atuais de desenvolvimento ameaçam a civilização, a vida do homem, o planeta, e, se aprovo o Clube de Paris por ter posto estes problemas em evidência, em compensação, rejeito todas as conclusões extraídas de modelos artificiais e abstratos. Não creio que se tenha o direito de prescrever a interrupção do crescimento. Querer uma economia sem expansão, uma economia morta... para um mundo do qual dois terços da população estão muito longe do mínimo necessário à vida... mas isso seria um absurdo! Ademais – vimos isso em Estocolmo – os representantes do Terceiro Mundo só podem contestar violentamente essas prescrições. Para eles, o crescimento é, por excelência, a esperança de poder sair da fome e da miséria.

Recusar ao mesmo tempo a interrupção do crescimento e um desenvolvimento sem outro objetivo além do lucro

MUNDO UNIDO – Por mais compreensíveis que sejam essas reações do Terceiro Mundo, não contêm elas uma certa ambigüidade?
JOSUÉ DE CASTRO – É verdade que a tomada de consciência de certo número de países é mais emocional do que racional e que eles agem antes de tudo por instinto de autodefesa. Até então, eles ainda não estavam totalmente marginalizados: se lhes concedia uma ajuda, aliás notoriamente insuficiente. Agora, eles temem que se lhes venha a dizer: "A ajuda terminou, pois vocês não precisam mais buscar crescimento". É como se se dissesse a uma criança que está crescendo: "Permaneça criança por toda a vida". Para ela, isto seria o desespero.

De qualquer maneira, essa ordem de interromper o crescimento é muito inquietante, pois como se poderia aplicá-la nos países em plena expansão? O desenvolvimento, onde existe, não se interrompe de repente, como que por um passe de mágica. Portanto, receia-se que sejam as economias já estagnadas do Terceiro Mundo, as que, bem ou mal, haviam escapado do "crescimento zero", que monopolizavam a operação.

Por último, é evidente que os mercados dos países em vias de desenvolvimento estão ameaçados se os países com civilização técnica se puserem a desenvolver uma produção de reciclagem, isto é, de reutilização de velhos materiais. Temos, então, um impasse. E os países pobres têm razões muito sérias de se inquietarem quando se formulam

regras para uso dos países desenvolvidos sem se preocupar com os outros, ao passo que os problemas ambientais e da poluição – expliquei isso há pouco – são realmente problemas universais.

Para enfrentar essa situação e para que cada um crie seu tipo de desenvolvimento, o que devem fazer os países do Terceiro Mundo? Eles devem dedicar uma parte da renda nacional à pesquisa, não apenas pesquisa técnica, mas também pesquisa sociológica, a que permitiria encontrar as estruturas sociais, econômicas e políticas que seriam implantadas neles. Não parece que o que chamamos de "uma democracia liberal" imitada dos Estados Unidos seja o que mais lhes convém neste momento. A democracia é uma palavra sem sentido quando em qualquer país do mundo, seja ele qual for, uma minoria ínfima de cidadãos participa realmente da elaboração e da tomada de decisões. No Brasil, por exemplo, essa minoria não passa de 2% da população. Portanto, é preciso buscar novas formas de estruturas políticas, e essas pesquisas para o Terceiro Mundo só podem ser realizadas por eles próprios. Se os países ricos devem contribuir com sua ajuda, que não seja mais, em todo caso, pelo envio de especialistas excelentes para os países desenvolvidos, mas que ignoram toda a realidade dos países pobres! É preciso que a pesquisa vise ao essencial, isto é, aos problemas humanos, e que, quanto aos fatores de produção, na maioria das vezes, volte-se primeiramente para a terra. Realmente, nada será possível, num país agrícola como o Brasil, por exemplo, enquanto 80% da terra pertencer a 5% da população.

MUNDO UNIDO – O senhor criticou a civilização da produção frenética e do lucro como civilização poluidora por excelência, mas, ao mesmo tempo, recusa toda a interrupção do crescimento.

JOSUÉ DE CASTRO – Não há contradição nisso. Atualmente, o que se torna mais importante é a qualidade da vida, a qualidade do meio ambiente, mas se pode aumentar a produção, contanto que seja com técnicas não poluidoras. Até aqui elas não foram utilizadas, por obsessão dos lucros e dos preços competitivos. Neste aspecto, multiplicaram-se os produtos inúteis, procurou-se estimular o consumo para além das necessidades reais, e ainda por cima se descuidou das necessidades essenciais. Nos Estados Unidos, podemos ler à entrada de um supermercado: "Se você não sabe o que quer, entre, nós o temos". Não obstante,

nesse país, o mais rico do mundo, existem 20 milhões de famintos e 50 milhões de subnutridos, não obstante a caridade organizada (mal organizada) pelo Estado.

Eis por que é preciso, ao mesmo tempo, rejeitar a idéia de uma interrupção do crescimento enquanto houver necessidades de satisfazer e, ao mesmo tempo, rejeitar um tipo de desenvolvimento sem objetivo (exceto do lucro) e modos de produção que poluem e degradam a vida e o meio ambiente.

MUNDO UNIDO – Ouvindo-o comentar o relatório do MIT, este ponto de vista, sem se confundir com o de Sicco Mansholt, não parece tão distante assim. O fracasso do controle de natalidade.

JOSUÉ DE CASTRO – Na verdade, creio que Mansholt tem uma visão mais matizada e mais realista que os autores do documento do MIT exceto num ponto: ele é dos que ficam estupefatos com o crescimento da população e querem detê-lo a qualquer preço. Ora, para deter a explosão demográfica, a pior das soluções seria interromper a produção. Ao contrário, a educação e a formação humana são os únicos meios válidos que exigem uma economia viva, ativa.

Não é com engenhocas ou pílulas que se interromperá o crescimento da população no Terceiro Mundo. Não se inocula desse modo, nas civilizações tradicionais, uma característica isolada de um tipo de civilização técnica, que, por ser isolada, não serve para associar-se às características dessas civilizações tradicionais. O controle de natalidade que se queria impor dessa maneira, nos lugares onde a civilização, as culturas, não podem aceitá-lo, se transformaria em qualquer coisa de abominável que revoltaria a população.

MUNDO UNIDO – Pode-se afirmar que as tentativas de controle de natalidade têm sido ineficazes em todo o Terceiro Mundo?

JOSUÉ DE CASTRO – Estou convencido disso. Vejam o caso da Índia. É o país por excelência onde se depositou suas esperanças num controle de natalidade e onde o governo, querendo sair de uma situação dramática, despendeu muito dinheiro. Com que resultado? A senhora Indira Gandhi o anunciou na Conferência de Estocolmo, declarando: “Não esperem a solução do problema demográfico pelo controle da natalidade”. O fracasso se deve ao fato de que os métodos empregados não

podem ser aplicados às massas de populações enormes. Com muitos esforços se submeteu ao controle 1 milhão de mulheres da Índia, ao passo que elas são 200 milhões ou 250 milhões. Não se pode impor uma idéia desse modo. Seria preciso mudar a tradição, o estilo de vida, as estruturas.

Uma instância de soberania planetária a ser definida

MUNDO UNIDO – Da sua viagem a Estocolmo, por ocasião da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e das conferências concomitantes realizadas por diversas organizações não-governamentais, o senhor observou o sentimento de que medidas eficazes seriam tomadas para conter a deterioração ambiental?
JOSUÉ DE CASTRO – Como a poluição é um problema universal, seria bom discuti-lo em âmbito internacional. Na verdade, as poluições dificilmente podem ser combatidas por regulamentações nacionais. Se um país tiver a coragem de aplicar sozinho toda a regulamentação necessária, sua produção logo cessaria de escoar-se a preços competitivos e ele logo iria à falência. É preciso obter uma regulamentação em escala mundial. Então, os delegados à Conferência de Estocolmo atacaram o problema... mas, veja bem, não o resolveram. E, sobre questões essenciais – a guerra e os armamentos, entre outras –, as discussões andaram em círculos, como era de se prever. Todos nós sabemos que o melhor que se pode obter de um quadro assim é uma boa recomendação... que cada país, depois, tem a liberdade de adotar ou não.

Para dominar realmente o problema do meio ambiente, seria preciso, além de uma ampla consulta geral indispensável, a autoridade de um "governo mundial", ou, se a expressão o incomoda, de uma instância planetária soberana a ser definida. Apesar de tudo, na falta desta, é preciso tomar medidas indispensáveis. Ou poder-se-ia frear seriamente a poluição se, neste campo, a ONU votasse uma resolução que limitasse a soberania nacional. De resto, a revisão da Carta de São Francisco está na ordem do dia da próxima assembléia das Nações Unidas, na qual é preciso esperar que pelo menos se reflita sobre o direito de veto das grandes potências, o que constitui uma espécie de desafio a todos os outros países.

MUNDO UNIDO – Podemos realmente reacender a esperança de vermos a ONU iniciar uma mudança, ainda que pequena, no domínio sacrossanto da soberania dos Estados?
JOSUÉ DE CASTRO – Acalento essa esperança. Leibnitz dizia que "nada acontece sem razão suficiente", mas hoje a poluição constitui essa razão suficiente para que finalmente o mundial obtenha suas primeiras vitórias sobre o nacional.

Terre Entière – Numero Doublé, set. – 1972
(entrevista feita por Jean Prédine e Roger Wellhoff)

TRADUÇÃO: Anna Maria de Castro

Bibliografia de Josué de Castro

Brasil

- *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Porto Alegre, Globo, 1937. 176 p.
- *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.
- *A cidade do Recife: Ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1954. 163 p. (texto revisto dos *Fatores da localização da cidade do Recife*).
- *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Recife, Imprensa Industrial, 1932.
- *Documentário do Nordeste*. 1ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937. 184p.
- *Documentário do Nordeste*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1965.
- *Ensaios de geografia humana*. 1ª ed. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1939.
- *Ensaios de geografia humana*. São Paulo, Brasiliense, 1968 (Col. Obras Completas).
- *Fatores de localização da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. 81 p.
- *Festa das letras* (com Cecília Meirelles). Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937.
- *Festa das letras* (com Cecília Meirelles). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.
- *Fisiologia dos tabus*. 1ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1938. 62 p.
- *Fome um tema proibido* – Últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis, Vozes, 1983.
- *Fome um tema proibido* – Últimos escritos de Josué de Castro. 3ª ed. Recife, Instituto de Planejamento de Pernambuco/Cia Editora de Pernambuco, 1996.
- *Geografia da fome*. 1ª ed. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1946.
- *Geografia da fome*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- *Geopolítica da fome*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Casa do estudante do Brasil, 1951.
- *Geopolítica da fome*. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1968. 467 p. 2 volumes (Obras Completas).
- *Homens e caranguejos*. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1967. 177 p.

- *Homens e caranguejos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- *O livro negro da fome*. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1960. 171 p.
- *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1932. 257 p. (Col. Brasiliana).
- *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Recife, Imprensa Industrial, 1932. 50 p. (tese de livre docência para a cadeira de fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife).
- *Problemas de medicina prática e preventiva no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1946 (organizado por Beatrice Berle).
- *Science et Technique*. Edição do Ministério da Educação para a Exposição de Paris de 1938. Vários colaboradores.
- *Sete palmos de terra e um caixão*. São Paulo, Brasiliense, 1965. 223 p.
- *Sete palmos de terra e um caixão*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969. 225 p. (Obras Completas).
- "Therapeutica dietética do diabete". In: *Diabete*. 1ª ed. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1936. p. 271-294 (organizado por H. Annes Dias).
- *Três personagens*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1955.

Alemanha

- *Der krebskreis roman*. Berlin, Verlag Neues Leben, 1970. 207 p. Tradução de *Homens e caranguejos*.
- *Geopolitik des hungers*. Tradução de *Geopolítica da fome* mais dois volumes. Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1973. 390 p.
- *Weltgeibel hunger*. Güttingen/Berlin, Musterschmidt-verlaf, 1959, 369p. Tradução de *Geopolítica da fome*.

Argentina

- *Ensayos sobre el sub-desarrollo*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1965. 229 p.
- Tradução de *Ensaios de biologia social*.
- *Geografia del hambre*. Buenos Aires, Peuser, 1950. 333 p.
- *Geografia del hambre*. 3ª ed. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1969.
- *Geopolítica del hambre*. Buenos Aires, Editorial Rigal, 1955.
- *Geopolítica del hambre*. 3ª ed. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1967. 409 p. (Dimensión Americana).
- *El hambre problema universal*. Buenos Aires, La Pleyade, 1969. 141 p.
- *El libro negro del hambre*. Buenos Aires, Universitária de Buenos Aires, 1964. 170 p.
- *Una zona explosiva en América Latina*. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1965. 247 p. Tradução de *Sete palmos de terra e um caixão*.

Chile

• *Geografia del hambre*. Santiago de Chile, Universitária, 1961. 240 p.

China

• *Geografia da fome*. Tradução em chinês.

Colômbia

• *Mensajes. Antologia del pensamiento económico y social de América Latina*. Bogotá, Colibri, 1980. Publicado com o nome de *Fome, um tema proibido*.

Cuba

• *Geopolítica del hambre*. Habana, La Habana, 1964. 163 p.

Dinamarca

• *En brasiliansk tragedie*. Denmark, Mellemfolkeligt Samvirke, 1970. 167 p. Tradução de *Death in Northeast*. Tradução de *Sete palmos de terra e um caixão*.
• *Sultens Geografi*. Denmark, Forgalet Rode Hane, 1963. Tradução de *Geografia da fome*.
• *Sultens Geografi*. Denmark, Forgalet Rode Hane, 1972.

Espanha

• *Geografia del hambre*. Madrid, CID, 1961. 366 p.
• *Geografia del hambre*. 3ª ed. Madrid: CID, 1966. 366 p.
• *Geopolítica del hambre*. Madrid, Guadarrama, 1972. 331p.
• *Geopolítica del hambre*. Madrid, Punto Omega, 1975. 320 p. (Col Universitaria de Bolsillo).
• *El libre negre de la fam*. Barcelona, Estela, 1962.
• *Un niño entre hombres y cangrejos*. 1ª ed. Madrid, CID, 1966. 216 p.
• *Una zona explosiva. El nord-est del Brasil*. Barcelona, Nova Terra, 1965. 301 p.

Estados Unidos

• *The Black Book of Hunger*. Boston, Beacon Press, 1969. 155 p.
• *The Black Book of Hunger*. New York, Junk & Wagnalls,1967.
• *Death in the Northeast*. New York, Randon House, 1966. Tradução de *Sete palmos de terra e um caixão*.
• *Death in the Northeast*. New York, Vintage Books, 1969.

- *The Geography of Hunger*. Boston, Little, Brown and Cia, 1952.
- *The Geopolitics of Hunger*. New York/London, Monthly Review Press, 1977.
- *Latin American Radicalism*. New York, Vintage Books, 1969. Organizado por Irving Horowitz, Josué de Castro e John Gerassi, contendo artigos de Fidel Castro, Eduardo Fri, Camilo Torres, Celso Furtado etc.
- *Of Men and Crabs*. 1ª ed. New York, The Vanguard Press, 1970. 190 p.

França

- *Geographie de la faim*. 1ª ed. Paris, Editions Ouvrières – Col. Économie et Humanisme, 1949. 260 p.
- *Geographie de la faim*. Paris, Seuil, 1964. 260 p.
- *Geopolitique de la faim*. 1ª ed. Paris, Les Éditions Ouvrières – Économie et Humanisme, 1952.
- *Geopolitique de la faim*. Paris, Les Éditions Ouvrières – Économie et Humanisme, 1973.
- *Des hommes et des crabes*. Paris, Seuil, 1966. 186 p.
- *Le livre noir de la faim*. Paris, Economie et Humanisme – Editions Ouvrières, 1961.
- *Une zone explosive. Le nordeste du Brésil*. Paris, Seuil, 1965. 256 p.

Holanda

- *De wereldkaart van de honger*. Amsterdam, Wereld-bibliotheek, 1956. 278 p.

Hungria

- *Az éhezö Brazília*. Budapest, Kossuth Könyvkiadó, 1965. Tradução de *Geografia da fome*.
- *Az éhség foldrajza*. Budapest: Szira, 1955. Tradução de *Geopolítica da fome*.
- *Emberek és rákok*. Budapest, Kossuth Konyvkiadó, 1968. Tradução de *O ciclo do caranguejo*.

Irã

- *Geopolítica da fome*. Téhèran: Universidade de Teerã, 1963. Tradução em persa.

Itália

- *Alimentazione e acclimatazione umana nei Tropici*. 1ª ed. Conferências pronunciadas na Itália.
- *Alimentazione non pianificata nel Sud America*. Milano, Ulrico Hoepli, 1951.
- *Geografia della fame*. Bari, Leonardo Da Vinci, 1954. 372 p.
- *Gli uomini contro la fame*. (vários autores) Milano, Editore Ulrico Hoepli, 1951. (Sotto gli auspici della Unesco).
- *Il libro nero della fame*. Brescia, Morcelliana, 1963. 235 p.
- *Una zona esplosiva: il nordeste del Brasile*. Torino, Giulio Einaudi, 1966. 213 p.
- *Uomini e granchi*. Torino, Società Editrice Internazionale, 1974. 182 p.

Japão

- *Geografia da fome*. Tradução em japonês.

Língua árabe

- *Geografia da fome*. Tradução em árabe.

México

- *La alimentación en los trópicos*. México: Fondo De Cultura Económica, 1946. 204 p. Original inédito.

Noruega

- *Ein brasilsk tragedie*. Oslo, Det Norske Samlaget, 1969. Tradução de *Sete palmos de terra e um caixão*.

Peru

- *¿Adonde va la América Latina?* Lima, Latino Americana, 1966. 187 p.

Polônia

- *Geografia glodu*. 1ª ed. Warsawa, Pax, 1954.

Ludzie i kraby. Warszawa, Ksiazka i Wiedza, 1968. Tradução de *O ciclo do caranguejo*.

Portugal

- *O ciclo do caranguejo*. 1ª ed. Porto, Brasília, 1966. 185 p.
- *A estratégia do desenvolvimento*. Lisboa, Seara Nova, 1971.
- *Ensaios de biologia social*. Porto, Brasília, 1967. 276 p.

- *Ensaios de geografia humana*. Porto, Brasília, 1966. 228 p.
- *Geografia da fome*. Lisboa, IPSA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2001.
- *Geopolítica da fome*. Porto, Brasília, 1966.
- *O livro negro da fome*. Porto, Brasília, 1966. 157 p.
- *Sete palmos de terra e um caixão*. Lisboa, Seara Nova, 1965. 248 p.

Reino Unido

- *Geography of Hunger*. 3ª ed. London, Victor Gollancz, 1955. 1ª edição em 1952 e 2ª em 1953.
- *The Geopolitics of Hunger*. New York/London, Monthly Review Press, 1977.

República Tcheca

- *Zemèpis hladu*. Tradução de *Geopolítica da fome*. Praha, SNPL, 1956. 158 p.

Romênia

- *Geografia foamei*. Bucuresti, Politicä, 1965. 318 p.
- *Geografia foamei*. Bucuresti, De Stat Pentru, 1965. 350 p.

Rússia

- *Geografia da fome*. Tradução em russo. 220 p.
- *Geopolítica da fome*. Tradução em russo. 385 p.

Suécia

- *En brasiliansk tragedi*. Stockholm, Rabén & Sjorgren, 1967. Tradução de *Death in Northeast*. Tradução de *Sete palmos de terra e um caixão*.

Venezuela

- *América Latina y los problemas del desarrollo* (Vários autores). Caracas, Monte Ávila Editores, 1974.

Seminário Josué de Castro e o Brasil

Semana comemorativa aos 55 anos do livro *Geografia da fome*

Recife, de 29 de outubro a 1º de novembro de 2001
Local: Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco
Museu do Homem do Nordeste – Auditório Benício Dias
Av. 17 de agosto, 2.187 – Casa Forte – Recife – PE

Programação

29/10 – segunda-feira

18h00
Exibição do filme *Josué de Castro: cidadão do mundo*, de Sílvio Tendler

19h00
MESA DE ABERTURA E LANÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

João Paulo Lima e Silva – prefeito da cidade do Recife
Luiz Soares Dulci – presidente da Fundação Perseu Abramo
Tereza Correa – presidente do Centro Josué de Castro
Vera Gomes – presidente regional do Partido dos Trabalhadores

APRESENTAÇÃO CULTURAL DE INTEGRANTES DO MOVIMENTO MANGUE BEAT *FACES DO SUBÚRBIO*

EXPOSIÇÃO DO ACERVO DA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO

COQUETEL

30/10 – terça-feira

09h00 – 12h00
MESA: O COMBATE À FOME E À MISÉRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI: AS POSSIBILIDADES – A REVOLUÇÃO DAS PRIORIDADES!

Expositores:
José Graziano da Silva – Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp/SP
Jorge Gomes – deputado estadual PSB/PE
Pedro Eugênio Cabral – deputado federal PT/PE
Coordenador: Paulo Roberto Santana – prefeito de Camaragibe (PE)

14h00 – 17h00
MESA: *GEOGRAFIA DA FOME* – 55 ANOS DEPOIS. O QUE MUDOU? CARÊNCIAS ALIMENTARES NO BRASIL: O MAPA DE JOSUÉ E O MAPA ATUAL

Expositores/a:
Malaquias Batista Filho – Depto. de Nutrição da UFPE/Instituto Materno-infantil/PE
Maria Betania Ávila – SOS Corpo Gênero e Cidadania
Coordenador: Luiz Soares Dulci – presidente da Fundação Perseu Abramo

17h00
HOMENAGEM À PROFª NAÍDE TEODÓSIO: TRAJETÓRIA E ENSINAMENTOS

31/10 – quarta-feira

09h00 – 12h30
MESA: A OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO NUMA RELEITURA CRÍTICA

Expositores:
Djalma Agripino – Núcleo de Saúde Pública/UFPE
Manuel Correia de Andrade – Fundação Joaquim Nabuco, Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade/Cehibra
Coordenadora: Luciana Santos – prefeita de Olinda (PE)

12h00
HOMENAGEM A BETINHO: VISÃO E INICIATIVAS

14h00 – 17h00
MESA: SUBDESENVOLVIMENTO E SUPERPOPULAÇÃO NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO: TEMAS SUPERADOS? – A NOÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO NOS TEMPOS DE JOSUÉ E NOS TEMPOS ATUAIS

Expositores/a:
Tânia Bacelar – secretária de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife, Departamento de Ciências Geográficas/UFPE, integrante do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo
Luís Antônio Pinto de Almeida – chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais do IBGE/RJ
Coordenador: José Arlindo Soares – secretário de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco

01/11 – quinta-feira

09h00 – 12h00
MESA: A GEOPOLÍTICA DA FOME: DOS TEMPOS DE JOSUÉ DE CASTRO AOS TEMPOS ATUAIS

Expositores:
Michael Zaidan – mestre em ciência política/UFPE
Humberto Costa – secretário de Saúde da Prefeitura da Cidade do Recife
Renato Duarte – Fundação Joaquim Nabuco, Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade/Cehibra
Coordenador: Cesare Giuseppe Galvan

Caderno de fotos

Josué de Castro profere conferência no
Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1940.

Josué de Castro com o então presidente Juscelino Kubitschek
e o prefeito de Brasília Israel Pinheiro (com cigarro) em 1960.

Conferência de Josué de Castro na sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, no começo dos anos 1960.

Josué de Castro em solenidade da Ascofam de lançamento no Brasil da Campanha Mundial Contra a Fome, em 1958, na sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Ao seu lado estão o deputado federal Ulysses Guimarães e o senador Nereu Ramos.

Josué de Castro na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 1960.

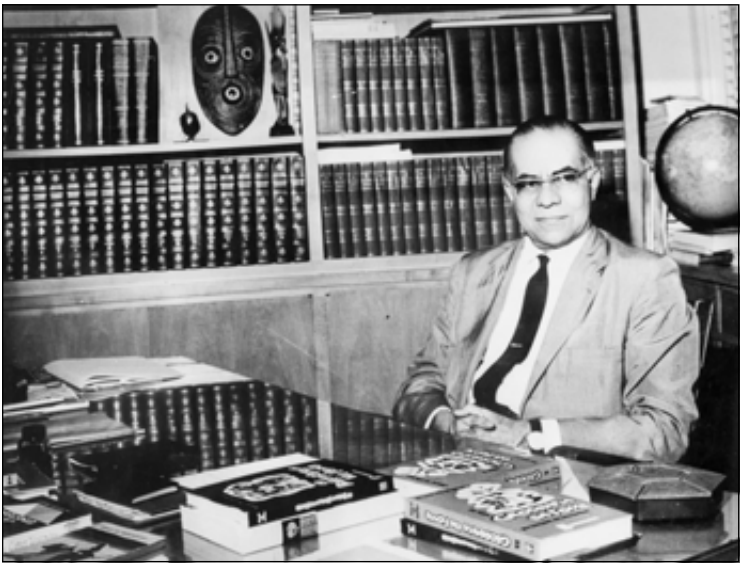
Josué de Castro preside em Genebra a 18ª sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental de Migrações Européias, no começo dos anos 1960.

Josué de Castro preside os trabalhos da Primeira Conferência da Campanha Mundial Contra a Fome, de iniciativa da Organização das Nações Unidas, em 1959.

Na Embaixada da União Soviética no Rio de Janeiro, Josué de Castro recebe medalha da Academia de Ciências da URSS, em 1963.

Josué de Castro com Julius Robert Oppenheimer, em Deauville, em 1964.

Josué de Castro em reunião em Lisboa, em 1971.



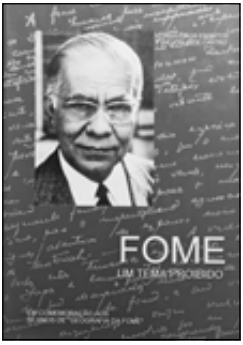
Em sua residência no Rio de Janeiro, em 1963.

Foto do escritório de Josué de Castro em Paris, onde faleceu em 1973.

Edições brasileiras de livros de Josué de Castro

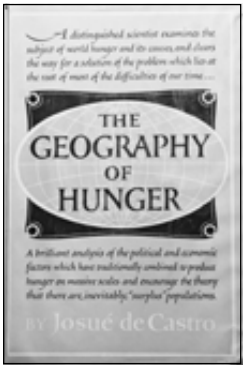
(1947)

(1937)

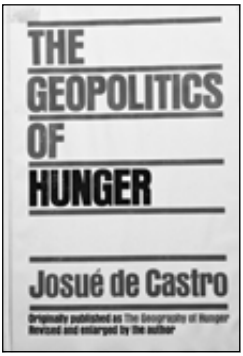


(1996)

Edições de *Geografia da fome*



Estados Unidos
(1952)



Estados Unidos e
Reino Unido (1977)

China (1955)

Edições de *Geografia da fome*

Chile (1961)

Itália (1954)

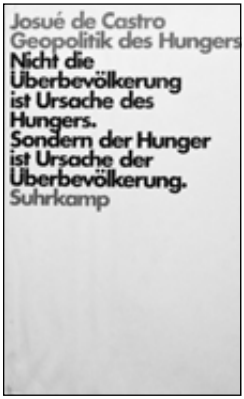
Espanha (1961)

Japão (sem data)

Espanha (1966)

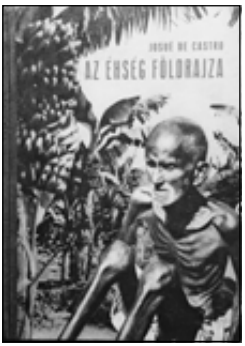
França (1949)

Edições de *Geopolítica da fome*



Alemanha (1973)

Holanda (1956)

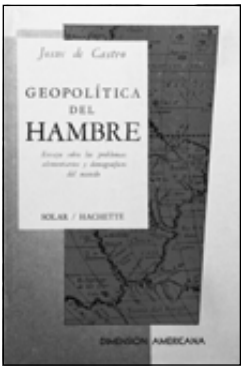


Hungria (1955)

Espanha (1972)

Cuba (1964)

França (1952)



Argentina (1962)

Edições de *O ciclo do caranguejo*

Polônia (1968)

Hungria (1968)

Edições de *Homens e caranguejos*

Espanha (1966)

Alemanha (1970)

Egito (1971)

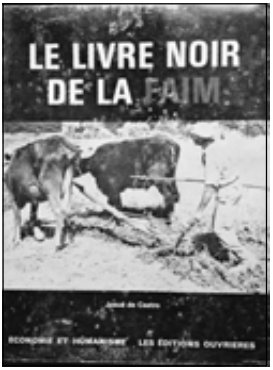
Itália (1974)

Edições de *O livro negro da fome*

Itália (1963)

Argentina (1964)

França (1961)



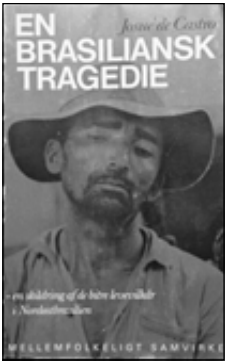
França (1961)

Edições de *Sete palmos de terra e um caixão*

Suécia (1967)

Noruega (1969)

Estados Unidos (1969)

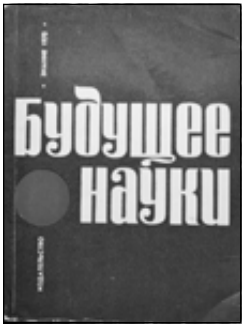


Dinamarca (1970)

França (1965)

Espanha (1965)

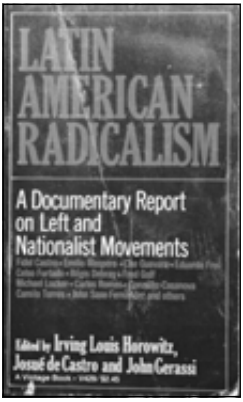
Outros livros publicados no exterior



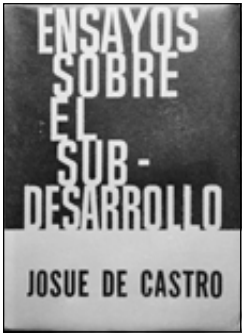
Rússia, com outros autores (sem data)

México (1946)

Peru (1966)



Estados Unidos (1969)



Argentina (1965)

Portugal (1971)

Portugal (1967)

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04417-091 – São Paulo – SP
Fone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
Correio Eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br
Na Internet: http://www.efpa.com.br

Josué de Castro e o Brasil foi feito na cidade de São Paulo em maio de 2003 pela Bartira Gráfica e Editora S. A. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 2.500 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 10/13/110%. Os fotolitos da capa e do caderno de fotos foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Super 6 300g; o miolo foi impresso em Pólen Soft 80g e o caderno de fotos em papel cuchê 115g.